

BOL. AN. B.S.B. ATO. 154, P. 1/180

03

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CÓDIGO 08000

14 MAR 11 45 55 000000

SP/DC/MJ
INCLUSO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAPRO
DC/CGSG/MJ
08000.004315/97-43

093/96
07/02/96

INTERESSADO: ELIANE BICALHO LANA - irmã

ASSUNTO: ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA
MORTO

RECEBIONADO NO GESTOR
E LIBERADO PARA ANÁLISE
CÓDIGO:
MJ/CISET/DIAPA

OUTROS DADOS:
acolhido reunião de 08/02/96
Relator: SUZANA REMIGER LISBOA

conf. diário: 25/06/97

NC - 148
OB - 143

MOVIMENTAÇÕES

Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

VERIFICADO
CONTÁBILMENTE
12 / 07 / 97
Responsável
Gracindo Ferreira Lima de Araújo
Téc. de Finanças e Controle
Mat. 3.013.646-6

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

ARQUIVE-SE

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

ATO. 15.4, P. 2/180

Fls. 02
AK

ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

DOSSIÊ ENVIADO À COMISSÃO ESPECIAL
Lei 9.140 de 05 de dezembro de 1995



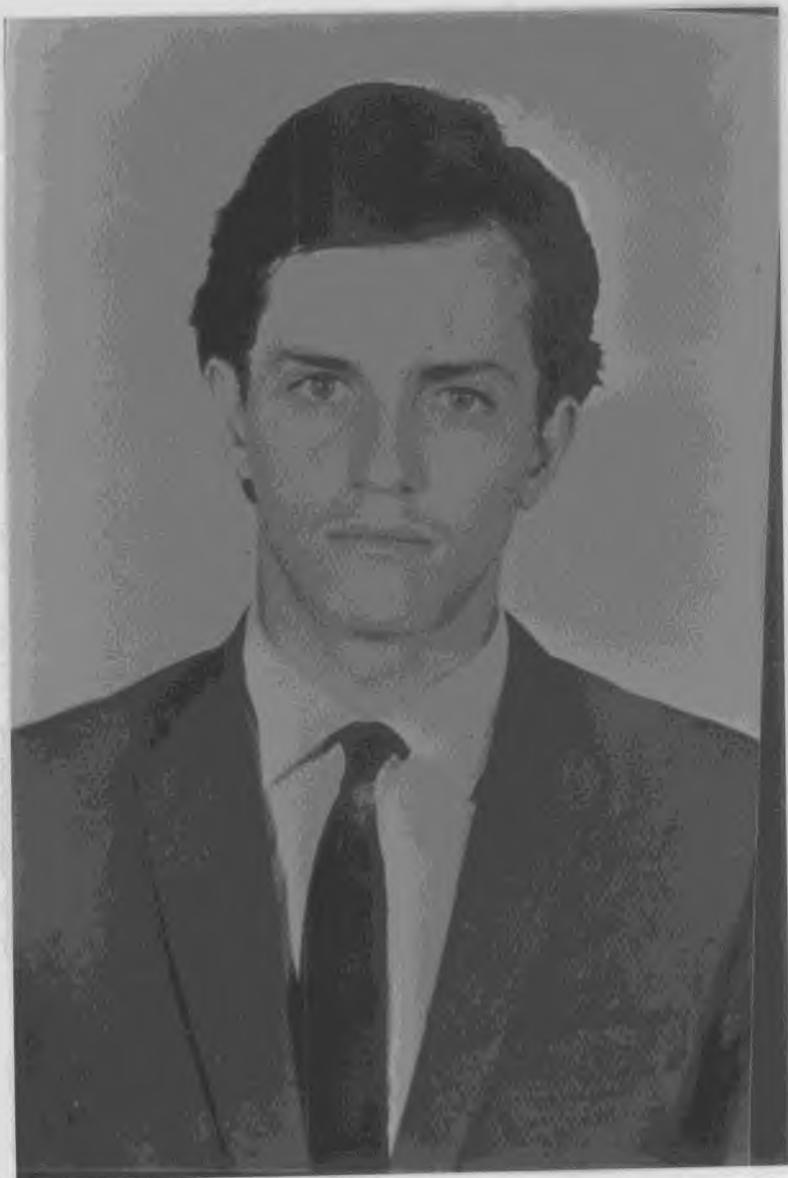
ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

* 02 de março de 1949

† 30 de novembro de 1973

ATO. 15.4. P. 4/180

P/S. 04
AKL



ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

REQUERIMENTO

- 1 - Requerimento de Eliane Bicalho Lana ao Presidente da Comissão Especial
- 2 - Procuração de Adalgisa Gomes de Lana
- 3 - Cópia da Carteira de Identidade de Adalgisa Gomes de Lana
- 4 - Cópia do CPF de Adalgisa Gomes de Lana
- 5 - Cópia da Carteira de Identidade de Eliane Bicalho Lana
- 6 - Cópia do CPF de Eliane Bicalho Lana
- 7 - Cópia da Certidão de Nascimento de Eliane Bicalho Lana
- 8 - Certidão de Óbito de Adolfo Bicalho de Lana

ATO. 15.4, P. 6/180

f/r.06
APV

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CÓDIGO 03000

14 MAR 11 46 5 000000

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO - GERAL

Ilmo. Sr.

MIGUEL REALE JÚNIOR
Presidente da Comissão Especial
Esplanada dos Ministérios - Ministério da Justiça
Anexo II, sala 621-B, Brasília-DF

SIAPRO
DC/CGSG/MJ
08000.004315/97-43

ELIANE BICALHO LANA, brasileira, divorciada, carteira de identidade M.965 720, CPF 512 762 326-91, residente em Belo Horizonte-MG, Rua Almirante Alexandrino, 690, apartamento 102, Gutierrez, na qualidade de irmã de ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, militante político morto durante o regime militar, no dia 30 (trinta) de Novembro de 1973 (mil novecentos e setenta e três), neste ato representando ADALGISA GOMES DE LANA, mãe de ANTONIO CARLOS BICALHO LANA, conforme procuração em anexo, vem expor e requerer:

1 - o reconhecimento de ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA como incluso nas determinações do art.4º, inciso I, letra "b" da Lei 9.140, de 5/12/95;

2 - a indenização correspondente conforme o inciso II do Art. 4º e os Artigos 10º e 11º da Lei 9140 de

Belo Horizonte, 30 de Janeiro 1996.

Eliane Bicalho Lana
Eliane Bicalho Lana

5/12/95

Cartório do 1º Ofício de Notas
RUA PARANÁ, 148 - FONE.: (031) 551 - 1339
OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1996

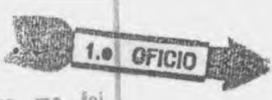
Conture com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Ana Paula Galota

21103577/0001-07

Cartório do 1º Ofício Notas
Comarca de Ouro Preto
Rua Paraná 148
Fone.: (031) 551-1339 - CEP 35.400-000
OURO PRETO - MG



Cartório do 1º Ofício de Notas
RUA PARANÁ, 148 - FONE.: (031) 551 - 1339
OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1996

Em nome a(s) verdadeira(s) firma(s) de:

Eliane Bicalho Lana
supra indicada. Dou fé

Em testemunho da verdade

Ana Paula Galota

ATO. 15.4, P. 7/180

8/5-07

LIVRO Nº

160 P.-



FOLHA

299.-



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de Minas Gerais
Cartório do 1º Ofício - Notas
Rua Paraná - 148 - Fone: 551-1338 - Ouro Preto

DIVINO DE ASSIS

Primeiro Traslado da:- TABELIÃO

PROCURAÇÃO bastante que faz ADALGISA GOMES DE LANA.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração -- virem, que no ano de mil novecentos e noventa e seis --- aos trinta e um dias, do mês de janeiro do dito ano ---- (31.01.1996), em Cartório, na rua Parná, 148, nesta cidade de Ouro Preto-MG, perante mim, Escrevente juramentada e substituta, compareceu como Outorgante ADALGISA GOMES DE LANA, brasileira, viúva, comerciante, portadora da CI M 725.786 SSP/MG, CPF 518 198 646-34, residente na rua Conde de Bobadela, nº 68, Centro, nesta cidade de ouro Preto- MG, minha conhecida, do que dou fé, e por ela Outorgante foi dito que, por este público instrumento, nomeava e constituía sua bastante Procuradora ELIANE BICALHO LANA, brasileira, divorciada, empresária, tendo a CI M- 965.720 SSP/MG, CPF 512 762 326-91, residente na rua Almirante Alexandrino, nº 650, apto. 102, Gutierrez, em Belo Horizonte - MG, a quem confere amplos, digo, confere amplos e ilimitados poderes, para o fôro em geral, com a clausula "ad-judicia", autorizando a Outorgada a requerer óbito de Antônio Carlos Bicalho Lana, junto ao órgão competente federal, bem como receber indenização e pedir restos mortais, a fim de que, possa defender os interesses e direitos da Outorgante perante qualquer Juízp, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, podendo também, assinar requerimentos; propondo ação competente em que a Outorgante seja autora ou reclamante, e defendendo-a quando for réu, interessada, digo, for réu, interessada ou requerida, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citações, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firma e valioso. Procuração levrada sob minuta. Eu, Ana Paula Gonç' Alves Costa, Escrevente juramentada e Substituta, subscrevi, dou fé e assino. A Escrevente juramentada e Substituta (a.) Ana Paula Gonç' Alves Costa. (a.) Adalgisa Gomes de Lana. Eu, Ana Paula G. P. Costa, Escrevente juramentada e Substituta, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

Em testemunho da verdade

Cartório do 1º Ofício de Ouro Preto, 31 de janeiro de 1996

RUA PARANÁ, 148 - FONE: (031) 551-1338
OURO PRETO - MINAS GERAIS

Ana Paula G. P. Costa
Ana Paula Gonç' Alves Costa

Escrevente juramentada e Substituta

31 JAN 1996

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Em testemunho da verdade

Ana Paula G. P. Costa

Divino de Assis

TABELIÃO

Ana Paula Gonç'Alves Costa
Esc. evento Juramentada e Subst.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Belª. Ana Paula Gonç'Alves Costa
Escrevente Juramentada e Subst.
OURO PRETO - M. G.

21035770001-0

Cartório do 1º Ofício Minas

Comarca de Ouro Preto

Rua Paraná 148

Fone: (031) 551-1333 - CEP 35.400-000

OURO PRETO - MG

Cartório do 1.º Ofício de Notas

Comarca de Ouro Preto-MG
Cx. Postal, 120 - CEP 35.400

Tabelião: DIVINO DE ASSIS

Ouro Preto, 31 de janeiro de 1996

Prezado Senhor,

Junto à minha, estou enviando as assinaturas e sinais públicos dos meus substitutos eventuais rogando a fineza de anotar nos te Cartório.-

para os devidos fins de direitos.

Saudações

Divino
DIVINO DE ASSIS - TABELIÃO



Cartório do 1º Ofício de Notas
Comarca de Ouro Preto
Rua Paranaíba 148
Fone: (031) 551-1333 - CEP 35.400 000
OURO PRETO - MG

Escritório
Cartório do 1º Ofício
Bal. Ana Paula Gong. Alves Costa
Escritório Juramentada e Subst.
M. G.
OURO PRETO

Em teste. *M*
da verdade

Ana Paula Gong. Alves Costa
* Ana Paula Gong. Alves Costa *
Escritório

Em teste. *[Signature]*
da verdade

Divino de Assis - Tabelião

Em teste. *[Signature]*
da verdade

Cartório do 1º Ofício
Livro de Assis
- TABELIÃO -
M. G.
OURO PRETO

21103577/0811-02
Em teste. *[Signature]*
da verdade

ATO. 15.4.8/180
46.08

ATO. 15.4.8.9/180

60/519
M

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO PORTADOR

Adalgisa Gomes Lana



POLEGAR DIREITO



(CÉDULA DE IDENTIDADE)

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M/725.786

NOME Adalgisa Gomes de Lana

RIÇÃO Angelo Gomes de Melo

Maria Patrícia de Jesus

Santa Barbara

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO 26/12/1921

26/08/1974

518198646 34

NASCIMENTO
26.12.21

INSCRIÇÃO S/LEPE
518 198 646 34

OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1996

Confere com o original apresentado. Dou fé.

em testemunho da verdade

Ana Paula Alves

CONTRIBUINTE
ADALGISA GUMES LANA

Adalgisa Gomes Lana

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO



Adalgisa Gomes Lana

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M/725.786

NOME Adalgisa Gomes de Lana

RIÇÃO Angelo Gomes de Melo

Maria Patrícia de Jesus

Santa Barbara

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO 26/12/1921

26/08/1974

OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1996

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

em testemunho da verdade

Ana Paula Alves

ATO. 15.11.0.10/180

11.10

CEPULA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ELIANE BICALHO LANA

MOLÉCULA ORIENTADA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPARATIVO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Eliane Bicalho Lana

Cartório do **Ofício de Notas**
Belo Horizonte - Minas Gerais
Av. Amazonas, 491 - Loja 01 - Ed. Dantão
Fone: (031) 226 2514

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

Dou 14.
B. Hto. **29 JAN 1996**
Em test. *[Signature]* da verdade

- Tabelliao
- Dr. Dirceu Pinto da Oliveira
- Tabella substituta:
- Dra Leticia Pinto da Oliveira
- Socreventes substitutos:
- Kieber Vicente Melo
- José Eustaquio Melo Costa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

REGISTRO GERAL M-965.720

NOM. **ELIANE BICALHO LANA**

FILIAÇÃO **Adolfo Lana e Adalgisa Gomes Lana**

DURO PRETO - MG 25/06/1955
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

BO. HORIZONTE 30/12/1975

[Signature]
DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

C/C

NASCIMENTO **25.06.55** INSCRIÇÃO NO CPF **512 762 326 91**

CONTRIBUINTE **ELIANE BICALHO LANA**

[Signature]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

ATO. 15.4.P.11/180 fls. 11

República Federativa do Brasil

Estado de Minas Gerais



Livro de Assis
 TABELÃO
 Ana Paula G. de M. Costa
 Escrivã de Paz e Oficial de Registro Civil

Cartório do 1º Ofício de LAUNITA NEUMAN MAROTTA

RUA PARANÁ, 149 - FONE.: (031) 551 - 1334

OURO PRETO - MINAS GERAIS

ESCRIVÃ DE PAZ E OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

31 JAN 1996

1.º Subdistrito de Ouro Preto

Confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

em testemunho da verdade

Ana Paula G. de M. Costa

Município de Ouro Preto

Comarca de Ouro Preto

Cartório do 1º Subdistrito de
 Rua Pedro Faria, nº 133, Sala 102
 CEP 35.400-000 - Tel. (031) 551-1579

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob o N.º 4078 a fls. 92

do livro N.º 31-A de Registro de Nascimento, encontra-se assento de

Eliane Bicalho Lana

nascido aos 25 de junho de 1955, às 21 horas e 00 minutos,

em domicílio da R. dos Inconfidentes, 12. Ouro Preto, MG.

sexo feminino, filha de Adolfo Bicalho de

Lana

e de Adalgisa Gomes de Lana

sendo avós paternos Elídio Gomes da Costa Lana,

e dona Maria Sítio Bicalho

sendo avós maternos Angela Gomes de Melo

e dona Maria Retunaf de Jesus

tendo sido declarante o pai

e testemunhas as regulamentares

A registranda casou-se em 01-05-1976, com Leonardo
 Observações Botelho Mourão e adotou o nome de Eliane Bicalho
 Lana Mourão. Aos 23-09-1992 foi averbado a
 imagem do casamento da registranda no livro 18 com a
 fol. 15 n.º 009. O Divórcio da registranda, celebrado

O referido é verdade e dou fé.

Ouro Preto-MG, 29 de Junho de 1996

Ana Paula G. de M. Costa

Oficial do Registro Civil



República Federativa do Brasil

ESTADO DE



MINAS GERAIS

Cartório do 1º Ofício de Registro Civil
RUA PARANÁ, 149 - FONE: (031) 551 - 1339
OURO PRETO - MINAS GERAIS
25 JAN 1986
Contra com o original que me foi apresentado. Dou fé.

LAUNITA NEUMAN MAROTTA
DE PAZ E OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

1º. Subdistrito de Ouro Preto
Município de Ouro Preto
Comarca de Ouro Preto

Cartório do 1º Ofício de Registro Civil
RUA PARANÁ, 149 - FONE: (031) 551 - 1339
OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1986

Contra com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Assinado em 28 de Janeiro de 1986

Assinado por: Ana Paula Costa

REGISTRO CIVIL

CERTIFICO, que do livro N. 27 C de registro Civil de óbitos deste Distrito, sob o nº. 3444 a folhas 1014 consta o seguinte: que no dia seis (06) de Outubro de mil novecentos e oitenta e oito (06.10.1988)

às 21 hs. 00 ms nest em d Rua dos Inconfidentes, 239, domicílio, Curo Vete, MG faleceu Roldão Bicaglio de Sousa do sexo masculino com 77 anos de idade Natural de Santa Cruz do Escalvado MG de Santa Rita, MG estado Civil Casado com Adeliza Gomes de Sousa filho de Elydio Gomes da Costa Sousa e de Maria Sette Bicaglio

O registro foi feito a 17 de Outubro de 1988 Foi declarante Gerardino Gonçalves Dias sendo o atestado médico firmado por Dr. José Orlando Vilho - CRM: 4447 que deu como causa da morte embolia pulmonar aguda

O sepultamento foi feito no cemitério da Igreja das Mercês de Curo Vete, MG

O referido é verdade e ao próprio livro me reporto e dou fé.

Launita Neuman Marotta
OFICIAL

Ouro Preto - MG, 17 de Outubro de 1988
Launita Neuman Marotta
Oficial do Registro Civil

IDENTIFICAÇÃO

Nome : **Antônio Carlos Bicalho Lana**

Local e Data de Nascimento : Ouro Preto - Minas Gerais, 02 de março de 1949

Filiação: Adolfo Bicalho de Lana
Adalgisa Gomes de Lana

Organização : Ação Libertadora Nacional - ALN

Local e Data da Morte : São Paulo - SP - 30 de novembro de 1973

Documentação:

1 - Certidão de Nascimento

2 - Certidão de Óbito

República Federativa do Brasil

Estado de



Minas Gerais

Cartório do 1º Subdistrito de Ouro Preto - MG
Rua Padre Rolim, nº 244 - Sala 102
CEP 35.400-000 - Tel. (031) 551-1579

LAUNITA NEUMAN MAROTTA
RUA PARANÁ, 149 - FONE: (031) 551-1333
OURO PRETO - MINAS GERAIS

31 JAN 1996

1.º Subdistrito de Ouro Preto
Município de Ouro Preto
Comarca de Ouro Preto

Cartório do 1º Subdistrito de
Ouro Preto - MG

Rua Padre Rolim, nº 244 - Sala 102
CEP 35.400-000 - Tel. (031) 551-1579

Em testemunho da verdade
Ana Paula G. Costa

Esc. event. Juramentada e Sujeita

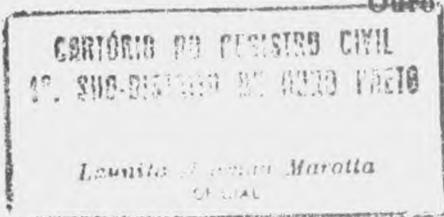
— TABELÃO —
Livro de Assis
Ana Paula Gonçalves Costa

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob o N.º 1572 a fls. 187º,
do livro N.º 27A de Registro de Nascimento, encontra-se assento de
Antonio Carlos Bicalho Lana
nascido aos 02 de março de 1949, às 01 horas e — minutos,
em a Praça Tiadentes, 13 - Ouro Preto - Minas Gerais,
sexo masculino, filho de Adolfo Bicalho de Lana
e de Adalgisa Gomes de Lana
sendo avós paternos Olidio Gomes da Costa Lana
e dona Maria Sette Bicalho
sendo avós maternos Angelo Gomes de Melo
e dona Maria Petrina de Jesus
tendo sido declarante o próprio pai (a)
e testemunhas Firminiano Vasconcelos Paiva e Joaquim Adriano
de Mattos (aa)

Observações O assento foi lavrado em 09 de março de 1949. -
O registrando faleceu em 30/11/1973 e o óbito se deu em um
cartório do subdistrito Jardim América - São Paulo.

O referido é verdade e dou fé.

Ouro Preto-MG, 29 de Janeiro de 1996

Launita Neuman Marotta
Oficial do Registro Civil

ATO. 15.4. P. 15/180 Hs-15

CARTÓRIO DO JARDIM AMÉRICA
20.º Subdistrito - São Paulo - Fone: 853-3085
CEP 05405 - RUA TEODORO SAMPAIO N.º 1121
BEL. ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ
Oficial Interventor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Reconheço por semelhança a firma de Antonio Farias de Oliveira

S. Paulo, 08 AGO 1991
Em Test. da Verdade

NIVANDO LUIZ FERREIRA
Escrivente Autorizado
SEM PAGAR POR VEZIDA
VALOR RECEBIDO POR FIRMA CR\$ 27,31

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
20.º SUBDISTRITO JARDIM AMÉRICA -- CAPITAL

CEP 05405 -- RUA TEODORO SAMPAIO, 1121 -- SÃO PAULO
TELEFONE: 853-3085

Bel. Antonio Augusto Rodrigues Cruz
Oficial Interventor

Certidão de Óbito

Livro - C 182

Folha 83vs

Número 204.376

CERTIFICO que, no livro competente de ÓBITOS deste cartório foi lavrado o assento de ANTONIO CARLOS BICALHO LANA.-

falecido no dia, trinta de novembro de mil novecentos e setenta e tres, - (30-11-1973), a av. Penedo, altura do n. 836 - Santo Amaro

do sexo masculino, de cor branca, profissão

natural de Ouro Preto - Minas Gerais

residente

com 24 anos de idade, estado civil solteiro

filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana. Ignorada as demais declarações.-

Atestado de óbito pelo(a) Dr.(a) Hany Shibata (legista)

que deu como causa da morte hemorragia interna por ferimento de arma de fogo.-

Sepultado no Cemitério de Perus

Foi declarante Jair Romeu

Observações: assento lavrado em 05 de dezembro de 1973

Eu Edna Mariano da Silva, datilografei.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, (Jardim América), 07 de agosto de 1991.

CUSTAS/EMOLUMENTOS	
CERTIDÃO	
Ao Civil	Cr\$ 120,00
A G.º	Cr\$ 27,31
Total: Cr\$ 147,31	
Recebido:	<u>18/08/91</u>

CARTÓRIO DO JARDIM AMÉRICA

CARTÓRIO DO JARDIM AMÉRICA
REGISTRO CIVIL DO 20.º SUB.º SÃO PAULO - SP.
05405 - Rua Teodoro Sampaio, n.º 1121 - Tel. 853-3085
ANTONIO FARIAS DE OLIVEIRA
Escrivente Autorizado

Av. João Francisco, 33 TABELA JOÃO TEODORO DA SILVA <input type="checkbox"/> ESCRIVENTES SUBSTITUTOS Manoel Ferreira Pedrosa <input type="checkbox"/> Maria das Graças Teodoro de Almeida <input type="checkbox"/> Maria de Lourdes Teodoro da Silva <input type="checkbox"/> Beatriz Marinho Teodoro Ferrari <input type="checkbox"/> Isabel Marinho Teodoro Meniconi <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> SIGNATÁRIO DO ATO	PUBLICA - FORMA (Dec. - Lei 2.148/40, art. 2.º) Reconheço a autenticidade desta cópia reprográfica, conferida com o documento a mim apresentado Dou fé, Belo Horizonte, MG, 30 JAM 98 Em testemunho da verdade
---	--

VALOR RECEBIDO CR\$

22.º CARTÓRIO DE NOTAS
 Av. Brasil, 564 - São Paulo - Tel 887-1466
 BEL. ELEUTÉRIO ORTIZ
 ESCRIVÃO
 AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia reprográfica, conforme o original a mim apresentado, do curso nº _____,
 S. Paulo 08 AGO 1991

JAQUES MARTINS ORTIZ
 BEL. CLEUNICE DE SOUZA MONTEIRO
 MISAEL DO LAGO SOUZA
 Escreventes Autorizados

BIOGRAFIA

4/5: 16

ATD/54. P. 17/180

ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

Dirigente da Ação Libertadora Nacional - ALN.

Nasceu em Ouro Preto - Minas Gerais, no dia 02 de março de 1949, filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana, numa grande família de 13 filhos.

Fez o curso primário no Grupo Escolar D. Pedro II e o ginásial na Escola Municipal Marília de Dirceu, em Ouro Preto, onde começou o curso científico, que não foi concluído em prol do seu sonho de uma sociedade igualitária e da repressão política insensível aos direitos do povo oprimido e aos seus ideais de justiça e liberdade.

Passou a atuar no movimento estudantil na década de 60, participando em Ouro Preto de um grupo de militantes formado por estudantes secundaristas, universitários e operários. Iniciou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro- PCB, posteriormente alinou-se à tendência Corrente Revolucionária. Transferiu-se para Belo Horizonte em 1968, passando a militar na Ação Libertadora Nacional - ALN, da qual foi um de seus dirigentes. Sendo conhecido como Cristiano, Cal e Mateus, dedicou-se inteiramente à luta armada.

No início de 1969, diante das prisões, torturas e assassinatos de seus companheiros, Antônio Carlos percebeu a dureza do combate em que se engajara. Firme em suas convicções, deslocou-se para o Rio de Janeiro e, mais tarde para São Paulo, através da ALN, cumprindo na clandestinidade várias tarefas importantes da organização em vários pontos do país.

Embora clandestino, por várias vezes se comunicou com seus pais, através de telefonemas, telegramas e cartas breves. Em uma das cartas, num trecho escreveu, privilegiando sua irmã caçula:

"Estou bem e ainda vivo.

Abraços a todos e um especial na Mariangélica.

Do seu filho saudoso,

Antônio Carlos

"Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil"

(ALN)

No dia 14 de junho de 1972 escapou ferido com três tiros de um massacre feito pelo DOI-CODI/SP, quando morreram Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Correia.

Companheiros sobreviventes da guerrilha que militaram e conviveram com Bicalho Lana informam os traços fundamentais da sua personalidade: a coragem e o destemor diante da morte, combinados com generosidade e afetividade comoventes que cativava os companheiros e encorajava-lhes diante dos perigos. Idealista, mesmo nos momentos mais difíceis, ousava sonhar com a realização da utopia socialista, da libertação dos homens da luta constante para atendimento de suas necessidades primárias e fundamentais e conseqüente possibilidade de realização de suas potencialidades mais sublimes.

Palavras de Arnaldo Fortes Drumond, seu conterrâneo e companheiro de luta, quando do sepultamento dos seus restos mortais, em agosto de 1991:

"O que mais nos impressionava nele era a sua coragem e o seu sentimento de justiça"

Sabidamente jurado de morte pelos órgãos de repressão policial-militar, especialmente pelo DOI-CODI, Bicalho Lana se recusava a exilar-se do Brasil, convicto da importância política de se manter viva a resistência armada ao regime militar, apesar das graves e dolorosas perdas de companheiros.

Em novembro de 1973 passou a morar em São Vicente-SP com Sônia Maria Lopes de Moraes, a quem se unira. Seu apartamento passou a ser vigiado e os dois acabaram sendo presos neste mesmo mês por agentes do DOI-CODI/SP, tendo o II Exército divulgado a farsa de que morreram em combate, num tiroteio em Santo Amaro (São Paulo-SP). Na realidade eles foram presos no Posto Rodoviário, no Canal 1, em Santos, onde Antônio Carlos foi agredido por vários policiais, tendo recebido uma coronhada de fuzil na boca. Testemunhas atestam que Antônio Carlos e Sônia foram presos com vida e em meio a grande pancadaria para detê-los.

Conforme depoimento de Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-CODI/SP à revista "Veja", de 18 de novembro de 1992, houve vibração quando da prisão de Antônio Carlos Bicalho Lana, que, juntamente com sua companheira Sônia Maria Lopes de Moraes, foi

levado a um centro clandestino da repressão, localizado em um sítio da zona sul de São Paulo, onde os dois foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, em São Paulo-SP, onde foi encenada a farsa de um tiroteio para simular as mortes.

Diante da tortura e morte, Bicalho Lana não se dobrou, não se rebaixou ao nível de seus algozes, mostrando-lhes a mesma coragem e dignidade já conhecidas dos amigos e militantes com os quais conviveu e lutou.

O corpo mutilado de Antônio Carlos foi autopsiado pelos legistas Harry Shibata e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que descreveram as trajetórias das balas sem nada falar sobre os sinais evidentes de tortura, como comprovam as fotos encontradas no arquivo do DOPS/SP. O Dr. Shibata confessou, mais tarde, que registrou em seus exames técnicas de necrópsia apenas por uma questão de praxe, sem ter realizado de fato a operação - conforme depoimento que consta dos Anais da CPI da Câmara Municipal de São Paulo sobre a Vala Comum do Cemitério de Perús.

Nos relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica permanece a falsa versão de que morreu após tiroteio com órgãos de segurança. O relatório do Exército sequer se refere ao seu nome apesar de terem sido os seus organismos responsáveis pela sua prisão, tortura e morte.

Durante quase vinte anos, seus companheiros de luta não esmoreceram e investigaram o assassinato de Antônio Carlos e Sônia Moraes, bem como de tantos outros.

Este processo de vasculhar os porões da ditadura, os arquivos secretos, as valas dos cemitérios públicos tem sido importante para o resgate da História do país e para a consolidação do regime democrático. Neste contexto ressalta-se o papel desempenhado pela Prefeita Luiza Erundina, que no governo municipal de São Paulo empenhou-se pessoalmente na busca, exumação e identificação dos restos mortais de Bicalho Lana, Sônia Moraes e outros combatentes, com a participação da UNICAMP.

No dia 12 de agosto de 1991, dezoito anos depois de sua morte, os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana baixaram sepultura, em sua terra natal, Ouro Preto-MG.

ATO. 15.4.P.21/180

8/5-20

[Handwritten signature]

Ao som do Hino Nacional e aos gritos de "Viva a Liberdade", Vila Rica recebeu Antônio Carlos Bicalho Lana. Amante da liberdade, quem morreu combatente mereceu tumba de herói.



**RELATÓRIO DA MORTE DE
ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA**

RELATO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE DE ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

A versão oficial de sua morte é de que ao receber voz de prisão, na altura do n. 836 da Av. Penedo, em Santo Amaro, São Paulo, Capital, quando estava em companhia de Esmeralda Siqueira de Aguiar, reagiu a tiros, sendo gravemente ferido e falecendo a caminho do Hospital. (Documentos: laudo de necropsia do IML/SP, certidão de óbito e vários documentos dos arquivos do DOPS/SP.

No entanto, seu nome só é excluído da lista dos perseguidos políticos do Boletim Informativo do Exército em março de 1975 - Doc. 50-Z-9-40.313 - DOPS/SP.

Em reportagem do jornal "O Globo", datado de 30/10/79, com o título "*Anistia já deu liberdade para 711 presos políticos*" **Antônio Carlos Bicalho Lana** está incluído na lista dos beneficiados pela Lei de Anistia.

Em entrevista à Revista Veja, de 18/11/92, o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, agente do DOI-CODI/SP, confirmou a denúncia feita no Dossiê: Antônio Carlos e Sônia foram presos no canal 1, em Santos, onde não houve qualquer tiroteio, "apenas" a violência dos agentes de segurança, que conseguiram imobilizar o casal aos socos, pontapés e coronhadas. Ao falar sobre as casas de tortura e morte mantidas pelo CIEEx, Marival afirma:

"Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN."

"Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles".

Na matéria citada, o Sr. Marival fala entre outras coisas de como eram montados os "teatrinhos", feitos para, segundo ele, "despistar" as mortes sob tortura. São essas as suas palavras:

"O preso morto era levado para um local público, onde equipes do DOI simulavam um tiroteio com mortes. Na hora de levar o "corpo" para o IML, faziam-se as substituições. O agente que se fingiu de morto era substituído pelo corpo do preso. No IML, o legista Harry Shibata e outros legalizavam a morte em combate."

Mais adiante, na entrevista à Revista Veja, encontramos o seguinte diálogo:

"Veja: Não havia entre os agentes algum comentário de repúdio a essa matança, alguma indignação?"

"Chaves: Pelo contrário. Os comentários eram ufanistas. No caso da prisão de Antônio Bicalho Lana houve vibração..."

Investigação desenvolvida pelos pais de Sônia Maria, João e Cléa, a verdade dos fatos havia sido parcialmente reconstituída. Foi possível localizar o bilheteiro da Empresa Zefir, Ozéas de Oliveira e o motorista do ônibus, Celso Pimenta, que presenciaram, em 1973, a prisão do casal.

Segundo as testemunhas, no ônibus que tomaram em São Vicente, com destino a São Paulo, viajavam agentes da polícia. Ao entrarem, Lana quis pagar as passagens, mas o motorista informou-o que o pagamento seria feito no chichê do Canal 1, onde ficava a agência.

Quando lá chegaram, Lana desceu do ônibus e Sônia ficou. Cinco agentes esperavam dentro da agência, e outros chegaram em vários carros que cercaram o ônibus.

No guichê, Lana entrou em luta corporal com os agentes, sendo dominado, tendo levado uma coronhada de fuzil na boca. Sônia, ao levantar-se do banco, foi agarrada e levou um pontapé nas costas, saindo do ônibus algemada pelos pés, tendo sido colocada em um Opala, enquanto Lana era empurrado para outro carro.

Ozéas e Celso jamais esqueceram a cena de extrema violência que presenciaram e não tiveram qualquer dúvida em reconhecer, nas fotos de Antônio Carlos e Sônia, o casal então desconhecido.

Este depoimento foi anexado ao processo aberto, em 1982 pelos pais de Sônia, contra o médico legista Harry Shibata perante o Procurador da Justiça Militar de São Paulo, tendo sido tomado nesta época na presença dos Drs. Belizário dos Santos Jr., Luiz Eduardo Greenhalgh e de Suzana Lisboa, representante dos familiares na Comissão especial.

Trechos dos depoimentos fazem parte do vídeo "Sônia Morta e Viva", de Sérgio Waisman, produzido pelos pais de Sônia

Os corpos, enterrados como indigentes no Cemitério de Perús, sendo o de Sônia com nome falso, somente foram resgatados após a abertura da Vala Clandestina do Cemitério de Perús, em São Paulo.

O laudo de necrópsia de Antônio Carlos, datado de 5/12/74 e assinado por Harry Shibata e Antônio Valentini, descreve apenas 1 (um) ferimento à bala, com entrada na região palpebral direita e saída na região parietal direita. E se refere à "incisão bi-mastóideo vertical, rebatidos ambos os retalhos, pomos a descoberto a calota craniana. Observamos: ferimento transfixiante do crânio, tendo o trajeto sido da região frontal a região parietal direita de direção de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda."

Este laudo é contestado pelo legista Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, que diz textualmente... "este crânio levou dois tiros, praticamente consecutivos, disparados quase que no mesmo local, mas que não existe qualquer registro no laudo de necrópsia original que leva o número 53.434."

"No que diz respeito aos ferimentos existentes no tórax, não encontramos qualquer correspondência com as estruturas ósseas por nós examinadas."

Quanto à trajetória dos projéteis, o laudo da UNICAMP descreve um trajeto que é exatamente o inverso do descrito pelo IML, isto é, pelo laudo da UNICAMP o trajeto é da esquerda para a direita, de trás para frente e de baixo para cima, enquanto que o IML descreve o trajeto como sendo "de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda."

Tantas falhas no laudo do IML só vem confirmar a prática desse órgão de confirmar as versões oficiais dos órgãos de segurança dos falsos titoteios, visando encobrir as mortes sob tortura.

Considerando que há vários depoimentos que se referem à prisão de Antônio Carlos, que ele e Sônia foram mortos sob tortura e que os documentos do IML, órgão ligado à Secretaria de Segurança é comprovadamente omissivo quanto a descrição das torturas e falso quanto a descrição dos ferimentos à bala, solicitamos a inclusão de seu nome na lista das vítimas fatais da repressão política estatal.

ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA



Reprodução da foto nº 7145 - 73

ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA



Reprodução da foto nº 7145 - 73

20
acef

gsp. 11/12/73

Dois terroristas morrem ao resistir à prisão

Agentes dos órgãos responsáveis pela segurança interna surpreenderam, na tarde de ontem, em Santo Amaro, dois terroristas, cujas pistas vinham sendo seguidas há algum tempo. Ao receberem voz de prisão, sacaram suas armas e travaram cerrado tiroteio com o agentes, findo o qual tombaram feridos. Aos serem encaminhados ao hospital vieram a falecer. Trata-se de Antônio Carlos Bicalho Lanna e Esmeralda de Siqueira Aguiar, ambos integrantes do grupo tático-armado da ALN (Aliança Libertadora Nacional), sendo ele chefe do grupo. Antônio Carlos Bicalho Lanna ("Bruno", tomou parte num sem-número de ações terroristas, entre as quais assaltos a bancos, a indústrias, a supermercados, bem assim à queima do automóvel do cônsul americano, bomba contra a "Super-gel", morte de comerciante na rua da Moóca e assalto à USP. (Página 8).

Antonio Carlos Bicalho Lanna e Esmeralda de Siqueira Aguiar, ambos integrantes do grupo tático-armado da ALN, resistiram à ordem de prisão e depois de terem travado tiroteio com os agentes da

**TERRO-
RIS-
TAS
MOR-
RERAM**

Diário
de
Notícia
(São Paulo)
11/12/73

17
 doc. 12
 W. J. ...
 SET ESTADOS DE ...

DSP — Sábado, 1.º de dezembro de 1973

Terroristas mortos ao resistirem à prisão

Agentes dos órgãos responsáveis pela segurança interna vinham, há algum tempo, seguindo as pistas de Antonio Carlos Bicalho Lanna, chefe do Grupo Tático-Armado da ALN — Aliança Libertadora Nacional.

Hoje, por volta das 15 horas, nas proximidades da Av. Pinedo, na região de Santo Amaro, Bicalho Lanna foi reconhecido pelos agentes que lhe deram voz de prisão.

Bicalho Lanna estava ao lado de sua companheira, identificada como Esmeralda de Siqueira Aguiar. Ao serem surpreendidos, os dois terroristas escaram de suas armas, reagindo a bala à voz de prisão.

Após cerrado e rápido tiroteio, ambos tombaram feridos, vindo a falecer a caminho do hospital Antonio Carlos Bicalho Lanna, nascido a 2 de março de 1949, em Ouro Preto (MG), conhecido também como "Bruno", portava, na oportunidade em que foi reconhecido, documentos com o nome filho de ("Jair da Silva").

Antonio Carlos Bicalho Lanna ("Bruno") tomou parte nas seguintes ações:

- Tentativa de assalto ao carro-pagador do Banco Itaú América, no bairro do Sumaré, em dezembro de 70.
- Queima do palanque na av. D. Pedro, bairro de Ipiranga, a 6 de setembro de 1971.
- Assalto ao Supermercado Eletro radiobraz.
- Assalto ao Supermercado Rodia S.A.
- Tentativa de assalto nas Indústrias Fichtel, em Santo André, no 1.º semestre de 1971.
- Assalto ao Supermercado Fioreto, na rua Silva Bueno, 673, a 6 de fevereiro de 1971.
- Assalto ao Supermercado Morita, na rua Padre Antonio dos Santos, 872, bairro da Cidade Monções, a 10 de março de 1971.
- Assalto ao Supermercado Ao Barateiro, na rua Clodomiro Amazonas, 953, a 19 de abril de 1971.
- Assalto ao Supermercado Morita, na Alameda dos Guatás, 1.203, a 24 de abril de 1971.

- Panfletagem e discursos no interior do Restaurante Hungria, à rua Oscar Freire, 1.425, no dia 1.º de maio de 71.
- Assalto ao Supermercado Morita, à rua Padre Antonio dos Santos, 872, bairro da Cidade Monções, a 22 de maio de 71.
- Panfletagem e distribuição de "Venceremos", na Escola Urubatan, em Santo André, em maio de 71.
- Assalto ao Supermercado Morita, à rua do Osatário, 1.274, a 21 de agosto de 71.
- Assalto ao Banco Brasileiro de Descontos S.A., à rua César Castellani Júnior, 211, bairro da Casa Verde, a 31 de agosto de 71.
- Assalto à empresa "Clima", à rua Araújo, 308, em Santo André, a 11 de outubro de 71.
- Queima de um veículo das Polícias, à praça Benedito Calixto, Pinheiros, a 23 de outubro de 71.
- Queima de um ônibus na Estrada da Vila Ema, 4.250, a 25 de outubro de 71.
- Assalto à agência da Light, à rua Silva Bueno, 639, Ipiranga, a 25 de outubro de 71.
- Atentado a bomba contra a empresa "Supergel", à avenida Quatro Fúhos, 1.500, bairro do Jaguaré, a 27 de outubro de 71.
- Assalto à empresa "Vulcan", em Santo Amaro, a 29 de outubro de 71.
- Queima do automóvel do cônsul americano, a 3 de novembro de 71.
- Atentado a bomba contra a residência do sr. Shuyler Carlos de Figueiredo Fulford, presidente da Sears, a 3 de novembro de 71.
- Atentado a bomba contra a residência do sr. Gary Shearer, diretor da Companhia Chicago Bridge, à rua Comendador Elias Zarur, 2.035, a 3 de novembro de 71.
- Assalto ao Supermercado U'Ubrás, à rua Clodomiro Amazonas, em novembro de 71.
- Tentativa de sequestro de um médico, no Alto de Pinheiros, em dezembro de 71.

- Sequestro do médico Euclides Fontegno Marques, a 1 de dezembro de 71.
- Assalto à Agência de Empregos na rua Maestro E. Lobo, a 10 de janeiro de 72.
- Assalto à Escola Paes Leme, à rua Pedrosa de Mota, 420, a 14 de janeiro de 72.
- Assalto à empresa "F. Monteiro", à rua Eusébio Mattos, 1.231, a 6 de março de 72.
- Incêndio e pilagem contra a residência do sr. Michael Drayton, à rua General Almirante de Moura, 534, Jardim Morumbi, a 22 de março de 72.
- Assalto à Companhia de Alimentos Cacique S.A., à rua Carlos Weber, 737, a 10 de abril de 72.
- Assalto a "Dregasil", à rua Silva Bueno, 1.000, Ipiranga, a 25 de abril de 72.
- Assalto ao Supermercado Morita, à rua Américo Bradense, a 3 de junho de 72.
- Assalto à empresa "D. F. Vasconcelos", à av. Izidlanópolis, 1.706, a 12 de junho de 72.
- Assalto à empresa "Timken do Brasil S.A.", à rua Mesquita Sampaio, 714, Santo Amaro, a 9 de fevereiro de 73.
- Bruto de uma peruca Variant, à rua Indiana, 929, Brooklin Novo, a 15 de fevereiro de 73.
- Assalto ao Departamento de Matemática da USP, na Cidade Universitária, a 16 de fevereiro de 73.
- Morte do delegado dr. Otávio Gonçalves Moreira Júnior, no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 73.
- Assalto contra uma Rádio-Patrolha e posto de gasolina, à rua Coronel Francisco Amaro, em Santo André, a 18 de julho de 71.
- Morte do sr. Manoel Henrique de Oliveira, à rua da Noiva, 23.329, a 20 de fevereiro de 73.

(*) Fez curso de guerrilha em Cuba (II Ex da ALN), de julho de 69 a janeiro de 70.

ATO. 15.4.8.28/180

HS. 87

ATO. 15.4, P. 29/180

Fls 28
[Handwritten signature]

SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA

INSTITUTO MEDICO-LEGAL DO ESTADO

REQUISIÇÃO DE EXAME

o Sr. Diretor do Instituto Médico-Legal do Estado.

ITAL

Antonio Carlos Bicalho Lana.

Solicito suas providências no sentido de ser recolhido ao Necrotório desse Instituto, a fim de ser submetido ao necessário exame o cadáver abaixo qualificado:

Nome: Antonio Carlos Bicalho Lana Doc. Ident. _____

Idade: _____ Anos. Sexo: Masculino Estado civil: Solteiro

Raça: Branca Profissão: Ign.

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Ouro Preto - M.G.

Pai: Adolfo Bicalho Lana,

Mãe: Adalgisa Gomes de Lana,

Religião: Ignorada.

Morto às 15,00 hs. horas e encontrado às 15,00 horas

em 30/11/1973 à rua AV. de Pinedo, altura do nº 836.
Santo Amaro.

- CAUSA DA OCORRÊNCIA:
- | | | | | |
|-------------|--------------|-------------------------------------|----------------------|--------------------------|
| (assinalar) | Homicídio | <input checked="" type="checkbox"/> | Suicídio | <input type="checkbox"/> |
| | Acidente | <input type="checkbox"/> | Morte suspeita | <input type="checkbox"/> |
| | Infanticídio | <input type="checkbox"/> | Acidente do Trabalho | <input type="checkbox"/> |
| | Abortamento | <input type="checkbox"/> | Morte natural | <input type="checkbox"/> |

Histórico do caso: (deve ser preenchido pela autoridade requisitante).
Segundo consta, trata-se de elemento terrorista, que veio a falecer quando travava tiroscopia com os Órgãos de Segurança Nacional.

Identificado por: C. Cadáver Carro N.º _____
Destinado para: DOPS.
J/Remem.
Observações: _____

São Paulo, 30 de Novembro de 1973

[Handwritten signature]
DELEGADO
(nome dactilografado)

ENTRADA NO NECROTÉRIO AS 15 HORAS 30 DE Novembro DE 1973

REGISTRO N.º NATUREZA DA PERÍCIA

MATERIAL ENVIADO AO LABORATÓRIO DE TOXICOLOGIA ATO 15.4, P. 30/180



MATERIAL ENVIADO AO LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA:

FOI RETIRADO PROJÉTIL DE ARMA DE FOGO 1 projétil.
OU QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO QUE SE RELACIONE COM O FALECIMENTO

ENVIADO A

PESO: COMPRIMENTO: DATILOGRAMAS N.º

FOTOGRAFIAS N.º EXAME RADIOLÓGICO:

CAUSA MORTIS: Hemorragia interna por ferimento de projétil de arma

fatores

MÉDICO LEGISTA QUE PROCEDEU O EXAME: Dr. Harry Shibata, em em 30 de Novembro de 1973

Mo. Sr. Direto
CAPIT
Solic
de ser subme
NOME
Idade: 26 anos
Cór: D
Nacionalidade

CEMITÉRIO Paraisópolis OBITO REGISTRADO NO CARTÓRIO DE PAZ

J. A. Silva QUADRA: SEPULTURA:

SEPULTAMENTO FEITO P/ elo necrotério com ofício.

SAÍDA AS 15 HORAS DO DIA 1.º DE Dezembro DE 1973

VESTES: Camisa azul, calça jeans vermelha, calça jeans castanho, sapatos azuis, bermuda cinza, cueca de algodão preto

DESTINO DAS VESTES: junto do cadáver

ESTE CADAVER FOI RETIRADO P/ elo carro de I.M.L. (Jair Romén)

RESIDENTE A N.º BAIRRO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE: TELEFONE:

ASSINATURA

FILIAÇÃO
RESIDÊNCIA
Falecido às
Do dia...
Bairro:
NATUREZA
Breve histó

O ADMINISTRADOR DO NECROTÉRIO,

Conduzido
Remeter o
Observaçõe

15.30
P. 31/180

LANA ANTONIO CARLOS BICALHO, masc. br. 24 anos, solt, bras. ouro preto
fil. de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa

Gomes de Lana RESD; Ig.

Livro n.º Data do óbito: 30/11/73 Hora do óbito: 15,00

Local do óbito: Av. Pinedo, Altura do Nº, 836

Médico que atestou: Dr. Harry Shibata

Data do atestado: 30/11/73

Causa mortis: Hemorragia interna P/. Ferimento de Arma de fogo

N.º do exame: 53.434 Livro n.º 1.982 Página n.º 434 Data ex.: 30/11/73

Autoridade requisitante: DOPS Rg. 5-12-74

Peritos: Drs. 1.º Harry Shibata 2.º Antonio Valentini

Caso: Necr. Local de Exame: sede Hora:

Diagnóstico e instrumento ou meio: inst. perfuro contundente (proj. de arma de fogo)

Reconhecido como sendo

Livro de Fotografias n.º Pág. n.º Fotografia n.º

Registrado no Cartório de J. America Cemitério: Perus

Autoridade destinatária: DOPS

RECEBI em 10 / 11 / 1974 Wagner Romilson R.G. 3.563.338

ATO 15.4, P. 32/180



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
D O P S

Registrado em 05 de 12 de 1974 sob n. 53.434

Malkiria

LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO
EXAME NECROSCÓPICO

434

Aos trinta dias de novembro de mil novecentos e setenta e tres, nesta cidade de São Paulo, a fim de atender a requisição do doutor - Del. Pol. - os infra-assinados, doutores - Harry Shibata e Antonio Valentini - médicos-legistas, foram designados pelo doutor - Paulo A. de Q. Rocha - Diretor do Instituto Médico-Legal do Estado, para proceder a exame de corpo de delito em

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

e responder aos quesitos seguintes:

- Primeiro — Houve morte?
- Segundo — Qual a sua causa?
- Terceiro — Qual o instrumento ou meio que a produziu?
- Quarto — Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio ou cruel? (Resposta especificada).

Realizada a perícia, passaram a oferecer o seguinte laudo: exames e necropsias hoje, no necrotério do Instituto Médico-Legal, um corpo que nos foi apontado como sendo de ANTONIO CARLOS BICALHO / LANA, sexo masculino, cor branca, com vinte e quatro anos de idade, solteiro, brasileiro, natural de Duro Preto, filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana, residência ignorada. HISTÓRICO: veio e falecer em tiroteio com órgãos da segurança. VESTES: no momento do presente exame trajava: calça de tergal, camisa de algodão azul, cueca de nylon vermelha. REALIDADE DA MORTE: a morte se caracteriza pelos seguintes sinais de certeza: dilatação pupilar, ausência de respiração, circulação, imobilidade, rigidez cadavérica, hipotermia, hi

VISTO : DIRETOR

Ar. 32
HAD

postase, depressibilidade do globo ocular, opacidade da córnea. EXAME EXTERNO: ao exame verificamos tratar-se de cadáver de adulto do sexo masculino, de cor branca, biotipo normolíneo, complexão mediana. Estado de nutrição nutrífico. Cabeça: crânio simétrico, rosto oval, fronte oblíqua, cabelos simétricos de colorido preto, nariz mesorrino, boca de lábios grossos. Uíngodes ausentes. Barba a fazer. Mentão: ortognato. Dentição boa. Lesões: observamos: ferimento perfuro-contuso na região palpebral direita de formato ovalar, medindo oito milímetros de diâmetro, com bordas deprimidas, com orla de enxugo e equimótica, caracterizando tipicamente orifício de entrada de projétil de arma de fogo. Ferimento perfuro-contuso situado na região parietal direita - com formato ovalar, medindo quinze milímetros de diâmetro de bordas / evertidas caracterizando orifício de saída de projétil de arma de fogo. Pescoço: nada digno de nota. Tórax: simétrico. Observamos: ferimento perfuro-contuso no precórdio a dois dedos interno do mamilo com formato circular, medindo dez milímetros, de bordas deprimidas, com orla de enxugo e equimótica presentes, caracterizando orifício de entrada de projétil de arma de fogo. Ferimento perfuro-contuso na região posterior do hemitórax esquerdo na altura da décima primeira costela com bordas evertidas caracterizando orifício de saída de projétil de arma de fogo. Abdome: plano. Cicatriz umbilical na linha mediana, distribuição pilosa típica do sexo masculino. EXAME INTERNO: procedemos as aberturas das cavidades, inicialmente pelo segmento cefálico / através de uma incisão bi-mastoidea vertical. Rebatidos ambos os retalhos, pomos a descoberto a calota craniana. Observamos: ferimento transfixante do crânio tendo o trajeto da região frontal a região parietal direita de direção de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda. Abrimos o crânio pelo método de Grissinger expondo a cavidade. Tronco: procedemos a abertura do tronco através de uma incisão mento-púbica. Afastados os retalhos da pele e retirado o plastrão condro-esternal, observamos: ferimento transfixante do tórax tendo orifício de entrada no precórdio e orifício de saída na região posterior do hemitórax esquerdo atingindo o coração e pulmão esquerdo. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO: ante ao exposto e ao que acima ficou descrito as seguintes conclusões podemos inferir: 1) examinamos um corpo em estado de morte real; 2) a causa mortis procedeu-se em virtude de traumatismo crânio encefálico por ferimento provocado por projétil de arma de fogo conforme descrito no exame. RESPOSTAS AOS QUESITOS: ao primeiro - sim; ao segundo - traumatismo crânio encefálico; ao terceiro - instrumento perfuro-contundente (projétil de arma de fogo - bala); ao quarto - não. Nada mais havendo, damos por encerrado o presente laudo.

São Paulo, 05 de dezembro de 1974

Dr. Harry Shibata

Dr. Antonio Valentini

9179

- 2 -

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**FICHARIO INDIVIDUAL**

Nome -ANTONIO CARLOS BICALHO LANA-

Data

Doc. Ident. N.º

Pai

Mãe

Idade

Sexo

Data do Nascimento

Nacionalidade

Natural de

Estado Civil

Profissão

Local do Trabalho

Residência

Nome e Endereços de Parentes ou Conhecidos:

NOTAS:

9179

M-94-H

*Salveido***DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL****FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL**

Nome ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

Vulgo

Data 19.6.69

Prontuario na Delegacia N.

Pai Adolfo Bicalho de Lana

Mãe Adalgisa Gomes de Lana

Idade

Data do Nascimento 2.3.49

Sexo

Nacionalidade Bras

Natural de Ouro Preto/MG

Estado Civil solt

Profissão estudante

Local do Trabalho

Ordenado

Residencia atual Rua Conde de Robadela, 68 - Ouro Preto

Residencias anteriores

É sindicalizado

sindicatos e locais que costuma

frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes:

Notas Cromaticas:

Em 16/01/73-Conf. Enctº nº 12/73, consta que a 2ª Aud. da 2ª CJM expediu MANDADO DE PRISÃO contra o nominado. v/p- Procurados/73.

Em 19/08/73:Conf. Enctº. 198/73-CISESP, o nominado esta com Mandado de Prisão expedido pela 4ª CJM. (V/P=Procurados/73).

Em 22-03-73 -Em rec.do Diário do Pr. consta que (LINCOLN BICALHO ROQUE-) foi morto pelos órgãos de segurança de São Paulo, ao reagir a prisão. (presume-se tratar-se do fichado) v/p recorte de jornais.

Em 19-12-73 -Em rec.da Folha de São Paulo, consta que o fichado foi morto pelos órgãos de segurança de São Paulo, quando reagiu a tiros a voz de prisão. v/p recortes de jornais.

Em 11-08-75 -O nome do fichado consta nas pags.254,266,317 e 364 das pastas ALN e MOLIPO, respectivamente.

Em 29/05/78- Conf. Jornal do Brasil de 29/03/78 o fichado foi morto sob tortura em 30/11/73.(V/P-Dia Nacional do Protesto)

- Em 19.6.69 - Consta que o fichado pertence a ORGANIZAÇÃO POLITICO-MILITAR "OPM", que adota o marxismo-leninismo como doutrina e a violência como linha de ação. Pelo citado grupo, foram levadas a efeito várias ações como assaltos a agências bancárias, atos de terrorismo, roubos e outras atividades. (v. pasta OPM) e Pasta- CENIMAR/70
- Em 15-04-70- O fichado foi indiciado em IPM pela 4ª RM e está sendo procurado. (v.p. OPM-conf. inform. 158/CO/69.) DPM
- Em 27-11-70- Conforme enc.nº 252/70-SNI, o fichado frequentou o curso de guerrilha rural, urbana e explosivos em Cuba. (vp SNI). E PASTA /ALN- Inf. 18/71-DPF.
- Em 21-12-70-Conf.PB nº 056/70-DOPS/CEARA consta que o fichado teve sua prisão preventiva decretada pelo Auditor da 10ª RM e encontra-se foragido. (vp procurados).
- Em 24/01/72-Conf. Enctº 031/CO/72-DPF, consta que o fichado está com Mandado de Prisão expedido pela Auditoria da 4ª R.M. (Juiz de Fora- MG), como incurso na Lei de Segurança Nacional.V/P-PROCURADOS.
- Em 28/01/72-Conf. Inf.nº 025/72-CO/DPF, consta que o fichado frequentou em Cuba um curso de sabotagem e terrorismo e já se encontra em atividade no país. V/P- PROCURADOS. e Enctº 50/72-DPF.-
- Em 29-03-72 -Em rec.do Est.de São Paulo, consta que o fichado continua sendo procurado pelos órgãos de segurança. v/p recorte de jornais.

LANA ANTONIO CARLOS BICALHO, nasc. br. 24 anos, solt, bras. ouro preto
fil. de Adolfo Bicalholana e Adalgisa

Gomes de Lana RESD: Ig.

Livro n.º Data do óbito: 30/11/73 Hora do óbito: 15,00

Local do óbito: Av. Pinedo, Altura do Nº, 836

Médico que atestou: Dr. Harry Shibata

Data do atestado: 30/11/73

Causa mortis: Hemorragia interna P/. Ferimento de Arma de fogo

N.º do exame: 53.434 Livro n.º 1.982 Página n.º 434 Data ex.: 30/11/73

Autoridade requisitante: DOPS Rg. 5-12-74

Peritos: Drs. 1.º) Harry Shibata 2.º) Antonio Valentini

Caso: **Necr.** Local de Exame: sede Hora:

Diagnóstico e instrumento ou meio: inst. perfuro contundente (proj. de arma de fogo)

Reconhecido como sendo

Livro de Fotografias n.º Pág. n.º Fotografia n.º

Registrado no Cartório de J. America Cemitério: Perus

Autoridade destinatária: DOPS

RECEBI em 10 / 11 / 1974 Wagner Lombison RG 3.563.338



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls. 5

ANTONIO CARLOS BICALHO LANAFiliação: Adolfo Bicalho Lana
Adalgisa Gomes Lana

Nasc: 02.03.1949 - Ouro Preto/MG

50-Z-9-33.726-40.977-42.451 - 30Z-160-12.512 DD

Nomes Falsos: Ernesto Lemos Vogel
Jair da Silva

52-Z-0-7424 - 30-Z-163-367 - 50-Z-9-36.006/602/764 DD

Vulgos: Cristiano, Carlos, Kalil, Zezinho, Cal, Caujinho, Louro, Lemos, Vogela, Matheus, Matheus Ernesto.

50-Z-9-40.977

Fotos:

30-Z-160-2674-9047-13.890-14.557-14.892 - 30ZZ-163-571 - 50-D-7-1512

- 50-Z-9-40.977 - 50-Z-130-7.738 DD

Na ficha de Luiz José da Cunha, elemento pertencente à A.L.N., consta que o mesmo teve ligações com o epigrafo.

30-Z-160-15.523 DD

Em 13.07.1970 na relação de militantes da A.L.N., consta o nome do epigrafo e foto, com o codinome de Cal.

50-D-7-1512-1523 DD

No resumo de declarações prestadas por Viriano Xavier de Melo Filho, a turma de interrogatório, no dia 26.11.70, foi citado o nome do epigrafo com o vulgo de "Cristiano", - que fez um curso de guerrilha em CUBA junto com o depoente.

30-Z-160-8.966 - 50-Z-9-181503 DD



Em julho de 1.971 no resumo da Auto-Biografia de Francisco Carlos de Andrade, é citado como elemento que realizou curso de guerrilha em CUBA e participante do (Movimento de Libertação Popular) - MOLIPO.

30-Z-163-367 - 50-Z-130-1146 DD

Nas declarações prestada por Eleonora de Oliveira Soares a turma de interrogatório, nos dias 14/15 de julho de 1.971, foi citado o nome do epigrafado.

50-Z-9-35.213 DD

No RPI nº 0/73, do II Exército (continuação) fls. 16, informa que em 16.07.71, o epigrafado junto com outros elementos assaltaram a rádio-patrolha 13; e posto, na Rua Cel. Francisco Amaro, levando 1 metradora Ina, 2 revólveres 38, 50 cartuchos 45 e Cr\$400,00.

30-Z-163-466 DD

Reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", datado de 28.09.71, com o título "Advertência: o terror persiste, na relação dos elementos procurados da ALN - (Ação Libertadora Nacional), consta o nome do epigrafado junto com outros elementos - terroristas.

50-K-118-106 DD

Em setembro/1971 no resumo da Auto-Biografia de Francisco Carlos de Andrade, é citado como elemento que ensinou o biografado na confecção de bombas, bazucas e granadas, utilizando-se de latas de spray e outros envólucros.

50-Z-130-1145 DD

Em setembro de 1.971 no resumo da Auto-Biografia de Francisco Carlos de Andrade é citado como participante de um assalto contra a Indústria de Peças de Automóveis AMF, de San-

continua



Santo André, de onde roubaram a importância de Cr\$ 1.200.000,00, -
destinada ao pagamento dos operários.

50-Z-130-1145 - 50-Z-9-31.767/8/9 DD

No resumo de declarações prestadas por Francisco Carlos de Andrade, à turma de interrogatório nos dias 01/02 de janeiro de 1.972, foi citado o nome do epigrafado como integrante do GTA/ALN, tendo completado o curso de guerrilha em CUBA, consta também a relação de vários assaltos praticados pelo epigrafado junto com o depoente.

30-Z-160-10.661/658 DD

No RPI nº 01/72 e 07/72, do II Exército, onde consta a estrutura e organização da ALN - (Ação Libertadora Nacional), consta o epigrafado como participante do 2º Grupo de Fogo - em São Paulo, junto com mais 3 terroristas. A seguir seu nome é citado nas ações realizadas pela ALN em São Paulo, junto com outros participantes.

50-Z-9-40.859/876/977/998/999/41.000/01/03/04/05/06/08
30-Z-163-571/94/5/6/7/9/600/1/4 DD

Informação nº 058/72-G, datado de 11.01.72, informa que foram expedidos pela Auditoria da 4ª CJM/Juiz de Fora/MG, mandados de prisão contra vários civis, constando na relação o nome do epigrafado que se encontra foragido.

50-D-18-1739 - 50-Z-9-35.260 DD

No resumo de declarações prestadas por Eliane Potiguara Macedo à turma de interrogatório, nos dias 19 e 20/01/72, foi citado o nome do epigrafado que tinha ponto de encontro com a depoente na Rua Homem de Melo, altura do nº 1.500 às 15,00 hs. com alternativa para 15,30 hs. Consta também a relação de vários assaltos feitos pelo epigrafado junto com a depoente e vários terroristas.

30-Z-160-10.942 - 50-Z-9-23.958/59 DD



Nas declarações prestadas por Luciana Savari sendo à turma de interrogatório nos dias 05/06 de fevereiro de 1972, foi citado o nome do epigrafado.

50-Z-9-31.707 DD

Informação nº 519-B/72, datado de 11.02.72, informa que o epigrafado foi reconhecido como participante do assassinato de um marinheiro Inglês, no cruzamento da Av. Rio Branco com Visconde de Inhaumas, Guanabara, no dia 05.02., quando distribuíram panfletos subversivos.

50-Z-180-2.157 DD

Nas delcarações prestadas por Autur Machado Scavone à turma de interrogatório nos dias 05/06, foi citado o nome do epigrafado.

50-Z-9-32.520/24/35/40/45 DD

Termo de declarações de Elaina Potiguarra Macedo à turma de interrogatório "C", nos dias 9/10 de março/72, cita o nome do epigrafado vulgo "Bruno", como participante do sequestro de um médico, na Rua Cardeal Arcoverde - Pinheiros e tentativa de sequestro de um médico. no Alto de Pinheiros.

50-Z-9-29.369 - 32.642/4/5/7/8/9/50 DD

Auto de reconhecimento fotográfico da 2ª secção do II Exército, datada de 12.06.72, informa que compareceu a testemunha Concepcion Daura Merino, residente à Rua Vigário Albernaz, 400 - V.Mariana, funcionária da firma D.F.Vasconcelos, que fez o reconhecimento dos assaltantes que praticaram na firma onde a mesma trabalha. Sendo exibido um album de fotografias de terroristas procurados, a mesma apontou o epigrafado como participante, junto com outros terroristas.

50-Z-9-24.233 - 30-Z-163-441 DD

Em 21.06.72 em documento arquivado, consta que o epigrafado acompanhado de 4 (quatro) homens e 1 (uma)-



mulher todos terroristas da ALN, intitulando-se comando "Castone Lúcia Beltrão", roubaram Cr\$ 130.000,00 da firma D.F.Vasconcelos, situada à Av. Indianópolis, 1.706, deixando no local vários panfletos e inscrições de cunho subversivo, a seguir os agentes de segurança iniciaram imediatamente as investigações, conseguindo chegar ao grupo no dia 14.06. Quando foi dado a voz de prisão, os mesmos reagiram a bala, de armas automáticas e metralhadora, ferindo 2 (dois) agentes de segurança e a menina Irene Dias, de 8 anos e Rodolfo Aschman, - mas, por outro lado, morreram no local os terroristas, Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Correa e Marcos Nonato da Fonseca, saindo ferido o epigrafado, portando metralhadora que sequestrou um carro que passava pelo local, conseguindo evadir-se, gravemente ferido.

30-Z-160-11.898/897 - 30-Z-163-584/5 DD

Relatório do inquérito policial, datado de 12.07.72, onde consta a tentativa de sequestro do médico Diomedio Beliboni e do sequestro do médico Euclides Fontegno Marques, - foi indiciado o epigrafado junto com outros elementos pertencentes à ALN.

50-Z-9-25.364 DD

No resumo de declarações prestadas por Raimundo Leite de Almeida à turma de interrogatório, nos dias 08/09/72, foi citado o nome do epigrafado que teve vários encontros com o declarante.

50-Z-9-29.307 DD

Nas declarações prestadas por José Carlos Gianini à turma de interrogatório nos dias 11/12 de março de 72, foi citado o nome do epigrafado.

50-Z-9-32.188 - 34.163/5 DD

Nas declarações prestadas por Linda Rayah à turma de interrogatório nos dias 12/13 de março/72, foi citado o nome do epigrafado.

50-Z-9-32.651/2/3/4/5 DD



Album nº 1 de terroristas e subversivos com fotografias do DOPS, datado de 08.08.72, consta a fotografia do epigrafo com o nº 31 na relação.

30-Z-160-14.557 DD

Album nº 1-A de terroristas e subversivos com fotografias e qualificações do DOPS, consta a fotografia do epigrafo com o nº 296 na relação. Consta também mandado de prisão contra o mesmo e outros, referente ao processo nº 77/72.

30-Z-160-14.850/892 DD

Editais do Diário Oficial, datado de 22.08.72, cita o epigrafo a comparecer à 2ª Auditoria de Exército, - junto com Lidia Guerlandia, a fim de serem qualificados e interrogados em processo criminal por infração da Lei de Segurança Nacional.

50-Z-9-37.245 DD

Relatório do inquérito policial nº 9/72, datado de 13.10.72, consta o epigrafo como participante de vários assaltos, junto com outros terroristas, constando o epigrafo como foragido, sendo decretada a sua prisão preventiva.

50-Z-9-28.374 DD

Relatório do inquérito policial 37/72, datado de 21.12.72 consta o epigrafo como participante do assalto realizado no Colégio Fernão Dias Paes, sito Av. Pedroso de Moraes, - 420, junto com outros terroristas identificados, constando o epigrafo como foragido.

30-Z-160-12.551/512 DD

No resumo de declarações prestadas por Darcy Toshiko Miyaki à turma de interrogatório, nos dias 22/23 de maio de 1.973, foi citado o nome do epigrafo como pertencente a organização ALN, com o vulgo de "Cristiano".

50-Z-9-29.474 DD



Relatório do inquérito policial nº 7/73, datado de 19.06.73, consta o epigrafado como participante de vários assaltos, junto com outros terroristas, constando o epigrafado como foragido.

30-Z-160-12.745/752/3 - 50-Z-9-33.712/8/24/5/6/30/795/802/3/38.976

Informação nº 1756/73-AM, datada de 24.07.73, informa que informações por testemunhas e identificação de fotografias, puderam ser identificados elementos da ALN que participaram de assaltos, constando o epigrafado como participante do assalto a Timkem do Brasil S/A., no dia 09.02.73, à USP no dia 12.02.73, onde roubaram uma Variante na Rua Araçari, colocando a placa CO-8137, constando o epigrafado como foragido.

30-Z-160-13.888 - 50-Z-9-37.470 DD

Em 25.07.73 foi expedido mandado de prisão preventiva do epigrafado, pela 2ª Auditoria de Exército, referente ao processo nº 42/73.

50-Z-9-39.968 - 30-Z-162-218 DD

Informação nº 07/08/73/DOPS, datado de 03.08.73, informa relação de elementos que foram indiciados no inquérito nº 7/73, que apurou as atividades subversivas-terroristas da ALN, constando o nome do epigrafado com o nº 17 na relação.

50-D-7-2.022 DD

Em 20.08.73 foi expedido mandado de prisão do epigrafado, pela 2ª Auditoria do Exército, pois o mesmo foi condenado à epna de 20 (vinte anos de reclusão, como incurso nas sanções do artigo 28 com o artigo 50 parágrafo único, do DL 898/69, Lei de Segurança Nacional.

50-4-9-39.968 DD

Ofício nº 1.941/73-GD do DOPS, datado de 24.10.73, encaminha volume, referente a Coletânea de Relatórios de procedimentos instaurados pelo DOPS, nos anos de 1.969 a 1.970,



sobre atividades da ALN, MOLIPO, PORT, FRENTE, FRAÇÃO, constando o nome do epigrafo como pertencente a ALN.

30-Z-160-14.246/62/76/84/400/5/22/30/1/496/7/502/4/8/9/10/1/37 DD

Em reportagem do jornal "Diário da Noite", datado de 05.12.73, com o título "Terroristas morrem em tiroteio com agentes de segurança", consta que o epigrafo junto com sua companheira Esmeralda de Siqueira Aguiar, foram surpreendidos nas proximidades da Av. Pinedo, Sto.Amaro, quando reagiram a bala a voz de prisão. Após cerrado tiroteio, ambos tombaram feridos, vindo a falecer a caminho do hospital. A seguir consta relação dos assaltos e das ações do epigrafo.

30-Z-160-13.890 DD

Nas declarações prestadas por João Luiz de Moraes a turma de interrogatório no dias 02/03 de dezembro/73, foi citado o nome do epigrafo, que estava em companhia da filha do deponente, Sonia Maria Lopes de Moraes ou Esmeralda Siqueira Aguiar.

50-Z-9-38.051 - 50-Z-165-361 DD

Documento aqui arquivado, datado de 05.12.73, informa que o epigrafo junto com sua companheira Esmeralda de Siqueira Aguiar, foram reconhecidos nas proximidades da Av.Pinedo, na região de Sto.Amaro, sendo dado a voz de prisão, os mesmos reagiram a bala. Após cerrado e rápido tiroteio, ambos, tombaram feridos, vindo a falecer a caminho do hospital. Na oportunidade o epigrafo portava documento falso com o nome de Jair da Silva.

50-Z-9-36.006/602/764 DD

Certidão de Óbito nº 204376 registrada no Livro C.182, fôlha 83v, datada de 05.12.73, consta que o epigrafo teve hemorragia interna por ferimento de projétil de arma de fogo, sendo sepultado no cemitério de Perus.

30-Z-165-359/60 DD



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls 13

Ofício nº 2413 da 2ª Auditoria da 2ª -
C.J.M., datado de 06.12.73, solicita a certidão de óbito do epigra-
fado.

50-Z-9-37.539 DD

No RPI nº 07/74, do II Exército (conti-
nuação), informa que foi declarada extinta a punibilidade do epigra-
fado, com base no art. 52, letra "a", do Dec.Lei nº 898/69, não han-
do havido réus condenados.

50-Z-9-39.820 DD

Ofício nº 504/74-GD/DOPS, datado de 19.03.74, encaminha volume com "Índice Remissivo", referente organiza-
ções subversivas e terrotistas nos anos de 1.950 a 1.973, constando
o nome do epigrafado na página nº 10 do citado volume.

30-Z-160-15.411 DD

Nas declarações prestada por Edgar Ser-
ra à turma de interrogatório nos dias 9/10 de junho de 1.974, foi ci-
tado o nome do epigrafado.

50-Z-9-38.146/151/2/3/143/837 DD

Informação 845/74-PSS do DOI/CODI, da-
tado de 12.06.74, informa que no "aparelho" do epigrafado foi encon-
trado o endereço e nome de Odulio Ortega, ex-integrante da FULNA e
MRCP, organizações de tendências subversivo-terrotistas, que agiam no
Brasil, visando a derrubada do governo paraguaio.

50-Z-9-37.558/38.409 DD

Nas declarações prestadas por Amaro -
Eduardo de Souza no auto de qualificação, datado de 01.07.74, foi -
citado o nome do epigrafado, os quais o depoente teve uns três ou qua-
tro contactos.

30-Z-160-15.055 - 50-Z-9-37.840 DD

Nas declarações prestadas por Edmir -
Elias Albino no auto de qualificação, datado de 04.07.74, foi citado
o nome do epigrafado, os quais o depoente teve contatos num aparelho



em Santana.

30-Z-160-15059

Nas declarações prestadas por Rivaldo - Leão no auto de qualificação, datado de 05.07.74, foi citado o nome do epigrafado, os quais o depoente teve contactos.

30-Z-160-15.063 DD - 50-Z-9-37.842 DD

Em setembro/1975 o epigrafado é excluído do Boletim Informativo nº 3/75 do Serviço de Polícia do III Exército por falecimento em 30/novembro/1973.

50-Z-9-40.313 DD

Em 03.11.78, no levantamento sobre os atingidos por atos e leis de exceção, na relação dos mortos consta o nome do epigrafado, morto em 30.11.1973.

50-Z-0-14.990 - 50-Z-130-5.060 DD

Reportagem do jornal "O Globo", datado de 30.10.1979, com o título "Anistia já deu liberdade para 711 presos políticos", consta o nome do epigrafado na relação dos beneficiários da Anistia, junto as Auditorias da Justiça Militar em todo o País.

50-K-123-68 DD

Documento aqui arquivado de dezembro/82, consta fotos do cadáver do epigrafado.

50-Z-130-7.738 DD

fls 46

- C O N F I D E N C I A L -

R P I nº 11/73 - II EXÉRCITO - continuação - (1)

(4) No dia 22 Nov 73, foram realizados cultos religiosos na Catedral de SANTOS/SP, pela passagem do Dia de Ação de Graças, celebrado pelo Bispo D. DAVI PICÃO. Nenhuma autoridade santista compareceu. O início da celebração foi adiado, tendo o Bispo telefonado ao Interventor Federal para saber se o mesmo iria sustentar o Dia de Ação de Graças. Este respondeu que não poderia ir.

Continua a mais alta autoridade eclesiástica de SANTOS/SP completamente desvinculada das autoridades civis e militares da área, não havendo perspectiva de uma aproximação enquanto o mesmo permanecer como bispo.

(5) Durante uma ronda realizada pelo DOI/CODI/II Exército, no dia 30 Nov 73, nas regiões de Santo Amaro, Socorro e Interlagos, foi verificada a presença de um casal suspeito que perambulava pela Avenida Pinedo. Tal fato ocorreu por volta das 1520 horas, nas proximidades do nº 1.100 daquela avenida, sendo que o elemento masculino apresentava grande semelhança com ANTONIO CARLOS BICALHO LANA ("BRUNO"), integrante do GTA/ALN.

Ao ser dada voz de prisão ao referido casal, o mesmo reagiu a tiros. Travou-se então, um rápido tiroteio, tendo o casal tombado bastante ferido. Ambos faleceram quando eram conduzidos para um hospital próximo.

O homem que portava documentos falsos em nome de "JAIR DA SILVA" foi identificado como sendo realmente o terrorista do GTA/ALN ANTONIO CARLOS BICALHO LANA ("BRUNO").

A mulher que usava documentos com nome de "ESMERALDA SIQUEIRA AGUIAR" foi posteriormente identificada como sendo SÔNIA MARIA LOPES DE MORAES.

Dados de qualificação

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA ("BRUNO" ou "JAIR DA SILVA")

- filho de Adolfo Bicalho Lana e de Adalgisa Gomes de Lana.
- nascido a 02 Mar 49, em OURO PRETO/MG.

SÔNIA MARIA LOPES DE MORAES ("MARIA" ou "ESMERALDA SIQUEIRA AGUIAR")

- filha de João Luiz de Moraes e de Cléa Lopes de Moraes.

(6) A recente decisão do STF descaracterizando como crime contra a Segurança Nacional os assaltos a pessoas na rua portando dinheiro de Bancos veio aumentar a possibilidade da incrementação deste tipo de assalto por parte de subversivos, com evidente preocupação dos Órgãos de Segurança da Área do II Exército.

- C O N F I D E N C I A L -

Handwritten signature: *[Signature]*

Stamp: B. I.

Handwritten numbers: 10719 and 36764

Autópsia da sombra

O depoimento terrível de um ex-sargento que transitava no mundo clandestino da repressão militar resgata parte da história de uma guerra suja

EXPEDITO FILHO



Marival Dias Chaves do Canto tem 45 anos, é moreno, musculoso e está bem conservado para a idade. Nascido na Bahia, morou muitos anos em São Paulo e hoje é dono de um modesto negócio em Vitória, no Espírito Santo.

Visto à distância, é um cidadão como qualquer outro. De perto, tem algumas peculiaridades. Chaves, como é conhecido, é um homem tenso, habituado a reprimir suas emoções. Usa um linguajar que mistura termos policiais e políticos. No seu vocabulário, aparecem com frequência palavras como "subversivos", para designar os militantes de organizações de esquerda, ou "elemento", quando se refere a uma pessoa qualquer. Na semana passada, Chaves encerrou uma longa série de depoimentos a VEJA e, nas páginas do seu relato, constata-se que Chaves está mesmo longe de ser um cidadão tranqüilo. Ele é o primeiro ex-agente dos órgãos de informação do Exército a contar tudo o que sabe, com os terríveis e esclarecedores detalhes sobre a barbárie dos porões dos anos de chumbo da ditadura militar.

Há mais de uma década, o ex-sargento Chaves vem amadurecendo sua decisão de falar. Quando ainda transitava pelo ventre da besta, entrando e saindo das masmorras de tortura e gastando horas lendo depoimentos de presos políticos. Chaves preocupava-se em memorizar e anotar detalhes. No mês passado, entendeu que a decretação do impeachment do presidente Fernando Collor mudara o país e, em especial, as Forças Armadas, que se mantiveram na legalidade de meras espectadoras da crise. Resolveu contar tudo. Há duas semanas, chamou a mulher e as duas filhas, de 16 e 18 anos,

para dizer pela primeira vez que atuara na repressão militar. No início, elas reagiram assustadas. Mais adiante, emocionadas, acabaram estimulando sua decisão de falar. Uma de suas filhas havia saído às ruas para pedir o afastamento de Collor, engrossando o movimento dos caras-pintadas e lembrando os anos rebeldes, e só depois soube que o pai participara ativamente daquele período. "Elas acharam que era importante contar tudo para passar essa parte da História a limpo", afirma Chaves. Tinham razão.

VISITA A PONTE — O dramático relato do ex-sargento sobre a vida e morte nos porões não tem a abrangência cronológica dos vinte anos de ditadura, muito menos o peso do relato de alguém que coordenou as

ações e, portanto, contava uma visão global do assunto. A partir da derrubada do presidente João Goulart, em 1964, começou a ser deflagrada uma guerra suja e surda no Brasil. Foi menos violenta do que na Argentina, onde houve quase 10 000 desaparecidos. Mas o ciclo da ditadura no Brasil colocou em ação 13 000 militantes de esquerda, distribuídos em 29 organizações que pegaram em armas e outras 22 que optaram pela chamada resistência pacífica. Do outro lado da trincheira, havia pelo menos 400 militares envolvidos diretamente em operações clandestinas. Nesse embate, terroristas assaltaram bancos, seqüestraram e assassinaram. Do outro lado, prenderam pessoas ilegalmente, torturaram e mataram. No total, mais de 4 600 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, cerca de 10 000 foram exiladas e, na lista dos desaparecidos, existem 144 nomes.

O depoimento de Chaves é um relato parcial. Sua importância reside em mostrar por dentro, e pela primeira vez, a rotina da repressão política. Cuidadoso, o ex-sargento falou apenas do que tem certeza e calou sobre as dúvidas. Na tarde de sexta-feira da semana passada, chegou a tomar um avião para São Paulo e ir à Rodovia SP 255, que dá acesso à cidade de Avaré, no interior do Estado. Ali, há duas pontes. Chaves queria vê-las para saber de qual delas eram jogados os corpos de presos assassinados (veja quadro às págs. 22 e 23). Estava satisfeito com seu desabafo. "Foi a cúpula militar que se beneficiou com cargos e funções na época da repressão", afirma. "A grande maioria silenciosa queria o Exército profissional, como ele é hoje."

Nos porões, Chaves garante que nunca torturou nem teve envolvimento direto com assassinatos ou



NA ATIVA — Chaves faz a segurança do ditador Leopoldo Galtieri em visita ao Brasil em 1981

RICARDO CHAVES



MARIVAL CHAVES — Numa conversa há duas semanas, o ex-sargento contou à filha cara pintada que fora um homem dos anos rebeldes

48
112

“Perdi noites de sono, caminhando pela casa, até resolver sair do Exército. Não era possível agüentar mais a pressão”

ATO 15.4.P.49/100

ocultação de cadáveres. “Se tivesse feito isso, não estaria dando esse depoimento”, diz. Sua missão era avaliar os depoimentos dos presos e cruzá-los com as informações repassadas ao Exército pelos militantes de esquerda que haviam se convertido em informantes. Em 1965, entrou para o Exército, servindo no Arsenal de Guerra em São Paulo. Três anos mais tarde, já sargento, teve o primeiro contato com atividades de informação. “Ficamos sabendo que a Vanguarda Popular Revolucionária, do capitão Carlos Lamarca, estava pintando um caminhão com as cores das Forças Armadas para usar numa ação terrorista”, relembra Chaves. Depois de fazer cursos de operação na selva, Chaves foi para o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, chefiado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Começava seu convívio com o porão.

PEDIDO DE DEMISSÃO — O ex-sargento Chaves trabalhou no DOI paulista até 1976. Dali, mudou-se para Imperatriz, no Maranhão, onde servia num Batalhão de Infantaria da Selva. De Imperatriz, passou por Manaus até ser destacado para servir em Brasília, no Comando Militar do Planalto, em 1980. No ano seguinte, Chaves passou para o Centro de Informações do Exército, que comandava as operações do porão. Nessa época, chegou a ser destacado para fazer a segurança do então ditador da Argentina, Leopoldo Galtieri, durante uma visita ao Brasil. Em 1985, tomou uma decisão rara na caserna. Pelos trâmites burocráticos normais, encaminhou uma correspondência pedindo sua demissão do Exército. “Foi duro. Perdi noites de sono, caminhando pela casa, até resolver que não era mais possível suportar aquela pressão”, conta. Com sua demissão, Chaves renunciou a mais de vinte anos de sua carreira militar e perdeu todos os benefícios que recebem os militares quando passam para a reserva. Se tivesse permanecido, seria capitão. Hoje, Chaves é um ex-sargento, com a vantagem de que não pode ser punido pelas suas revelações.

NELIO RODRIGUES

A lei da barbárie

Num relato sobre a selvageria do porão, o ex-sargento conta como eram mutilados, esquartejados e ocultados os corpos de presos políticos



Há um ano, o editor Expedito Filho conversou pela primeira vez com o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou dezessete anos como agente do Destacamento de Operações Internas, o DOI-Codi, em

São Paulo, e do Centro de Informações do Exército, em Brasília. Há três semanas, Chaves, especializado em análise de informações, decidiu enfim revelar tudo o que sabe sobre prisão, tortura, assassinato e desaparecimento de cadáveres de presos políticos. Foram mais de vinte horas de entrevista, cujos principais trechos são publicados a seguir:

VEJA — Como eram mortos os presos políticos?

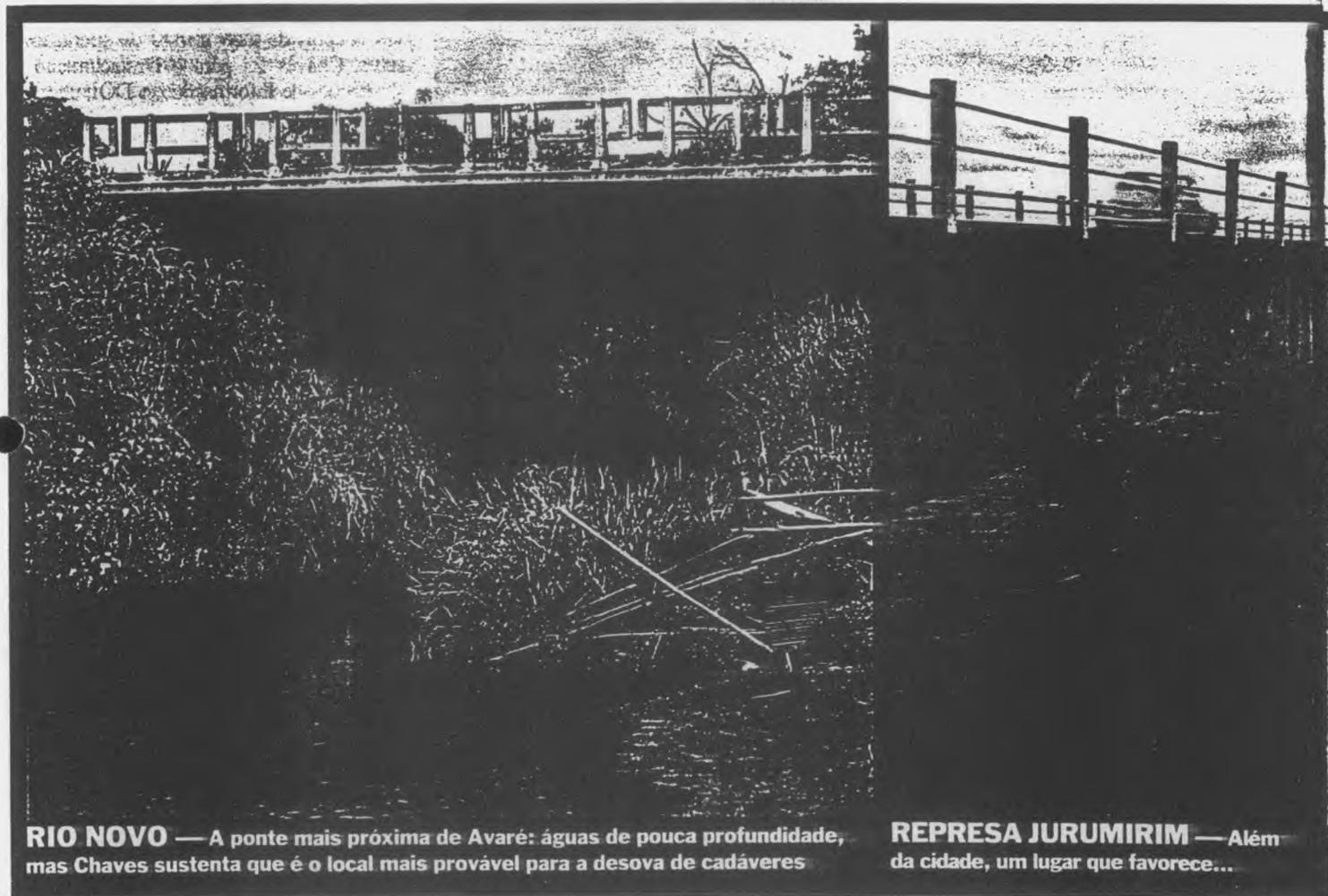
CHAVES — Sei que em São Paulo alguns morriam na tortura. Os que resistiam eram liquidados pelos agentes da repressão política com uma injeção usada para matar cavalos de até 500 quilos. A injeção era aplicada na veia do preso político, que morria na hora. Quem já assistiu a uma cena dessas sabe que é uma das coisas mais grotescas e repugnantes que se pode fazer a um ser humano. Eles matavam e esquartejavam. Agentes que estiveram numa casa mantida pelo Centro de Informações do Exército em Petrópolis, no Rio de Janeiro, me contaram que os cadáveres eram esquartejados, às vezes até em cator-

ze pedaços, como se faz com boi num matadouro. Era um negócio terrível. Eles faziam isso para dificultar a descoberta e a identificação do morto. Cada membro decepado era colocado num saco e enterrado em local diferente. A casa de Petrópolis foi onde o Centro de Informações do Exército mais matou presos e ocultou cadáveres. Os militantes detidos em diversas regiões do país eram enviados dos Estados diretamente para Petrópolis.

VEJA — Quantas casas de tortura e morte eram mantidas pelo Centro de Informações do Exército?

CHAVES — Do final da década de 60 até o início dos anos 70, havia uma casa no

ANTONIO MILENA



RIO NOVO — A ponte mais próxima de Avaré: águas de pouca profundidade, mas Chaves sustenta que é o local mais provável para a desova de cadáveres

REPRESA JURUMIRIM — Além da cidade, um lugar que favorece...

bairro de São Conrado, no Rio. Depois, por razões de segurança, mudou-se o centro de tortura e morte para Petrópolis. Eram levados para lá os presos condenados à morte, mas alguns conseguiram sobreviver. Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN.

VEJA — Mas a versão oficial é de que Lana e Sônia teriam morrido durante um tiroteio...

CHAVES — É mentira. Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali, encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles.

VEJA — Depois de abandonar esse sítio, o Destacamento de Operações de Informações abriu outro em São Paulo?

“Os que resistiam eram liquidados com uma injeção para matar cavalos de até 500 quilos, aplicada na veia”

CHAVES — Sim. Era uma época de matança febril. No final de 1973, o DOI usou uma casa no bairro do Ipiranga, na Zona Sul de São Paulo. Nesse período montou outro centro clandestino na estrada de Itapevi. Entre 1965 e 1966, funcionou ali uma boate chamada Querosene, que pertencia ao irmão do então subtenente Carlos, fundador da Operação Bandeirantes, a Oban. Só em 1975, por questões de segurança, o cárcere de Itapevi foi substituído por uma fazenda, na beira da Rodovia Castello Branco, a 30 quilômetros de São Paulo. A fazenda era de

um amigo do major do Exército André Leite Pereira Filho.

VEJA — Como eram equipados os centros de matança?

CHAVES — Eles tinham as coisas de uma casa normal, além dos aparatos de repressão. Nas casas do Ipiranga e da estrada de Itapevi, havia até grilhões para acorrentar os pés e as mãos dos presos às camas e a blocos de cimento.

VEJA — A ocultação dos cadáveres era uma operação improvisada ou havia algum plano?

CHAVES — Matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo, havia uma equipe especializada na ocultação dos cadáveres. Os agentes sabiam exatamente o que fazer. Primeiro, amputavam as falangetas dos dedos, para evitar que os mortos fossem reconhecidos através das impressões digitais. Depois, amarravam as pernas para trás, de forma que o corpo ficasse reduzido à metade, e esfaqueavam a barriga. O esfaqueamento era para evitar que o corpo, se fosse jogado num rio, viesse à tona algum tempo depois. Eles também colocavam o corpo dentro de

MARCOS ROSA

O cemitério submerso do PCB

Uma das duas pontes da estrada SP 255 nas imediações de Avaré, a 260 quilômetros de São Paulo, passa por cima de um cemitério subaquático. Segundo o sargento Marival Chaves, pelo menos oito integrantes do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, tiveram seus corpos atirados nas águas do Rio Novo, onde ele acha que o local é mais parecido com as descrições que ouviu de colegas, na época, ou da Represa Jurumirim, cuja profundidade favorece esse tipo de operação. Chaves indica 70% de chances para o Rio Novo. Todos esses mortos integravam o comitê central do PCB. Luís Inácio Maranhão Filho e João Massena Melo, presos em 1974, foram os primeiros. Os outros morreram até 8 de outubro do ano seguinte, quando foi levado a Itapevi Orlando Rosa Bonfim Júnior, o último do partido a desaparecer. O advogado Bonfim tinha 60 anos. Vivia escondido, longe da mulher e dos seis filhos, desde 1964. Foi preso no Rio de Janeiro e conduzido para o sítio de Itapevi. O cardeal dom Eugênio Salles cobrou seu paradeiro do então comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida. Em vão. O caso de transferência para São Paulo não foi único. Em 25 de maio, já havia sumido no Rio o sapateiro Itair José Veloso, de 45 anos. Saiu para um encontro e não voltou para o almoço. Morreu de choque térmico, sob tortura. Segundo Chaves, também foram atirados ao rio os corpos de Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, José Montenegro de Lima e Jayme Amorim de Miranda.



BONFIM — Preso no Rio de Janeiro e morto em Itapevi



VELOSO — Banho frio e choque térmico no inverno de 1975



...operações para ocultação de cadáveres: oito mortos

O centro clandestino de execuções

Na Estrada da Granja 20, em Itapevi, município da Grande São Paulo, há uma casa cujo interior é pintado de cores fortes, com predominância do vermelho e do preto. Tem uma sala pequena, uma cozinha e um salão grande. Ela abrigou por alguns anos a boate Querosene. O Exército foi o inquilino seguinte, e transformou-a num centro de torturas e execuções. Passaram pela casa de Itapevi integrantes do PCB cujos corpos seriam depois atirados num

rio próximo de Avaré. O jornalista Luís Inácio Maranhão Filho, responsável pela distribuição de dinheiro para militantes do partido, chegou a Itapevi em abril de 1974. Terceiro na hierarquia do partido, o advogado Jayme Miranda foi morto sob tortura na casa em 1975, enquanto seu irmão Nilson, secretário-geral do PCB em Porto Alegre, era interrogado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Nilson, no entanto, nega a prisão. "Não fui preso no Ipiranga", diz.

um saco e amarravam-no numa placa de concreto, de 40 a 50 quilos, para garantir que o corpo ficaria no fundo do rio.

VEJA — Há dezenas de famílias que até hoje não sabem onde encontrar os corpos dos seus parentes. O senhor tem idéia de onde eram enterrados?

CHAVES — Tenho. Boa parte dos mortos não está sob a terra, mas sob a água. Se alguém fizer uma busca no rio debaixo de uma ponte que fica na estrada que liga a cidade de Avaré, no interior de São Paulo, à Rodovia Castello Branco, poderá achar muitos corpos. Existe ali um cemitério debaixo d'água.

VEJA — O senhor sabe identificar alguns desaparecidos que estejam no rio de Avaré?

CHAVES — Conheço a identidade de oito deles, todos do Comitê Central do Partido

“Os cadáveres eram esquartejados, como se faz com um boi no matadouro, para evitar a identificação”

EGBERTO NOGUEIRA

Comunista Brasileiro, o antigo PCB. Boa parte deles caiu nas mãos da repressão durante a Operação Radar.

VEJA — O que foi essa Operação Radar?

CHAVES — Foi uma grande ofensiva do Exército, iniciada em 1973, para dizimar o PCB. A Operação Radar culminou com a apreensão da gráfica do jornal *Voç Operária*, do PCB.

VEJA — Foi nessa operação que parte do Comitê Central do PCB foi capturada?

CHAVES — Sim, e depois jogada no rio de Avaré. É o caso de Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapevi, e de Luís Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Levado para Itapevi, Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para cavalo. Orlando Bonfim Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Bonfim foi preso no Rio pelo Destacamento de Operações de Informações de São Paulo e levado para o cárcere na Rodovia Castello Branco. Outro



CASA DE ITAPEVI — Por dois anos, o Exército alugou a boate Querosene, onde agentes torturavam e matavam militantes do PCB



MARANHÃO — Responsável pelo dinheiro do Partidão, chegou à casa de Itapevi em 1974



MIRANDA — Era o terceiro na linha de comando comunista. Foi morto sob tortura em 1975

que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado da ponte. Ele foi preso no Rio, pelo DOI de São Paulo. Era o inverno de 1975 e o que o levou à morte foi banho de água gelada. Morreu de choque térmico.

VEJA — Por que o DOI de São Paulo fazia prisões no Rio?

CHAVES — Durante a Operação Radar, o DOI de São Paulo passou a fazer uma série de operações no Rio de forma absolutamente clandestina e ilegal. O Rio não era área de jurisdição do DOI de São Paulo.

VEJA — Como era a rivalidade entre os órgãos de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica?

CHAVES — Existia uma rivalidade grande entre o Centro de Informações do Exército e o Centro de Informações da Marinha, o Cenimar. O Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, o Cisa, chegou a juntar-se ao Exército numa campanha contra os arapongas da Marinha. Era uma confusão.

VEJA — Voltando ao rio de Avaré. O senhor falou em oito nomes, mas contou só seis.

CHAVES — Um é Jayme Amorim de Miranda, também preso na Operação Radar, numa das incursões do DOI de São Paulo ao Rio. Foi transferido para Itapevi. Seu irmão Nilson Miranda, que era secretário-geral do PCB de Porto Alegre, estava preso no Ipiranga. Um não sabia onde estava o outro. O Nilson sobreviveu. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima, mas esse é um caso especial.

VEJA — Especial por quê?

CHAVES — Porque mostra que dentro dos órgãos de repressão também havia uma quadrilha de ladrões. Logo depois da invasão da gráfica do *Voz Operária*, Montenegro recebeu do partido 60 000 dólares para recuperar uma estrutura de impressão do jornal. Uma equipe do DOI prendeu Montenegro, matou-o com a injeção, e depois foi na sua casa pegar os 60 000 dólares. O dinheiro foi rateado na cúpula do DOI.

VEJA — Até agora o senhor falou de gente presa no Rio e levada para São Paulo. E no sentido inverso?

Um local para formar cachorros

No início dos anos 70, o Exército criou em São Paulo um centro para cooptar cachorros, como eram chamados os militantes de esquerda que viravam informantes do porão. A casa fica na Avenida Tereza Cristina, número 58, no bairro do Ipiranga, e recebia presos políticos que assinavam contrato com o Exército para agir como infiltrados. Não há registro de mortes nesse local. A casa foi erguida há quarenta anos pelo funcionário público João Cópia e, em 1960, in-

cluída na herança de Dorazzina Perego. Juventino Gusmão, genro de Dorazzina, conta que o imóvel foi alugado entre 1968 e 1976 para um pequeno empresário que ele conheceu apenas como Jarbas. Jarbas saiu devendo vários aluguéis, mas construiu um muro que os proprietários interpretaram como investimento de um homem preocupado com a segurança pessoal. "Se houve tortura lá dentro, nunca foi de nosso conhecimento", afirma Gusmão.



ÁREA DE ADESTRAMENTO — A casa em São Paulo para onde o Exército levava presos políticos para convencê-los a virar infiltrados

OBRA DO INQUILINO — O locatário não tinha dinheiro para pagar o aluguel, mas chegou a construir um muro em frente da casa

ANDRÉ PENNER



TEODORO MELLO — O agente Vinicius, que permitiu ao Exército desarticular e prender a cúpula do PCB

LUCIANO SIQUEIRA — Relatos detalhados sobre a atuação dos parlamentares do PC do B eleitos pelo PMDB

CHAVES — Também havia. É o caso de Issami Okano, da ALN, e de Walter de Souza Ribeiro, do PCB. Também morreram em Petrópolis David Capistrano (pai do candidato à prefeitura de Santos pelo PT, David Capistrano Filho) e José Romam, ambos do PCB. O major Brand chefiava a equipe que os prendeu. Capistrano foi levado para o Rio. Ambos foram mortos em

Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos era através do esquartejamento. Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados.

VEJA — O que eram os "cachorros"?

CHAVES — Era assim que chamávamos os infiltrados. Os militantes de grupos de esquerda que colaboravam com a repressão, contando os planos das suas organizações e delatando seus companheiros.

VEJA — O senhor coordenava os cachorros?

CHAVES — Não. Meu trabalho consistia

Extorsão na busca da irmã

Seis meses antes de ser assassinada em Petrópolis, em 1974, a professora Ana Rosa Kucinski Silva, de 32 anos, encontrou o irmão Bernardo em São Paulo pela última vez. Ana insistiu para que Bernardo Kucinski tomasse cuidado com represálias aos artigos que escrevia para o jornal *Opinião*, do qual era correspondente na Inglaterra. Confidenciou-

lhe que estava casada com o físico Wilson Silva, com quem namorava em segredo há cinco anos. Kucinski imaginou que ela escondia o romance porque seu pai, Majer, era judeu e não aceitaria um genro não judeu. O jornalista voltou para Londres sem que Ana lhe contasse a parte mais importante da história. Ela era militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN, assim como o marido Wilson.

Ana era a caçula e única

mulher entre os três filhos do polonês Majer. Gostava de teatro e psicologia, adorava a escritora francesa Simone de Beauvoir e "nunca leu os manuais de marxismo", segundo Kucinski. Foi vista pela última vez em 22 de abril de 1974, na Universidade de São Paulo, onde lecionava Química. O governo só se manifestou sobre o desaparecimento depois de um ano, dizendo que o casal não estava preso em de-



ANA ROSA — Casamento secreto com...

ATO. 15.4, P 55/180 fb. 59

CLAUDIO VERSIANI

Delatores a serviço do Exército

Os órgãos da informação das Forças Armadas chamavam de "cachorro" os militantes de esquerda que espionavam para o Exército. Em geral, eram respeitados nas suas organizações, mas assinavam um contrato com os órgãos de repressão e agiam como infiltrados. Segundo o ex-sargento Marival Chaves, o dirigente comunista do PCB Severino Teodoro de Mello adotou no porão o codinome de "Vinicius". Mello tem hoje 72 anos, é dirigente do PPS, o herdeiro do PCB, e nega envolvimento com a repressão. Chaves diz que as informações de Mello, no início dos anos 70, permitiram ao Exército dizimar o Comitê Central do PCB.

Segundo Chaves, o médico Luciano Siqueira, do Comitê Central do PC do B, era secretário-geral do partido em Pernambuco quando virou informante, em 1973. É acusado de delatar e, eleito deputado estadual em 1982, relatar a ação dos parlamentares do PC do B que disputavam eleições pelo PMDB. Siqueira nega as acusações. Outro que fez história no Exército foi o pediatra João Henrique de Carvalho, o "Jota", de Brasília, infiltrado na Ação Libertadora Nacional, a ALN. Era tão eficiente que chegou a ser citado como informante modelo. Os militares o seguiam nos encontros com militantes que depois eram exterminados. Suas delações, a partir de 1973, podem ter levado vinte pessoas à morte. "Não me arrependo", diz. Mello e Siqueira viraram cachorros depois de presos e torturados. João Henrique se entregou espontaneamente.



JOÃO HENRIQUE — Golpe fatal na ALN, Ação Libertadora Nacional, e responsabilidade por vinte mortes

em fazer a análise de informações. Eu lia os depoimentos de presos políticos tomados sob tortura e examinava as informações enviadas pelos nossos infiltrados no PCB, na ALN, no PC do B e na VAR-Palmares. Também fazia coleta de dados, investigações, vigilância e escuta telefônica. Quem coordenava os cachorros era um oficial. Tivemos o doutor Patrício e o

doutor Jairo, que conheço só pelos codinomes.

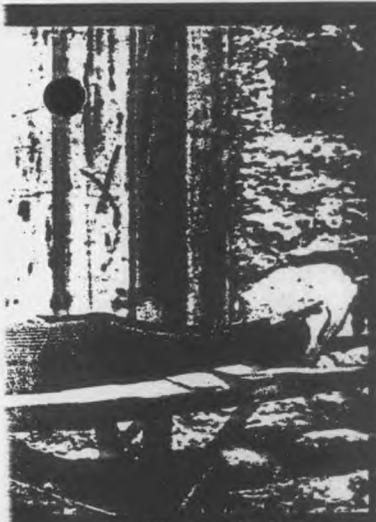
VEJA — O senhor conheceu algum infiltrado?

CHAVES — Conheci vários. Severino Teodoro de Mello, do PCB, João Henrique Ferreira de Carvalho, o "Jota", da ALN. Sabia também de três infiltrados do PC do

Paulo. Depois de interrogado, ele assinou um contrato de trabalho e recebeu uma importância em dinheiro. Não me lembro quanto.

VEJA — Como foi a cooptação de Luciano de Siqueira, do PC do B?

CHAVES — Luciano virou cachorro numa operação do Centro de Informações do Exército em Pernambuco, que visava dismantlar a Ação Popular, a AP, e o próprio PC do B. Nessa operação, ele foi preso, torturado e virou infiltrado. Em 1977, quando o general Sylvio Frota foi demitido do



...um militante da Ação Libertadora Nacional

pendências militares. Em busca da irmã, Kucinski viajou até para Nova York, onde entrou em contato com a CIA. Certa vez foi extorquido e pagou 25 000 dólares a militares em troca de informações. Eram falsas. "Enquanto o corpo não é encontrado, a família não consegue se livrar do sentimento de culpa e faz qualquer coisa para saber o que aconteceu", diz Kucinski.

B. Eram o Luciano Rosa de Siqueira, o advogado Hamilton de França e o médico Fiúza de Mello. Todos trabalhavam para o Exército.

VEJA — Como se convencia esses militantes a fazerem espionagem para o Exército?

CHAVES — Não havia um modelo. Teodoro de Mello, por exemplo, foi preso em 1974 e levado para Itapevi. De lá, foi transferido para outro cárcere, na cidade de São

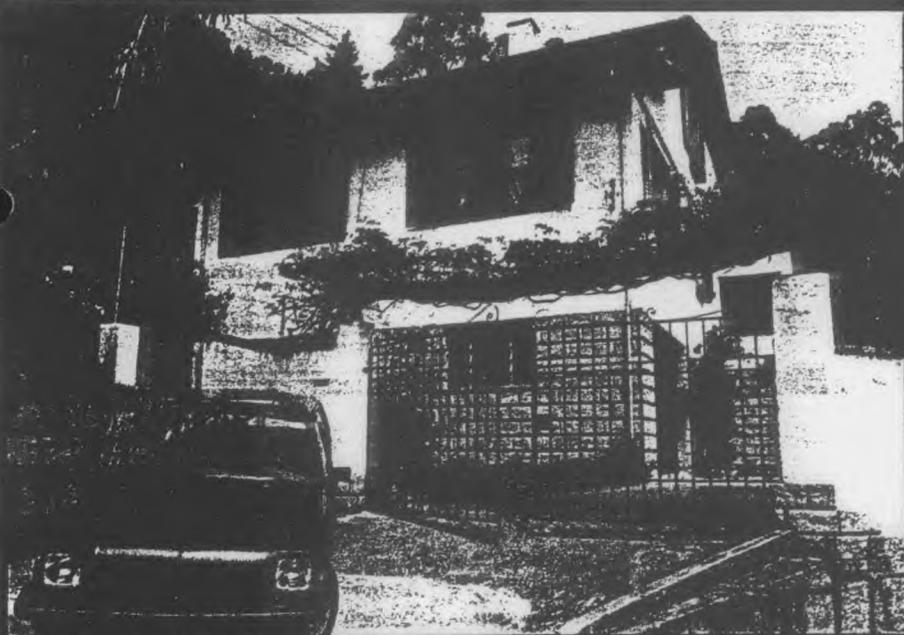
“Amputavam as falangetas, amarravam as pernas e esfaqueavam a barriga. O corpo não vinha à tona”

A masmorra dos esquartejados

Na aprazível cidade serrana de Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Centro de Informações do Exército instalou no início dos anos 70 um centro de tortura e extermínio. Era uma casa de paredes claras, três quartos, sala, copa e cozinha, para onde eram enviados os presos condenados à morte. Segundo o ex-sargento Marival Chaves, era comum os mortos ali serem cortados em vários pedaços, embalados em sacos e enterrados em lugares diferentes.

A ex-terrorista Inês Etienne

Romeu é uma das raras sobreviventes da casa de Petrópolis. Em três meses de cárcere, Inês foi atendida quatro vezes pelo médico Amilcar Lobo. Numa delas para costurar o pulso, que cortara tentando suicídio. Segundo Chaves, líderes esquerdistas passaram pela casa de Petrópolis. Ele sustenta que o deputado Rubens Paiva morreu ali e teve seu corpo esquartejado. Preso no sul do país e levado para lá, o comunista David Capistrano também morreu nessa casa.



RICARDO CHAVIER

CONDENADOS À MORTE — A casa em Petrópolis recebia líderes esquerdistas que deviam ser interrogados, mortos e esquartejados



RUBENS PAIVA — Pedacos do deputado foram enterrados em locais diferentes



CAPISTRANO — Preso no sul, foi levado para a casa de Petrópolis

Ministério do Exército, o Centro de Informações do Exército abandonou todos os cachorros e só restabeleceu contato com eles em 1982. Participei desse recontato, que foi chefiado pelo Paulo Malhães. Não estive pessoalmente com Luciano, mas sei que ele morava no bairro Janga, próximo a Olinda, Pernambuco.

VEJA — Que tipo de informação os cachorros passavam?

CHAVES — O Luciano Siqueira fez várias tarefas. Foi ele quem permitiu a prisão de muita gente da AP e do PC do B no Nordeste. Em 1982, quando o PC do B estava lançando candidatos a deputados pelo PMDB, ele fez relatos detalhados sobre essas reuniões. Quando estava em São Paulo, participando de reuniões do partido, ele era coordenado pelo coronel Ênio da Silveira. Já o Teodoro de Mello, do PCB, foi quem elucidou uma série de dúvidas durante a Operação Radar. Ele ajudou a identificar muita gente que só conhecíamos pelo nome de guerra. Com isso, descobrimos que era gente graúda, da direção do partido. Mello foi um divisor de águas. A partir de suas informações, foi possível prender, torturar e assassinar vários comunistas.

VEJA — O CIE dava algum tipo de proteção aos cachorros?

CHAVES — Claro. Às vezes até os companheiros dos cachorros se beneficiavam disso. Dou um exemplo. O Alanir Cardoso, ex-preso político, até hoje diz que Luciano Siqueira não era infiltrado porque não contou que tinha um encontro com Alanir marcado para o dia seguinte à sua prisão. Só que se prendêssemos Alanir ficaria evidente que Luciano era um infiltrado.

VEJA — Mas não havia segurança direta para os cachorros?

CHAVES — Havia. Em 1975, Teodoro de Mello viajou acompanhado por uma equipe de agentes do Destacamento de Operações de Informações, chefiada pelo coronel Ênio da Silveira, até Rivera, no Uruguai. Fiz contato pessoal com Mello durante o trajeto. Sozinho, ele poderia ter problemas com autoridades no sul, já que era procurado por toda parte.

VEJA — Não seria mais prático deixar Mello no Brasil?

CHAVES — Ele tinha de sair do país porque nessa fase o PCB estava sofrendo muitas baixas em função da repressão. Era perigoso que ele continuasse no Brasil. Ele era infiltrado do Destacamento de Operações de Informações e poderia ser preso por um outro órgão, como o Cenimar, da Marinha, ou o Dops. Na Argentina, ele se encontraria com o dirigente comunista Ar-

mando Ziller e depois iria para a União Soviética. Em Moscou, trabalhou como secretário de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do partido, e chegou a mandar de lá cartas para o coronel Ênio da Silveira, relatando os planos dos dirigentes comunistas brasileiros.

VEJA — *Havia algum cachorro que trabalhasse tão bem a ponto de servir como modelo?*

CHAVES — Sim, o João Henrique de Carvalho, o "Jota". Ele deu o tiro de misericórdia na ALN e em outras organizações que tinham ligações com a ALN. Por seu trabalho, Jota era citado pela antiga Escola Nacional de Informações como modelo de infiltrado.

VEJA — *Jota contribuiu diretamente para a morte de alguns de seus companheiros?*

CHAVES — Sem dúvida. A delação dele permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. Ele é responsável pela morte de Antônio Bicalho Lana e sua mulher, Sônia Moraes. Também delatou Issami Ino, da ALN. A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinski, foram presos, torturados e mortos.

VEJA — *O senhor tem alguma informação*

“Montenegro foi morto com a injeção. Depois, agentes do DOI foram a sua casa para roubar os 60 000 dólares”

sobre a morte do jornalista Wladimir Herzog, em 1975?

CHAVES — Quem pode esclarecer tudo sobre a morte de Herzog é o major André Leite Pereira Filho. Ele era o chefe das equipes de interrogatório, inclusive da que matou Herzog.

VEJA — *O senhor sabe o paradeiro do ex-deputado Rubens Paiva?*

CHAVES — Ele foi levado por um destacamento do I Exército para a casa de Petrópolis, onde o mataram. Usaram o método de cortar o corpo aos pedaços e enterrar em locais diferentes.

VEJA — *Mas Amilcar Lobo, o médico do*

ATO. 15.4.057/180 p. 52
AL
Exército que costumava tratar dos torturados, garante que atendeu Rubens Paiva no quartel da Polícia do Exército do Rio de Janeiro...

CHAVES — A ex-guerrilheira Inês Etienne já desmentiu Amilcar Lobo. Ele pode ter visto Rubens Paiva vivo na Polícia do Exército, mas ele morreu em Petrópolis. Todo mundo sabe que Amilcar Lobo atendia os torturados na casa de Petrópolis. Além disso, duas pessoas participaram do episódio Rubens Paiva: os irmãos Jacy e Jurandyr Ochsendorf e Souza.

VEJA — *É verdade que alguns desaparecidos foram enterrados numa fazenda em Rio Verde, no interior de Goiás?*

CHAVES — Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, ambos do Movimento de Libertação Popular, o Molipo, foram mortos e enterrados numa fazenda de Rio Verde. Grupos de direitos humanos estavam próximos de chegar ao local onde eles estavam enterrados. Mas o Centro de Informações do Exército soube da atividade dos grupos de direitos humanos e, através do major Leite Pereira, montou uma equipe para desenterrar os cadáveres e sumir com os corpos. Só o major pode dizer onde os dois estão hoje.

VEJA — *Há muita mentira sobre o destino de presos políticos?*

A confirmação do fim no aniversário do neto

O comunista potiguar Hiram de Lima Pereira foi perseguido por quase todos os governos brasileiros ao longo da sua vida, mas quando desapareceu, em janeiro de 1975, aos 61 anos, sua família pensou pela primeira vez no pior. Dirigente do PCB, ex-secretário de Administração de Miguel Arraes na prefeitura do Recife, Hiram Pereira vivia separado da mulher, Célia, das quatro filhas e dos seis netos para resguardá-los no caso de ser alcançado pela repressão. Em 1974, passou o Natal com a família e marcou três encontros com Célia, e avisou: “Se eu não aparecer, manda rezar

a missa”. Faltou ao primeiro e, perto do segundo, a casa de Célia foi invadida por cinco homens que a levaram para o DOI-Codi, onde foi torturada. Ainda assim, a família só se convenceu de que Hiram não voltaria quando faltou ao terceiro encontro, no dia 27 de janeiro, aniversário de 3 anos do neto Hiram.

Isso nunca acontecia. Em 1964, escondido no Recife, Hiram apareceu sem avisar no trabalho da filha Zodia só para cumprimentá-la pelo 18º aniversário. Seis anos depois, já em São Paulo, chegou de surpresa ao casamento da filha. Como ninguém o conhecia na cidade e o resto da família ainda morava no Recife, os noivos eram os únicos que sabiam que aquele homem, a pes-

soa mais alegre da noite, era seu pai. “Ninguém entendia por que eu me emocionava tanto com ele”, lembra Zodia.

Jornalista, poeta e artista,



HIRAM — Convidado secreto no casamento da própria filha

Hiram foi eleito deputado constituinte em 1945 pelo PCB. Dois anos depois, o partido foi colocado na ilegalidade. Em 1961, foi sequestrado pela polícia e ficou detido durante dez dias, depois da renúncia de Jânio Quadros. Em 1965, caiu na ilegalidade. Conseguiu sobreviver dez anos. Desde 1975, segundo o ex-sargento Marival Chaves, seu corpo está no fundo de um rio, em Avaré. Zodia diz que já quisera contar quem denunciou seu pai. Mas ela não está interessada. “Não quero carregar o sentimento de raiva pela vida que meu pai fez questão de doar ao país.”



ANTONIO FERRO

O CARRASCO VERSÁTIL — André Leite Pereira Filho era o chefe da equipe que interrogou o jornalista Wladimir Herzog, em 1975. Nessas horas, alternava os papéis, ora como homem bom, ora como torturador implacável

CHAVES — Acho que nunca se mentiu tanto nem se cometeu tanta atrocidade. Há inúmeros exemplos. A repressão fez noticiar que João Batista Franco Drummond, do PC do B, morrera num atropelamento. Mentira. Ele morreu no Departamento de Operações de Informações do II Exército. Foi torturado, escapou da segurança, subiu numa torre de transmissão e de lá voou para a morte. Eduardo Leite, da Ação Libertadora Nacional, foi preso em 1970 pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e ficou na casa da morte de São Conrado. Depois, foi transferido para São Paulo e assassinado. Para despirar, fizeram um teatrinho.

VEJA — *O que eram esses teatrinhos?*
CHAVES — O preso morto era levado para um local público, onde equipes do DOI simulavam um tiroteio com mortes. Na hora de levar o "corpo" para o IML, faziam-se as substituições. O agente que se fingiu de morto era substituído pelo corpo do preso. No IML, o legista Harry Shibata e outros legalizavam a morte em combate.

VEJA — *Não havia entre os agentes algum comentário de repúdio a essa matança, alguma indignação?*

CHAVES — Pelo contrário. Os comentários eram ufanistas. No caso da prisão de Antônio Bicalho Lana houve vibração. Na repressão existiam dois tipos de pessoa. O primeiro, com vocação para matar, inspirado pelo ódio. O outro, não tinha vocação para o crime, mas estava impregnado pela doutrina da segurança nacional. Esses matavam por

achar que estavam salvando o país do comunismo.

VEJA — *Como o senhor se sentia diante disso?*

CHAVES — Muito mal. Cheguei a passar muitas noites sem dormir. Mas procurava levar uma vida normal. Anotava alguns relatos em folhas de papel e ficava pensando no dia em que contaria tudo. Eu era um homem acuado. Não tinha amigos e não

“Rubens Paiva morreu em Petrópolis. Participaram do episódio os irmãos Jacy e Jurandyr Ochsendorf”

Prisão no café da manhã

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, o responsável pela área de agitação e propaganda do PCB, Elson Costa, de 62 anos, foi tomar o café no bar ao lado de sua casa, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. De chinelo e bermuda, nem se preocupou em trancar a porta. No bar, seis homens lhe deram voz de prisão. Alguns vizinhos ameaçaram protestar. Para eles, Elson

Costa era o aposentado Manoel de Souza Gomes. “Não se metam porque isso aqui é problema de contrabando”, avisou um dos supostos policiais. Segundo o ex-sargento Marival Chaves, Costa foi assassinado e seu corpo jogado no rio de Avaré, em São Paulo, em 1975.

Um ano antes, Costa mandou a mulher, Aglaé, morar com parentes em Goiânia. Sua prisão foi informada aos irmãos no



O CRIME — O jornalista Waldimir Herzog, morto no DOI-Codi

A história do jornalista Waldimir Herzog, o Vlado, é o caso mais conhecido entre os de presos políticos mortos nos porões da ditadura militar. Em março deste ano, o ex-carcereiro Pedro Antônio Mira Grancieri contou ter sido o último a interrogar Vlado, no dia em que ele apareceu morto numa cela do DOI-Codi de São Paulo, 25 de outubro de 1975. Segundo o ex-agente de informações Marival Chaves, Grancieri cumpria ordens do então tenente-coronel André Leite Pereira Filho, que chefiou as equipes que faziam interrogatórios entre 1972 e 1975. "Ele pode responder pela morte de Herzog", afirma Chaves. Pereira Filho alternava dois papéis, o de torturador implacável e o de bonzinho, quase cúmplice do preso.

Versátil, Pereira Filho era batido em dedicação pelo coronel Ênio Pimentel da Silveira. Discípulo do delegado do Dops Sérgio Paranhos Fleury, Silveira acabou superando seu mestre. Prisões, tortura, escuta telefônica, interceptação postal, mortes, ocultação de cadáveres

e outras variedades de ações ilegais faziam dele um dos oficiais mais respeitados do órgão. O coronel foi um dos fundadores da Operação Bandeirantes, a Oban, financiada por empresários de São Paulo, e desarticulou alguns dos principais grupos de esquerda. "Ele foi um dos líderes na montagem dos cárceres privados", afirma o ex-agente Marival Chaves. Com problemas familiares, Silveira suicidou-se com dois tiros no coração em 1986. Chaves destaca outro nome de importância entre os mais temidos chefes no esquema clandestino de tortura e morte, o do coronel Fred Perdigão, do Centro de Informações do Exército. Elo de ligação com o Destacamento de Operações de Informações, Perdigão fazia a transferência de presos de São Paulo para a casa de horrores de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e controlava seu próprio canil de infiltrados em grupos de esquerda.

SILVALDO LEUNG

podia desabafar sequer com minha mulher. Ao acordar, enfrentava a mesma rotina. Era um horror.

VEJA — Como se comportavam os que comandavam a repressão? Eram pessoas violentas no dia-a-dia?

CHAVES — O coronel Ênio da Silveira era extremamente violento. Para ele, a doutrina de segurança nacional estava acima de qualquer coisa. Ele tinha curso de todos os

níveis na área de informação. Com os comandados, era até gentil. Mas quando queria, era duro e enérgico. Suicidou-se em 1986. O coronel Paulo Malhães, que chefiava contatos com os infiltrados, rezava pela mesma cartilha. Ele esteve no Chile, onde interrogou e torturou brasileiros e chilenos. Já o coronel Fred Perdigão, que pertencia ao Centro de Informações do Exército desde a sua época de capitão, tinha influência suficiente no porão para viver levando presos de

São Paulo para Petrópolis. Ele participou do desaparecimento de Ana Kucinski e Wilson Silva.

VEJA — Havia um pacto de silêncio entre matadores e torturadores?

CHAVES — Depois de cada caso, na hora do almoço, e durante viagens em quartos de hotel, os agentes comentavam o que tinha ocorrido. As conversas eram simuladas e ninguém dizia claramente: eu matei.



COSTA — Torturado, seu corpo foi jogado no rio da Estrada de Avaré

mesmo dia. "Começamos a procurá-lo horas depois", lembra Zailda Souza, uma das irmãs de Costa, que até hoje o chama pelo codinome "Maneco". Com Aglaé, ela tentou encontrar o irmão no DOI de São Paulo. "Quando perguntamos do Elson, um coronel respondeu que o Exército também estava procurando por ele", conta Zailda, "que era melhor que a gente o encontrasse primeiro."

Dias depois, quando Aglaé denunciou à imprensa

o desaparecimento, dois homens foram procurá-la às 5h30 da manhã. Aglaé tinha viajado. Durante meses, a família atendeu a telefonemas com voz de homem que pediam para falar com Elson Costa. "Queriam dar a impressão de que ainda o procuravam", diz Arnaldo de Souza, marido de Zailda.

Há um ano, quando o governo do Paraná abriu os arquivos do Dops local, a família encontrou a única referência ao seu desapa-

recimento. Na ficha de Elson Costa constava que ele teria sido seqüestrado por companheiros do PCB. Cinco anos depois do sumiço de Elson, a família obteve na Justiça um atestado de morte presumida. "Sempre tive um pouco de esperança de que ele podia aparecer vivo", diz Zailda. "Depois desses anos todos, é triste ter de parar de acreditar nisso."

Uma pesquisa para a História

A verdadeira história da guerra suja entre terroristas e setores das Forças Armadas durante os governos militares começou a ser contada em 1979, quando ganhou corpo a primeira fase do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Em 500 rolos de microfilme, o projeto reuniu os mais dramáticos depoimentos já feitos sobre a realidade dos porões do regime militar, com incontestável procedência. Todas as narrativas saíram de 707 processos de presos políticos em auditorias militares, numa pesquisa que vasculhou mais de 1 milhão de páginas de documentos oficiais. O projeto rendeu doze volumes, dos quais dois foram publicados pela editora Vozes. Eles transcrevem depoimentos de esquerdistas, identificam torturadores e listam os nomes dos desaparecidos.

O ex-sargento Marival Chaves aparece no *Brasil: Nunca Mais* como um dos encarregados de fazer diligências contra o grupo terrorista VAR-Palmares. Chaves fez do primeiro volume desse trabalho seu livro de cabeceira. À margem

de cada página, anota a lápis nomes e codinomes de torturadores e presos políticos que identifica. Um dos principais responsáveis pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, o pastor presbiteriano Jaime Wright, irmão do deputado Paulo Stuart Wright, assassinado em 1973, tomou conhecimento de detalhes da entrevista do ex-agente do DOI. "É a primeira vez que um ex-agente da repressão resolve contar o que sabe em detalhes", observa o pastor. "Isso tem um valor inestimável para a História."

Para o ex-militante da Aliança de Libertação Nacional Paulo Vanuchi, outro dos maiores responsáveis pelo *Brasil: Nunca Mais*, a entrevista pode abrir novos caminhos para famílias que não conhecem o destino de seus mortos. "É um relato impressionante", afirma. Vanuchi acredita que, a partir do depoimento de Chaves, a Comissão dos Desaparecidos da prefeitura de São Paulo, coordenada por Suzana Lisboa e Ivan Seixas, pode pedir uma investigação oficial nos rios onde Chaves afirma terem sido jogados os corpos de vários desaparecidos. "Se apenas um osso for encontrado, já será um passo no caminho da verdade", diz Vanuchi.



WRIGHT — "Pela primeira vez, um ex-agente fala o que sabe"



VANUCHI — "Um único osso será um passo para a verdade"

NELIO RODRIGUES
ANTONIO MILENA

VEJA — Nenhum agente ameaçou sair do Exército e contar tudo?

CHAVES — O sujeito que durante a repressão tentasse se afastar corria o risco de ser justificado. Um agente, que conheço só pelo codinome de "Júnior", foi afastado da seção de investigações por tentar extorquir dinheiro do jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana, em troca de informações sobre o paradeiro dela. A seção de investigação pensou em justicá-lo porque ele disse que iria procurar a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo para denunciar fatos sobre a subversão.

VEJA — Por que o senhor resolveu falar?

CHAVES — As atividades de combate à subversão aos poucos foram me dando nojo, enjôo, náuseas, vômitos, tudo que você pode imaginar. Eu via as coisas acontecerem, discordava e não podia me manifestar. O regulamento disciplinar do Exército era muito rígido. Existia ainda a norma geral de ação, que impedia o integrante do órgão de informação de se manifestar ou discutir uma ordem. Se deixasse de cumprir, ocorriam punições e, em seguida, a pecha de contrário à Revolução de 64. Não fui formado para esse tipo de atividade. Fui cooptado e quan-

do acordei estava envolvido. O próprio sistema procurava comprometer os envolvidos. O medo da repressão era muito grande. Eles criavam símbolos na própria força para mostrar que ninguém poderia reagir. Matar o capitão Carlos Lamarca, por exemplo, foi questão de honra. Por isso, da mesma forma que eu, muita gente acabou ficando, apesar de discordar. Em 1985, senti que era hora de me afastar porque os governos militares tinham chegado ao fim. Era a hora de me afastar sem me comprometer.

"O major André Leite Pereira Filho era o chefe da equipe que matou Herzog. Ele pode responder pela morte de Herzog"

VEJA — O senhor acha que não se comprometeu?

CHAVES — Se tivesse matado alguém não faria este depoimento. É claro que meu trabalho, e aí faço mea-culpa, contribuiu muito para causar esses males. Há pessoas honestas que participaram da repressão e não concordavam com aquela violência insana. Mas até hoje não têm coragem de contar o que sabem, que a única lei do porão era a barbárie.

VEJA — O senhor se considera um democrata?

CHAVES — Nosso país só será grande vivendo uma profunda democracia. Eu estive dentro dos porões da repressão e sei o que uma ditadura sangrenta significa. E espero que esse depoimento contribua para o aprimoramento da democracia.

VEJA — Se uma entidade de defesa dos direitos humanos o procurar para falar sobre desaparecidos, o senhor irá colaborar?

CHAVES — Estou disposto a ajudar em todos os sentidos. Quero prestar um serviço ao país. ■

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 382/92

Fila Nº 12 Q

Quarto Nº 39/2

Taq. - Regina

Conf. -

Rev. Graça

O SR. MARIVAL DIAS CHAVES DO CANTO - Não tenho qualquer informação. A informação que tenho é de 1973. É bom que se diga que tanto a operação no Nordeste, quanto a que foi realizada na região do ABCD ^{tiveram} a participação desse infiltrado. Aí, possivelmente, só a título de acrescentar mais alguma coisa, nesse rol deve ter entrado o Matta Machado, o Paulo Stuart Wright e todos os outros desaparecidos que V.Exa. citou. O que quero caracterizar é que isso ocorreu no contexto de uma operação que teve início no Nordeste, aliás são duas operações, uma, no Nordeste, e outra, em São Paulo, especificamente sobre Ação Popular.

O SR. DEPUTADO HAROLDO LIMA - A outra pergunta é sobre Perus, Vila Formosa e Ricardo Albuquerque.

O SR. MARIVAL DIAS CHAVES DO CANTO - V.Exa. quer saber por que parou de enterrar nesse período, não é?

O SR. DEPUTADO HAROLDO LIMA - Como é que funcionava? Eles eram enterrados, depois ...

O SR. DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL - Em que período parou?

O SR. MARIVAL DIAS CHAVES DO CANTO - Em 1972, quando terminou o combate à chamada Organização da "Esquerda Revolucionária", o processo - e aí fica bem situada a instalação dos cárceres - no Rio de Janeiro já tinha, em Petrópolis ^{já} existia, em 1972, ^{se} em 1973, passou a instalar cárceres privados em São Paulo. Por isso que, em 1972, São Paulo parou de en

[Signature]

ATO. 15.4, P. 62/180 Pls 61
172

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 382/92

Fila Nº 12 Q

Quarto Nº 39/3

Taq. - Regina

Conf. -

Rev. Graca

errar, porque existia todo um trâmite: o legista ia para o Instituto Médico Legal, enterrava e a possibilidade de aparecer era muito maior. O processo ^{se} aprimorou, os aparelhos estavam instalados, ^{então} era muito mais simples matar e ocultar o cadáver, ^{também} evitava-se toda aquela burocracia de legista e ^{também} levar o corpo para o órgão. No caso de Antônio Carlos Bicalho Lana e sua companheira Sônia Moraes utilizou-se o artifício do "teatrinho", ou seja, os corpos foram levados no porta-mala para a rua e no final simulou-se um tiroteio com munição de festim ou coisa desse tipo: quem morreu, na realidade, já estava morto. Tinha todo um ritual para se enterrar um corpo ao passo que a morte nos cárceres privados e a ocultação do cadáver, suponho, era bem mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Há quem queira fazer mais alguma pergunta? Com a palavra o Deputado Sidney de Miguel.

O SR. DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL - Sr. Presidente, não desejo fazer perguntas, porque as que foram feitas me satisfizeram. Mas gostaria que o Sr. Marival esclarecesse essa mudança de etapas, que acho importante, e não compreendi completamente. Houve uma remontagem. Em 1972, terminou a luta armada. Praticamente dá para se entender que os comandantes do Exército e das outras Forças Armadas compreenderam que se perdia o argumento para se ter crimes políticos em que se jogavam as pessoas nas valas, como Ricardo Albuquerque, e uma série de pessoas encontra

ml

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 382/92

Fila Nº 12 Q

Quarto Nº 39/4

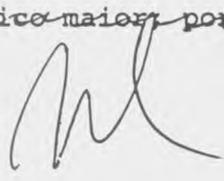
Taq. - Regina

Conf. -

Rev. Gracia

das. Não sei se todos os casos casam nessa lógica. A idéia de esquarteramento depois de um certo momento ... Perdurou-se a prática dos crimes, as organizações de repressão continuam funcionando e isso justificaria esse tipo de prática. Quer dizer, organizava-se esses grupos para sumir com os corpos. ^{isso vinia,} abrir uma justificativa para que as pessoas ~~fossem~~ ^{fossem} ~~incontráveis.~~ ^{sejam} ~~incontráveis.~~ Interpretando um pouco, vamos refletir sobre o assunto. [Há um outro ponto que me parece importante: a partir de 1982 houve uma rearticulação, depois da Lei da Anistia, nos anos 80, já na vida democrática, nos aparelhos repressivos, mas para um outro tipo de acompanhamento: voltar-se-ia, hipoteticamente, a se recuperar informantes. ^{ca} ~~E aí começa haver um problema político maior, porque temos~~

dois





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 382/92

Fita Nº 12-R

Quarto Nº 46/1

Taq. - NÚbia

Conf. -

Rev. GLENIR

aí começa^a haver um problema político maior, porque temos duas organiza-
ões que sobreviveram a tudo isso, que estão atuantes, optaram pela vi-
da democrática, o PCdoB e o PPS, ^{..}Deputado, gostaria que me escutasse, por-
que V.Exa. tem aqui uma das lideranças mais articuladas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU ^{com} Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO SIDNEY DE MIGUEL E pode me ajudar

a chegar às convicções necessária^s. Então, nós temos aqui agora duas organi-
zações que estão sendo atingidas por pessoas que ainda gozam de crédito.
E temos uma pessoa saída deste processo todo, ^{com} uma participação ativa e firme,
^{e que,} até certo ponto
Va partir de uma crise moral está, com todos nós, na^s sua^s mão^s. Há pou-
co tempo, na imprensa, em função do caso do assassinato do Onofre, do
desaparecimento, e do Alberi, surgiu um casal de "cachorros" ^{Então,} a figura
do "ca chorro" ganhou a opinião pública, "cachorros" são íntimos nossos, são
pessoas que estão aí encobertas. Já temos dois casos agora com o Sr. Depoen-
te que aparecem como "cachorros" e que atingem severamente organizações que
ficaram de pé, conseguiram sobreviver. Ainda uma pergunta ao
Sargento Marival Chaves: _____ Malhões é um no-
me que ficou muito conhecido no Rio Grande do Sul pelas sessões de tortura,
pela inteligência, pelas interrogatórias, ^Tvários companheiros foram interro-
gados prolongadamente por ele. Era um torturador ideólogo, que falava mui-

Tr. Bureau da Imprensa

Doi-Codi também matou mulher de Stuart Angel

ATO 15.4, P. 65/180

SÉRGIO MACEDO

DADA oficialmente como morta, em 30 de novembro de 1973, em tiroteio com as forças de segurança do DOI-CODI de São Paulo, na Avenida Penedo defronte do número 436 em Santo Amaro, SP, Sônia Maria Moraes Angel Jones fazia, até bem pouco tempo, parte da imensa lista de desaparecidos, políticos vítimas da repressão que se abateu sobre o país, principalmente a partir de 1968, sob a proteção do AI-5.

Isso porque, depois de torturada até a morte no DOI-CODI do Rio e, depois, de São Paulo, ela fora enterrada no cemitério de Perus sob o nome de Esmeralda Siqueira de Aguiar, filha de Renato A. Aguiar e Lúcia Lima Aguiar, tendo como testemunha um tal de Jair Romeu. A certidão de óbito fora assinado pelo médico-legista Harry Shibata, conforme atesta certidão do Cartório de Registro Civil 20.º Subdistrito — Jardim América, SP.

No dia 1.º de dezembro, entretanto, o jornal *O Globo* publicou notícia da morte de "Esmeralda", em "choque com as forças de segurança", em São Paulo, onde teria sido metralhada juntamente com outro membro do grupo terrorista Aliança Libertadora Nacional (ALN), Antônio Carlos Bicalha Lana. Mais tarde, porém, Sônia apareceria relacionada pela Anistia Internacional como tendo sido "morta por tortura", em notícia publicada no *Jornal do Brasil* do dia 29-3-78 e posteriormente confirmada por fontes ligadas ao esquema de segurança da época.

Após certificarem-se de que Sônia era, realmente, a "Esmeralda" cuja morte havia sido noticiada, seus pais os professores João Luiz de Moraes e Cléa Lopes de Moraes, passaram, então, a tentar levantar as circunstâncias reais em que teria morrido sua filha. Obtiveram, então, a primeira certidão de óbito, ainda em nome de Esmeralda e, somente mediante ação judicial, Processo n.º 1.453-79, da 1.ª Vara de Registro Públicos, obtiveram, por sentença do ministro-juíz Hélio Lobo Júnior, a certidão com o nome verdadeiro de Sônia a 18 de março do corrente ano (1980).

Ao se completarem nove anos do assassinato do estudante Stuart Angel Jones, pelas forças de segurança, em maio de 1971, começam a ser desvendadas as razões do assassinato de sua mulher, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, no DOI-CODI de São Paulo, em 1973. As denúncias, já comprovadas inclusive juridicamente, envolvem o médico Harry Shibata, que já está sendo processado pelo Conselho Nacional de Medicina, por ter assinado o atestado de óbito (suicídio por enforcamento) do jornalista Vladimir Herzog, em fins de 1976, sem ter efetuado a autópsia, conforme comprovou o processo movido pela mulher de Herzog, Clarisse, que culminou com a condenação da União pelo assassinato do jornalista. A "reabertura" do caso é feita pelo coronel reformado João Luiz Moraes e por sua esposa, D. Cléa Moraes, que divulgaram, ontem, à imprensa, os primeiros resultados da investigação.



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 20.º SUBDISTRITO — JARDIM AMÉRICA
 Município e Comarca da Capital do Estado de São Paulo (Brasil)

ALCEBIADES NASCIMENTO MORENO
 ESCRIVÃO DO REGISTRO CIVIL
REINALDO RIBEIRO MARTINS
 OFICIAL MAIOR

Certidão de Óbito

Livro 0.732 Fôlha 84 Número 204376

CERTIFICO que, no livro competente de ÓBITOS, deste cartório, foi levado a efeito de Esmeralda Siqueira Aguiar *de* idade a no dia 30 de novembro de 1973, às 15 horas, na avenida de Penedo altura do nº 436; Santo Amaro *de sexo* feminino *de cor* branca *profissão* ignorada *natural de* Guanabara *residente* ignorada a residência *com* 26 anos *de idade, estado civil* solteira *filha de* Renato A. Aguiar e de Lúcia Lima Aguiar, por nome de casada

Atestado de óbito firmado pelo Dr. Harry Shibata, legista
que deu como causa da morte hemorragia interna por ferimento de projétil de arma de fogo

há mais informações

Achado corpo de jovem assassinada

Os pais da jovem Sônia Maria de Moraes Angel Jones descobriram dias atrás que sua filha — presa e assassinada pela polícia política há 9 anos atrás — está enterrada clandestinamente no cemitério de Perus, em São Paulo. O enterro foi feito com atestado de óbito forjado pelo notório médico legista Harry Shibata, diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, responsável, entre outros, pelo laudo da morte do jornalista Wladimir Herzog, morto na tortura, e que Shibata disse ter se suicidado.

De acordo com a versão oficial dos órgãos de repressão política, Sônia Maria Moraes A. Jones foi assassinada a tiros no dia 30 de novembro de 1973, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, juntamente com Antonio Carlos Bicalho Lana, ambos pertencentes a organização Aliança Libertadora Nacional.

Esta é a versão oficial, porque muito estranhamente, o corpo de Sônia desapareceu, da mesma forma que mais tarde, em 1973, desapareceria o corpo de seu marido, Stuart Anjel Jones, preso e torturado até a morte na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Pessoas presas e torturadas naquele local, ouviram os gritos desesperados de Stuart Jones, massacrado pelos torturadores sob o comando do fanático nazista Brigadeiro Burnier.

ATESTADO FAJUTO

Durante nove anos, os pais de Sônia percorreram todos os caminhos a procura do corpo da filha, reivindicando o direito de poder enterrá-la. Só agora, e por via judicial, conseguiram o atestado de óbito verdadeiro, e souberam então que ela havia sido enterrada como Esmeralda Siqueira Aguiar, em nome de quem constava o atestado de óbito anterior, embora o laudo necroscópico se referisse a Sônia Maria Lopes de Moraes, seu nome de solteira.

Os dois documentos, o laudo necroscópico em nome de Sônia e o atestado de óbito destinado a esconder o corpo da jovem, em nome de Esmeralda, foram assinados pelo mesmo legista, o notório Harry Shibata, médico responsável pelo laudo e atestado de óbito de muitas pessoas mortas nas torturas, e sempre dadas como mortas em tiroteios, atropelamentos, suicídios, etc.

Comissão vai apurar crimes

O deputado Fernando Moraes (PMDB-SP) propôs, no dia 22, apoiado por 38 deputados, a instalação de uma Comissão Especial de Inquéritos para apurar as verdadeiras causas dos "desaparecimentos" ocorridos em São Paulo desde 1968.

Ao destacar a necessidade da CEI dos Desaparecidos, o deputado lembrou a descoberta de 3 corpos de pessoas dadas como desaparecidas, que foram localizados no Cemitério de Perus, SP, sepultados como indigentes. São eles: Luis Eurico Tejera Lisboa, dado como suicida, com o nome falso de "Nelson Bueno"; Denis Antonio Casemiro, com o nome de "Denis Casemiro"; e, recentemente, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, esposa de Stuart Angel Jones,

Certidão de Óbito

2.182 Fôlha 84 N

CERTIFICO que, no livro competente de ÓBITOS, deste município de Esmeralda Siqueira Aguiar

a no dia 30 de novembro de 1973, às 15 horas, na altura do nº 836, santo Amaro

feminino de cor branca, profissão, ignorada de Guanabara

de ignorada a residência

anos de idade, estado civil solteira de Renato A. Aguiar e de Lucie Lima Aguiar,

Atestado de óbito firmado pelo Dr. Harry Shibata, legista como causa da morte, hemorragia interna por ferimento de fogo

Sepultado no cemitério de Perus

Foi declarado, Jair Rocca,

CRIMINOSO PREMIADO

Por ter tido durante anos esse comportamento de capacho de torturadores, de médico limpa-barras de carrascos, por ter rastejado pelas ante-câmaras das salas de tortura, por ter jogado fora seu juramento ético de médico, o "Dr." Shibata foi promovido a diretor do Instituto Médico Legal e foi condecorado pela chefia do Exército com a medalha do "Pacificador".

Mas Shibata está cada vez mais desmascarado, escorraçado pela classe médica, processado por familiares de assassinados na tortura, e ameaçado de processo também por 11 promotores públicos, a quem Shibata chamou de "mentirosos", porque afirmaram que o modo de agir do "médico" — capacho a frente do IML propiciava a libertação de perigosos criminosos.

Os pais de Sônia Maria A. Jones ainda não decidiram se irão processar a União pela morte da filha. Dada como morta em tiroteio, ela consta de uma relação da organização Anistia Internacional como "morta por tortura". Na entrevista que concederam, eles afirmam que "não desejamos, para nenhuma família brasileira, o sofrimento que atingiu a nossa".

também assassinado pelos DOI CODI da vida e da morte, sepultada com o nome de "Esmeralda Siqueira Aguiar". No caso de Sonia, segundo o deputado, o legista Harry Shibata, atual diretor do IML, assinou dois atestados de óbito, cada um com um dos dois nomes, sem que tivesse visto o corpo.

Fernando Moraes garante que, a julgar pelas entrevistas feitas com os familiares, "boa parte do desenvolvimento da CEI terá que ser efetuada através de sessões secretas, para preservar a segurança dos depoentes". E ao justificar sua proposta, o deputado nomeou 73 pessoas dadas como "desaparecidas", "cujo destino deverá ser apurado pela CEI".

Coronel acionará União pela morte da filha, em 1973

Da Sucursal e
do Serviço Local

O coronel da reserva João Luis de Moraes anunciou ontem, no Rio, que vai entrar com uma ação na Justiça responsabilizando a União pela morte de sua filha, Sônia Moraes Angel Jones, segundo ele "torturada e assassinada em 1973, depois de presa pelas forças de segurança do Doi-Codi". João Luis prometeu também remeter ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo as cópias do laudo cadavérico e do atestado de óbito, o primeiro com o nome verdadeiro da filha, e o segundo com o nome falso de Esmeralda Siqueira de Aguiar, "ambos assinados pelo legista Harry Shibata, com o claro objetivo de ocultação do cadáver".

Em São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia informou que amanhã, às 13 horas, os restos mortais de Sônia serão trasladados para o Rio. Antes disso, às 11 horas, será rezada missa na igreja de São Domingos, na rua Caiubi, 164, Perdizes, quando será prestada também uma homenagem ao ex-marido de Sônia, Stuart Edgar Angel, desaparecido há dez anos.

AS VERSÕES

Sônia morreu em novembro de 1973, juntamente com Antônio Carlos Bicalho Lana, em um tiroteio na avenida Pinedo, em Santo Amaro, segundo a versão dos órgãos de segurança. Os dois eram militantes da ALN — Aliança Libertadora Nacional.

Sônia foi enterrada no cemitério de Perus, como indigente e com o nome que usava na clandestinidade, Esmeralda Siqueira de Aguiar.

Mas, de acordo com o pai de Sônia "a versão oficial é falsa. Na verdade, ela foi presa em Santos, pelos agentes do Doi-Codi, barbaramente torturada no Rio e em São Paulo, onde foi assassinada com dois tiros na cabeça".

Embora ressaltasse que não poderia dar "elementos mais concretos" no momento, Luis de Moraes afirmou ter elementos "de convicção para processar a União", e acrescentou:

"Não tenho objetivos políticos, pretendo apenas resgatar a imagem de minha filha, estigmatizada com a pecha de terrorista. Ela era uma jovem idealista, e acho que estou contribuindo para o prestígio das Forças Armadas, seriamente abalado por uma minoria que cometeu excessos em seu nome".

SHIBATA

O pai de Sônia fez questão de frisar que procura divulgar sua luta "para que esses fatos lamentáveis nunca mais se repitam", afirmando que oficiará ao CRM de São Paulo para que o médico legista Harry Shibata tenha "a justa punição".

Ele descobriu que a filha tinha sido enterrada em Perus com outro nome, através de requerimento enviado ao então comandante do 2.º Exército, Dilermando Monteiro, pedindo-lhe que fornecesse o atestado de óbito de Sônia. Como resposta, recebeu o atestado de Esmeralda Siqueira Aguiar.

Mais uma versão desfeita

As 15 horas do dia 30 de novembro de 1973, na altura do nº 836 da Avenida de Pinedo, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, os militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana foram mortos a tiros pelos órgãos de segurança, quando resistiram à ordem de prisão. Sônia, segundo o laudo médico, morreu em consequência de dois tiros na cabeça.

Esta a versão do II Exército, não a verdade. Entre a versão e a verdade nada menos do que oito anos e muito trabalho de investigação se passaram. Na exumação dos restos mortais de Sônia, realizada no dia 16 último no cemitério de Perus, pôde-se constatar que seu crânio estava perfeito, sem nenhum orifício. Pelo que se pôde reconstituir, Sônia foi presa em Santos pelos agentes do DOI-CODI, barbaramente torturada no Rio e em São Paulo, vindo a falecer.

Sônia, como tantos outros militantes de esquerda assassinados pela tortura, foi enterrada como indigente no cemitério de Perus utilizando-se o codinome, Esmeralda Siqueira Aguiar.

Dois óbitos para uma mesma pessoa

Os órgãos de segurança sabiam do verdadeiro nome de Esmeralda. No relatório da suposta "queda" dos dois militantes, assinado

pelo então delegado de Polícia Adjunto (hoje no DEOPS paulista) Edsel Magnotti está escrito: "O conhecido terrorista Antonio Carlos Bicalho Lana, indiciado em vários inquéritos por assalto a mão armada, elementos do GTA da ALN, também morreu quando resistiu à prisão, estando em sua companhia Sonia Maria Lopes de Moraes, contacto de Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz, e que usava o nome falso de "Esmeralda Siqueira Aguiar".

A dupla identidade da militante, reveladamente, também aparece nos laudos médicos. No laudo e Exame do Corpo de Delito do Instituto Médico-Legal, assinado por Harry Shibata e Antônio Valtini, aparece o nome de Sônia. Entretanto no Cartório de Registro Civil, a declaração da morte da militante se refere ao nome de Esmeralda Siqueira Aguiar e, é acompanhado por outro atestado de óbito, também assinado por Harry Shibata.

Foi essa discrepância, aliás, que permitiu aos pais de Sônia localizarem o local onde havia sido enterrada. Ao pedir ao então Comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, uma cópia do atestado de óbito de Sônia, receberam como resposta a indicação do cartório onde constava o codinome de sua filha, com o qual ela havia sido enterrada no cemitério de Perus.

Os pais de Sônia vão entrar com uma ação na Justiça responsabilizando a União pela sua morte.



Dois laudos médicos para a mesma pessoa



Sônia Maria, sua luta continua

Pai pede IPM contra Shibata

São Paulo — A abertura de um inquérito policial-militar, contra o diretor do Instituto Médico Legal — IML paulista, Harry Shibata, por crime de falsa perícia, foi pedida pelos pais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones — morta em 73, quando pertencia a ALN, e cujo corpo só foi localizado em 1980, em São Paulo, sob falsa identidade.

A representação junto ao Ministério Público foi formulada pelo advogado José Roberto Leal de Carvalho. Segundo ele, a representação está, agora, nas mãos do comandante da 2ª Região Militar, General Alvir Souto. Ela se baseia no fato de que, em 1981 — quando os restos mortais de Sônia Maria foram exumados e levados para o Rio de Janeiro — não foi constatada nenhuma das lesões apontadas no atestado de óbito assinado pelo doutor Harry Shibata. Seu crânio estava intacto, sem as duas lesões atestadas: orifícios causados por tiros, um no supercílio esquerdo e outro na mandíbula esquerda. A causa mortis, segundo esse atestado, foi "traumatismo craniano por ferimentos transfixiantes por projétil de arma de fogo".

Sônia Maria era casada com Stuart Edgard Angel Jones, também pertencente à Aliança Libertadora Nacional (tido como desaparecido, desde 1971). Tinha 27 anos quando morreu. Segundo a versão oficial, foi morta em tiroteio com agentes de segurança, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, em 30 de novembro de 73, em companhia de Antônio Bicalho Lana.

Jornal do Brasil
23/11/1982

Shibata submetido a novo processo

SÃO PAULO (O GLOBO) — O tenente-coronel da reserva do Exército João Luis de Moraes e sua mulher Clea Lopes de Moraes pediram à Justiça Militar abertura de inquérito contra o diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, Harry Shibata, acusando-o de falsa perícia ao realizar o exame necroscópico de sua filha Sônia Maria de Moraes Angel Jones, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Segundo a versão oficial, Sônia Maria morreu em tiroteio com agentes de órgãos de segurança no dia 30 de novembro de 1973. No laudo, o legista afirma que Sonia morreu em consequência de traumatismo craniano provocado por duas balas: uma na altura do supercílio esquerdo e outra no ramo ascendente esquerdo da mandíbula. Em maio de 1981, quando foi feita a exumação do corpo, no entanto, parentes e jornalistas presentes à cerimônia constataram que o crânio não apresentava perfuração alguma.

Harry Shibata negou que tenha havido falsa perícia. Segundo ele, o mais provável é que tenha havido troca de cadáver no Cemitério de Perus.

23/11/1982

O Globo

Pai pede IPM contra Shibata

São Paulo — A abertura de um inquérito policial-militar, contra o diretor do Instituto Médico Legal — IML paulista, Harry Shibata, por crime de falsa perícia, foi pedida pelos pais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones — morta em 73, quando pertencia a ALN, e cujo corpo só foi localizado em 1980, em São Paulo, sob falsa identidade.

A representação junto ao Ministério Público foi formulada pelo advogado José Roberto Leal de Carvalho. Segundo ele, a representação está, agora, nas mãos do comandante da 2ª Região Militar, General Alvir Souto. Ela se baseia no fato de que, em 1981 — quando os restos mortais de Sônia Maria foram exumados e levados para o Rio de Janeiro — não foi constatada nenhuma das lesões apontadas no atestado de óbito assinado pelo doutor Harry Shibata. Seu crânio estava intacto, sem as duas lesões atestadas: orifícios causados por tiros, um no supercílio esquerdo e outro na mandíbula esquerda. A causa mortis, segundo esse atestado, foi "traumatismo craniano por ferimentos transfixiantes por projétil de arma de fogo".

Sônia Maria era casada com Stuart Edgard Angel Jones, também pertencente à Aliança Libertadora Nacional (tido como desaparecido, desde 1971). Tinha 27 anos quando morreu. Segundo a versão oficial, foi morta em tiroteio com agentes de segurança, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, em 30 de novembro de 73, em companhia de Antônio Bicalho Lana.

do terrorismo é profícuo, ainda assim não é novo. Os espinhos de *Rompendo o Silêncio* não cortam para baixo, mas para cima. "Escrevo este livro em respeito ao meu Exército e aos meus chefes, os quais, principalmente na ocasião em que, sob suas ordens, combati o terror, sempre me apoiaram e me distinguiram", diz o coronel no início do livro. "Durante todo o tempo em que, como oficial do Exército, fui formalmente designado para dirigir um órgão de combate a organizações terroristas, sempre procurei cultivar a virtude da lealdade aos meus superiores hierárquicos, pares e subordinados", acrescenta, para arrematar com algo que pode soar como a frase mais estridente do silêncio rompido: "Isso, conqui cumprindo fielmente as ordens que me foram dadas, sem nunca delas me ter afastado durante um momento sequer".

Dirigindo-se a suas duas filhas, com as quais se preocupou já em 1977, quando seu nome foi publicado na primeira lista de torturadores: "Quero que vocês saibam que sinto a maior honra em ostentar a Medalha do Pacifi-

cador com Palma, a mais alta condecoração concedida pelo Exército brasileiro em tempo de paz àqueles que cumpriram o seu dever com risco da própria vida".

O que aconteceu nos porões da repressão política entre 1968 e 1977 é algo bem mais complexo que a biografia e a conduta de um major no comando de quarenta militares e 200 civis. O livro de Ustra, nesse sentido, é uma contribuição de peso semelhante ao do *Brasil: Nunca Mais*. Difere deste no entendimento do período e tam-

bém na qualidade, pois pelo menos em relação à morte do terrorista Antonio Carlos Bicalho Lana há indicações de que o coronel propague uma falsidade (*veja o quadro abaixo*). Mesmo assim, foi preferível que o coronel rompesse o silêncio.

TRANSGRESSÃO PERDOADA — Numa entrevista ao jornalista Alexandre Garcia, da TV Manchete, Ustra explicou, na semana passada, o sentido do seu trabalho, mas atrapalhou-se em algumas respostas e emitiu juízos sobre a situação política do país. Disse que "existem muitas pessoas que cometeram atos de terrorismo que estão hoje no Congresso, que são constituintes, que estão desempenhando cargos públicos, lutando por esse Brasil". À primeira vista, era uma simples constatação, mas, de acordo com o regulamento disciplinar do Exército, tratava-se de uma transgressão das normas de conduta obrigatórias para um oficial. O coronel, que segundo o próprio ministro Leônidas Pires Gonçalves tinha liberdade para publicar o livro por se tratar de matéria histó-



LUGO KOYAMA



FLAVIO RODRIGUES

Nilmário Miranda: "Ele decidia" Moreira Neto: armadilha

O que falta no livro do general

"Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país", diz o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na primeira página do seu livro. Sua decisão de contar a história do DOI-CODI de São Paulo entre 1970 e 1974 a partir do ponto de vista do oficial que o comandava poderá se transformar, caso vá adiante, na maior contribuição já dada ao esclarecimento do que sucedeu num período em que o terrorismo e a tortura se enfrentavam enquanto a sociedade era mantida ao largo, através da censura à imprensa.

Segundo os levantamentos de comissões de ex-presos políticos e de organismos de defesa dos direitos humanos, pelo

menos dezessete pessoas foram mortas depois de ter sido capturadas pelo DOI. Em todos os dezessete casos a versão oficial das mortes é contestada, com graus variáveis de precisão. Em seu livro, o coronel menciona apenas um desses casos, oferecendo uma história contraditada por testemunhas. A respeito dos demais, não há uma única linha.

Referindo-se ao terrorista Antonio Car-

los Bicalho Lana, dirigente da Ação Libertadora Nacional — ALN — que usava o codinome de "Bruno", Ustra informa que ele foi "morto em outro enfrentamento conosco (...) em 30 de novembro de 1973". Segundo a versão oficial divulgada pelo Exército à época, Lana e a terrorista Sonia Maria Lopes de Moraes morreram, juntos, num tiroteio em Santo Amaro, bairro industrial de São Paulo. Investi-

gações conduzidas pelo pai de Sonia, um coronel da reserva do Exército, comprovam, com o testemunho de diversas pessoas, que os dois foram presos num ônibus interestadual sem que oferecessem resistência. Nenhum dos dois foi visto desde então. Como Ustra informa que enfrentou Lana, a comparação das provas poderá permitir que se saiba qual dos dois coronéis tem razão.



SERGIO SADE

O DOI-CODI nos anos 70: saída com tranca defeituosa

PAI E FILHO — A menos que o DOI sob o comando de Ustra tenha sido um quartel de comédia do qual os presos fugiam quando bem enten-

29/08/89

O GLOBO

Ministro promete apurar a morte de Stuart Angel

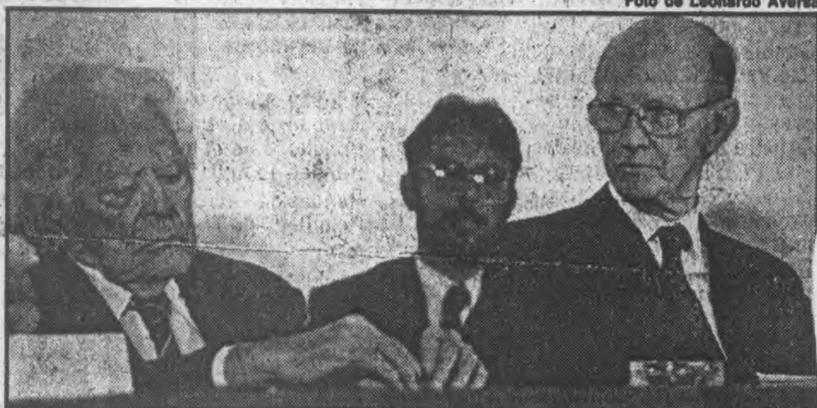
Foto de Leonardo Aversa

Na sua primeira reunião como Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, prometeu reabrir o caso do desaparecimento de Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e de sua mulher, Sonia Maria Moraes Angel, da Aliança Libertadora Nacional (ALN).

A promessa do Ministro foi feita após ouvir o apelo do pai de Sonia, o Coronel reformado João Corrêa de Moraes, durante a solenidade de comemoração dos 25 anos de existência do CDDPH, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa.

— Examinaremos não apenas este caso, mas também outros que ainda não foram resolvidos.

Em seu discurso, o Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho — nomeado Vice-Presidente do Conselho — recordou alguns dos episódios mais importantes da atuação do CDDPH desde que foi fundado. Estiveram presentes à solenidade, realizada no Rio pela primeira vez em homenagem à ABI, o Deputado Bernardo Cabral (PMDB) e o Senador Chagas Rodrigues (PMDB), representando a Câmara dos Deputados e o



Austregésilo de Athayde e Oscar Corrêa na reunião do CDDPH, na ABI

Senado, o Secretário de Justiça, Tércio Lins e Silva, e o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde.

Stuart e Sonia casaram-se em 1968, quando já participavam da luta armada contra o regime militar. Mas viveram juntos apenas dois anos. Em 1970, ela foi para a França, para escapar da prisão. Pouco depois, Stuart era preso no Rio. Ele morreu a 15 de maio de 1971, aos 26 anos, depois de ter sido barbaramente torturado na Base Aérea do Galeão.

Sem saber que o marido já havia morrido, Sonia voltou ao Brasil em 1973, usando documentos falsos, com o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Segundo a Polícia, "Esmeralda" morreu durante um tiroteio, em São Paulo. Vários depoimentos, no entanto, afirmam que Sonia e Antônio Bicalho Lana, também da ALN, foram raptados por dezenas de homens armados, em Santos. Transferida para o Rio, ela foi torturada no DOI e levada a São Paulo, onde recebeu o tiro de misericórdia na cabeça. Era o dia 30 de novembro de 1973.

Shibata depõe na CPI dos Desaparecidos

Telefoto Agência Estado

SÃO PAULO — Considerado pelas entidades de direitos humanos um dos símbolos da repressão política no Brasil, o médico-legista Harry Shibata depôs ontem na CPI dos Desaparecidos, surpreendendo os incrédulos vereadores, que não contavam com seu comparecimento. Mostrando-se tranqüilo, Shibata fez graves revelações. Uma delas, a de ter assinado em 1973 o atestado de óbito da ativista política Sônia Maria Lopes Moraes Angel (ALN) com o nome falso de Esmeralda Siqueira Aguiar.



Shibata depôs ontem em São Paulo

— Nosso trabalho no IML de São Paulo era puramente técnico em relação aos cadáveres. Nós recebíamos os corpos dos ativistas políticos, muitos com marcas de torturas, e fazíamos os laudos necroscópicos sem a preocupação de interpretar as causas — defendeu-se Shibata, funcionário do IML, durante 27 anos.

Os corpos, segundo o legista, eram encaminhados pelo Deops ao IML, já identificados e com pedidos para que fossem fotografados e colhidas as impressões digitais.

— Eu nunca vi a inscrição da letra T, usada para identificar os terroristas, nas requisições do Deops, quando nos eram enviados os corpos dos militantes políticos. Eu sabia que estava acontecendo uma guerra suja, mas muitas vezes só ficava sabendo que tinha autopsiado um ativista político quando lia a notícia de sua morte nos jornais — garantiu Shibata.

Shibata negou ter assinado um laudo falso sobre a morte do jorna-

lista Wladimir Herzog, acontecida em 1975, em São Paulo.

— No caso de Herzog, assinei sem participar da autópsia. Apenas endossei o resultado do laudo feito por um perito. Esse procedimento é uma prática centenária no IML de São Paulo — defendeu-se.

Admitiu, porém, ter assinado o atestado de óbito de Sônia Maria Lopes Moraes, militante da ALN, morta no dia 30 de novembro de 1973, com o nome falso de Esmeralda Siqueira de Aguiar. A versão oficial afirma ter sido Sônia Moraes morta junto com Antônio Carlos Bicalho Lana, em um tiroteio em Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo.

Handwritten notes: G. 4000, G. 2030

ATO. 15.4.074/ND

FLS 73

LAUDO DE EXUMAÇÃO COM FINALIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE:

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

Segundo documento existente no I.P.M. da 3ª Auditoria, página 184, (um ofício do Serviço Funerário do Município de São Paulo, datado de 15/04/83, endereçado à Exma. Sra. Dra. Sheila de Albuquerque Bierrenbach, Juíza da 2ª C.J.M.), informa que recebeu 4 (quatro) cadáveres provenientes do Instituto Médico Legal de São Paulo, para serem sepultados em 01/12/73, na quadra 7 com as seguintes características:

- A. - Terreno 484 - RICARDO ALVES RIBEIRO;
- B. - Terreno 485 - MIGUEL SABAT UNUET;
- C. - Terreno 486 - ESMERALDA SIQUEIRA AGUIAR OU SONIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES;
- D. - Terreno 487 - ANTONIO CARLOS BICALHO LANA.

Pelo que se tem notícia, este corpo nunca foi alvo de exame anterior, portanto a finalidade principal deste exame é a de confirmar sua identidade. Infelizmente, os familiares não tem grandes informações que nos possam auxiliar a chegar

AM

indubitavelmente à identificação destes restos mortais. Mesmo assim, procuramos dentro da tecnologia existente e das informações recebidas, fazer a avaliação que é alvo deste laudo.

O laudo do Instituto Médico Legal de São Paulo, que leva o número 53.434 já o identifica nominalmente, com suas características fisionômicas, aceitas pelos seus familiares.

No exame das vestes, descreve entre outras vestimentas uma cueca de nylon vermelha.

No exame necroscópico propriamente dito, descreve:

1º - Ferimento perfuro-contuso na região palpebral direita de forma ovalar, medindo 8 milímetros, caracterizado como orifício de entrada de projétil de arma de fogo.

2º - Ferimento perfuro-contuso localizado na região parietal direita, formato ovalar, medindo 15 milímetros de bordos evertidos, caracterizando orifício de saída de projétil de arma de fogo.

TÓRAX

A - Ferimento perfuro-contuso no pré-cordio, 2 dedos interno ao mamilo circular, medindo 10 milímetros. Orifício de entrada.

p/s. 76
AM

B - Ferimento pérfuro-contuso na região posterior do hemitórax esquerdo, altura da 11ª costela. Orifício de saída.

No nosso entender, houve aqui também erro descritivo e de interpretação dos ferimentos. Custa-nos crer que este corpo foi realmente examinado pelos signatários do laudo, pois as lesões descritas realmente existem, porém não descritas, tão pormenorizadas, como deveriam.

Na análise das peças ósseas que hoje temos em mãos, podemos descrever que:

CRÂNIO

Apresenta fratura de ramo ascendente da mandíbula, lado E, com perda do condilo. A perda óssea nesta área é muito mais exuberante pela face interna, revelando de forma indireta a direção da força que agiu nesta localidade, para produzir tal fratura. Há em consonância, também, fratura do arco

f1577
AK

zigomático E, da apófise pterigoideia E, com destruição da parede posterior do malar E e de todo o etmóide, assim como parte da base da órbita D, este pertuito atinge pontos de apoio de várias áreas de sustentação do crânio, tanto em sua base como da calota. Disto, resultou fratura de estruturas ósseas, incluindo uma que parte da asa esquerda do esfenóide, atinge o frontal em quase toda a sua obóbada, atinge temporal lado D, com raros pontos de fratura nos ossos da órbita D, incluindo pequena fratura na base da órbita E, linear.

Um outro ferimento é observado à nível de região temporal E, onde observamos perda de tecido ósseo e sem irradiação de grandes fraturas, até porque este como 2º disparo já encontrou todas as estruturas ósseas aproximadamente acomodadas, com as fraturas pré-existentes. Este ferimento por características próprias, onde a maior perda de tecido ósseo ocorre, na tábua óssea interna, revela ser orifício de entrada de projétil de arma de fogo, que pelas análises que realizamos tem sentido de baixo para cima, da esquerda para a direita, e de trás para a frente, marcando no frontal lado D área com características de ser orifício de saída de projétil de arma de fogo, onde a maior perda óssea está na tábua óssea externa. É de se salientar também que neste ferimento há elementos significativos para que possamos afirmar com segurança, que este foi o 2º disparo, pois as fraturas secundárias resultantes após o impacto do projétil ao nível da

calota craniana, região frontal, tábua óssea interna, demonstram claramente o que descrevemos. Portanto, este crânio levou dois tiros, praticamente consecutivos, disparados quase que no mesmo local, mas que não existe qualquer registro no laudo de necropsia original que leva o número 53.434.

No que diz respeito aos ferimentos existentes no tórax, não encontramos qualquer correspondência com as estruturas ósseas por nós examinadas. Ao nível da tíbia e fíbula D, encontramos em seu terço distal, fratura consolidada, com área na tíbia, lembrando pertuito por projétil de arma de fogo, que resolveu espontaneamente, deixando ainda áreas permeáveis.

Como este corpo, já estava identificado desde a sua chegada ao Instituto Médico Legal e ao ser inumado, fora com seu nome original e pelo que sabemos, esta sepultura nunca foi mexida, os restos mortais aí existentes são efetivamente de ANTONIO CARLOS BICALHO LANA. Não fosse pelas evidências, passamos a enumerar os pontos de coincidências existentes entre as várias informações que possuímos à respeito.

A fórmula dentária é a seguinte:

MAXILAR SUPERIOR

- 18 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).
- 17 Dente ausente.
- 16 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).
- 15 Dente com restauração em amálgama na suas faces mesial, oclusal e distal (M.O.D.).
- 14 Dente com restuaração em amálgama nas suas faces distal e oclusal (D.O.).
- 13 Dente Higido.
- 12 Dente com restauração mimética em suas faces mesial e incisal (M.I.).
- 11 Dente com restauração mimética em suas faces vestibular, incisal e lingual (V.I.L.).

- 21 Dente com restauração mimética nas suas faces distal e lingual (D.L.).
- 22 Dente com fratura da coroa.
- 23 Dente Higido.
- 24 Dente com restauração metálica fundida branca nas suas faces distal e oclusal (D.O.).
- 25 Dente com restauração em amálgama nas faces mesial e oclusal (M.O.).
- 26 Dente com restauração em amálgama nas suas faces oclusal e lingual (O.L.).
- 27 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).
- 28 Dente ausente.

MAXILAR INFERIOR (MANDÍBULA)

- 48 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).
- 47 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).
- 46 Dente ausente.
- 45 Dente ausente.
- 44 Dente com restauração em amálgama na sua face distal (D).
- 43 Dente Higido.
- 42 Dente Higido.
- 41 Dente Higido.

- 31 Dente Higido.
- 32 Dente Higido.
- 33 Dente Higido.
- 34 Dente ausente pós-morte.
- 35 Dente com restauração em amálgama nas suas faces mesial, oclusal, distal, vestibular e lingual (M.O.D.V.L.).
- 36 Dente com restauração em amálgama nas suas faces oclusal e vestibular (O.V.).
- 37 Dente com restauração em amálgama nas suas faces mesial e oclusal (M.O.).
- 38 Dente com restauração em amálgama na sua face oclusal (O).

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

DADOS FORNECIDOS PELOS FAMILIARES		DADOS NECROSCÓPICOS	NOSSOS DADOS
IDADE	24	24	20 - 25
SEXO	Masculino	Masculino	Masculino
ESTATURA	1,75 m	-----	1,73 - 1,77 m
- fêmur	-----	-----	49,2 cm
- tíbia	-----	-----	40,5 cm
- úmero	-----	-----	35,2 cm
- rádio	-----	-----	26,0 cm
- ulna	-----	-----	27,8 cm
COR	Branca	Branca	Branca
VESTES	Cueca Nylon Vermelha	Idem	Idem

CARACTERISTICAS PESSOAIS

DADOS FORNECIDOS PELOS FAMILIARES	DADOS NECROSCÓPICOS	NOSSOS DADOS
Canino Superior E Grande e Isolado	-----	Canino Superior "E" Grande e Isolado
Dentes Incisivos Superiores Separados	-----	Dentes Incisivos Superiores Separados
Dentes Incisivos Inferiores Pequenos	-----	Dentes Incisivos Inferiores Pequenos
Fumante	-----	Dentes com Impregnação de nicotina
EXTRAÇÃO DENTE INFERIOR E	-----	Ausência do 1º Pré-Molar Inferior "E"
DENTE INCISIVO SUPERIOR "E" PEQUENO (SUZANA)	-----	INCISIVO SUPERIOR "E" FRATURADO

CARACTERISTICAS PESSOAIS

DADOS FORNECIDOS
PELOS FAMILIARES

DADOS
NECROSCÓPICOS

NOSSOS
DADOS

Sobreposição de Imagens

Mais de 6(seis) pontos
coincidentes em planos
diferentes

Tipo Sanguíneo
Pai - A - Rh+
Mãe - O - Rh+
6 Filhos - O - Rh+
4 Filhos - A - Rh+

"O"

Tiro na Perna Perto
do Pé "D"

Fratura consolidada em
terço distal da tíbia e
fíbula D, com áreas
lembrando pertuito de
arma de fogo

ALMIR CUSTODIO DE LIMA

- OUT/74, terrorista. Morreu numa operação de cobertura de ponto da ALN em Jacarepaguá/RJ, onde ocorreu violento tiroteio.

ANATALIA ALVES DE MELO

- JAN/73, suicidou-se na prisão ateando fogo as vestes.

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA

- NOV/73, pertenceu à Aliança Libertadora Nacional; autor de vários assaltos a Bancos em MG. Fez curso de guerrilha em Cuba; morreu em novembro de 1973 em Santos/SF.

ARNANDO CARDOSO ROCHA

- MAR/73, foi morto em 15/03/73 em consequência de tiroteio com agentes dos órgãos de segurança na Penha/RJ. Representante da ALN.

EMANUEL BEZERRA DOS SANTOS

- AGO/73, terrorista preso no Recife/PE em AGO/73. Trazido para São Paulo declarou estar aguardando a chegada de outro subversivo do exterior. No momento do encontro, os agentes deram voz de prisão, porém o recém chegado reagiu a tiros seguindo-se intenso tiroteio: os dois faleceram a caminho do Hospital das Clínicas.

EUDALDO GOMES DA SILVA

- JAN/73, terrorista e agitador. Foi morto em Paulista/PE, em 08/01/73 ao reagir a tiros à voz de prisão, dada pelos agentes de segurança. Do intenso tiroteio resultaram vários feridos.

EVALDO LUIZ FERREIRA DE SOUZA

- JAN/73, terrorista e agitador. Foi morto em Paulista/PE em 08/01/73, ao reagir a tiros à voz de prisão, dada pelos agentes de segurança. Do intenso tiroteio resultaram vários feridos.

FRANCISCO EMANUEL PENTEADO

- MAR/73, foi morto em 15/03/73 em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança na Penha/RJ. Era integrante do grupo tático armado da ALN.

CONFIDENCIAL

14/37

MIRIAM LOPES VERBENA - Militante do PCBR na década de 60. Morreu em acidente de automóvel dia 09 Mar 72, na Rodovia que liga Caruaru a Lajes (Pernambuco) em companhia de seu marido LUIS ALBERTO ANDRADE DE SA E BENEVIDES. (Correio Braziliense, 16 Mar 72). Morreu junto com LUIZ ALBERTO ANDRADE SA E BENEVIDES. Fato noticiado pelo mesmo jornal, mesma data.

RUY OSVALDO AGUIAR PFITZENREUTER - Militante do PORT. Em 15 Abr 72, em São Paulo/SF, ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido, mesmo assim, conseguiu evadir-se aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto. O exame de necropsia foi realizado pelo IML/SF, dia 26 Abr 72.

VALDIR SALLES SABOIA - Em 23 Dez 72, morreu, ao ter o "aparelho" em que residia com outro terrorista do PCBR, cercado por equipes de segurança, procurou romper, à bala, o cerco, inclusive empregando granadas de mão. Este fato foi amplamente divulgado pela imprensa. (ULTIMA HORA, de 17 Abr 73).

WILSON FERREIRA - Nada consta.

1973:

ALEXANDRE VANUCHI LEME - Militante da ALN. Falecido em 1973. (Folha de São Paulo, 26 Mar 83).

ALMIR CUSTODIO DE LIMA - Militante do PCBR. Falecido em 27 Out 73, no Rio de Janeiro/RJ, ao resistir à voz de prisão (JORNAL DO BRASIL de 17 Nov 73).

ANATALIA DE SOUZA ALVES MELO - Militante do PCBR. Suicidou-se em 13 Jan 73, no interior do DOPS/PE. (JORNAL DO BRASIL de 23 Jan 73).

ANTONIO CARLOS BICALHO LANA - Militante da ALN. Morto em Nov 73, em São Paulo/SF, em confronto com agentes dos órgãos de segurança. (O ESTADO DE SÃO PAULO de 01 Dez 73).

ARNALDO CARDOSO ROCHA - Militante da ALN. Falecido em 15 Mar 73, em confronto com agentes dos órgãos de segurança, ocorrido no bairro da Fenha/SF. (JORNAL DO BRASIL, 16 Mar 73).

EMANUEL BEZERRA DOS SANTOS - Militante do PCR. Morreu no dia 04 Set 73, em confronto com agentes dos órgãos de segurança, em Moema/SF. Mesmas circunstâncias da morte de MANOEL LISBOA DE MOURA.

EUDALDO GOMES DA SILVA - Militante da VPR. Faleceu em 08 Jan 73, em Recife/PE, ao reagir a ordem de prisão, travando-se intenso tiroteio com agentes dos órgãos de segurança, vindo a falecer em consequência dos ferimentos. Mesma circunstância da morte de FULINE PHILIFE REISCHSTUL.

EVALDO LUIS FERREIRA DE SOUZA - Conhecido também por "SERGIO", utilizava o nome falso de "RENATO FERREIRA DA SILVA". Pertenceu à VPR (Organização terrorista) autor de vários seqüestros de Embaixadores no Brasil. Em 1967, esteve em Cuba, onde permaneceu por cinco anos, frequentando vários cursos de

IDENTIFICAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS

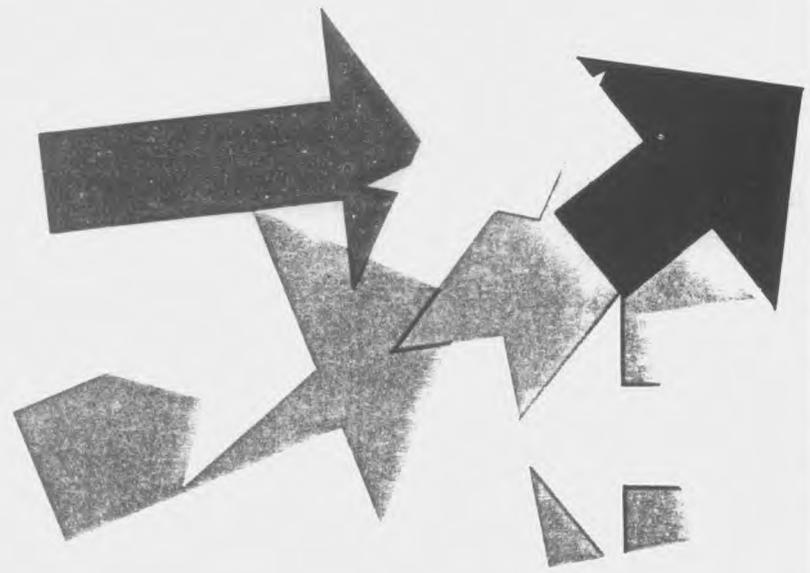
TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS

HOMENAGENS RECEBIDAS

Perspectivas da
**SOCIAL
DEMOCRACIA
NO BRASIL**

GILNEY AMORIM VIANA

Edições Opção



Em memória de

Hélcio Pereira Fortes
José Júlio de Araújo
Arnaldo Cardoso Rocha
Antônio Carlos Bicalho Lana
Nelson José de Almeida
Eduardo Antônio da Fonseca
Helber José Gomes Goulart,
companheiros mortos
na luta pela libertação
do nosso povo (1969-73)



Sônia e Stuart no casamento



Pimenta: testemunha do seqüestro



Com os pais: anos no exílio

MEMÓRIA Dor resgatada

Um vídeo conta a morte de Sônia Angel Jones

Em julho do ano passado, o tenente-coronel da reserva João Luiz de Moraes saiu arrasado de um consultório carioca. Depois de analisar uma série de exames neurológicos, o médico disse-lhe que sua saúde estava seriamente comprometida e que a morte chegaria em menos de um mês. Moraes decidiu então dar os primeiros passos em seu último e mais urgente projeto. Telefonou ao seu amigo Sérgio Weissmann, dono da produtora de vídeos Spectrum, e o convidou para uma visita naquela mesma noite. "Quero fazer um documentário sobre a morte de minha filha Sônia", disse Moraes ao produtor. Começou a nascer ali *Sônia Morta Viva*, um documentário de 50 minutos que conta a história de Sônia Maria de Moraes Angel Jones, militante da organização terrorista Aliança Libertadora Nacional, assassinada quando tinha 27 anos, em 1973, por agentes do DOI de São Paulo.

O tenente-coronel Moraes, afinal, pôde acompanhar toda a produção do vídeo — o diagnóstico médico estava errado e nesta semana, com 62 anos e bem de saúde, ele poderá avaliar a eficácia do documentário junto ao público. A pré-estréia de *Sônia Morta Viva* será realizada nesta terça-feira, no auditório da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, numa sessão para a qual foram convidados o presidente José Sarney e o ministro Fernando Lyra, da Justiça. Também

nesta semana, a direção da Rede Bandeirantes irá assistir ao vídeo e decidir se o leva ao ar.

CARTA EMOCIONANTE — O documentário conta a história através do depoimento de dezoito pessoas, entre amigos, familiares e testemunhas de sua prisão. Fica-se sabendo que seu pai e sua mãe, Cléa, eram amigos do presidente Castello Branco, que ela participou das marchas pela derrubada do governo João Goulart, quando tinha 18 anos, e poucos anos depois aderiu ao terrorismo, filian-do-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, e trocando-o, depois, pela ALN. Em 1968, Sônia casou-se com Stuart Edgar Angel Jones, mas viveu com ele apenas dois anos. Em 1970, ela foi para a França, para escapar da prisão. Pouco depois, Stuart era preso no Rio de Janeiro, numa operação destinada a chegar a Carlos Lamarca, um dos poucos líderes do terrorismo ainda vivos. Lamarca seria morto pouco depois, no sertão da Bahia, fugido e faminto.

Em *Sônia Morta Viva*, Alex Polari de Alverga, na época preso na Base Aérea do Galeão, lembra a morte de Stuart Angel, que foi arrastado por um carro e obrigado a inalar os gases do es-

capamento. Na mesma semana em que Stuart era torturado até a morte, o capitão Ailton Guimarães Jorge, do DOI do Rio de Janeiro, fazia o seu primeiro roubo de muamba de contrabandistas. O corpo de agentes encarregados da repressão política começava a adquirir vida própria, já que eles escalavam os terroristas a serem perseguidos, e alguns policiais começavam a ir para a contravenção.

Num dos momentos mais emocionantes de *Sônia Morta Viva*, é lida uma carta que Sônia enviou de Paris para Stuart, sem saber se ele ainda estava vivo. Em 1973, ela volta ao Brasil, usando documentos falsos, com o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Segundo a polícia, Esmeralda morreu durante um tiroteio, em São Paulo. O documentário fulmina essa versão, apresentando o depoimento do motorista de ônibus Celso Pimenta e do vendedor de passagens Oséas de Oliveira. Ambos contam que viram quando Sônia e Antônio Carlos Bicalho Lana, também da ALN, foram raptados por dezenas de homens armados, em Santos, no litoral paulista. Lana foi espancado, Sônia não sofreu nada e não houve tiroteio. Ou seja, ambos foram fuzilados em outro local.

Em outros testemunhos, a verdade surge por inteiro. Sônia e Lana foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde ela foi torturada e seviciada no DOI. Moribunda, Sônia foi levada a São Paulo, onde recebeu o tiro de misericórdia na cabeça. Essa verdade, que os pais de Sônia descobriram praticamente sozinhos, é defendida brilhantemente no vídeo, que só peca por algumas tolices demagógico-poéticas (como o jornalista Fernando Gabeira afirmando que a "luta armada foi o mais fascinante dos erros"). "Não somos revanchistas", explica dona Cléa. "É nosso direito pedir verdade e justiça."



Cléa e o tenente-coronel Moraes: homenagem à filha assassinada

FOTOS LUIZ CARLOS DAVID

Diário Popular

São Paulo, 08/07/91

Pai de Sônia quer processar a União

O pai de Sônia Angel Jones, o coronel reformado do Exército, João Luiz de Moraes, já pensa em processar a União pela morte da filha. "Não sei se vou conseguir porque já não tenho mais idade, mas pretendo continuar a luta pelo esclarecimento da verdade e à localização dos demais desaparecidos políticos", disse ontem ao participar da cerimônia na Unicamp.

João Luiz classificou a filha como heroína e mártir por enfrentar os militares e a temida Lei de Segurança Nacional (LSN) em vigor durante a ditadura. "Foram 18 anos de mágoas, sofrimento e dúvidas que agora acabaram. Infelizmente os militares que torturaram continuam impunes e asseguraram a impunidade dos que torturaram", concluiu.

Arquivos ainda geram polêmica

A liberação dos arquivos do extinto Dops, atualmente nas mãos da Polícia Federal, voltou a ser exigida ontem pela prefeita Luiza Erundina, em Campinas. Ela defendeu a transferência desses documentos para o Arquivo Público do Estado de São Paulo e lembrou que esse material também ajudaria as investigações feitas pelos peritos da Unicamp.

Bastante emocionada com os primeiros resultados dos trabalhos feitos nas ossadas encontradas em Perus, e com a voz embargada, a prefeita prometeu fazer gestões junto ao governador para ambos tentarem acelerar a liberação dos arquivos. Erundina afirmou que a identificação de Dênis

Casemiro mostrou que tanto a vala clandestina como outros túmulos do cemitério Dom Bosco "esconderam a verdade sobre os crimes do regime militar".

"A apuração desses casos" — disse a prefeita — "possibilitará o esclarecimento da verdade nos próximos meses, eu espero que antes do final de meu governo". Já o secretário da Segurança Pública, Pedro Franco, prometeu discutir a questão do arquivo do Dops com o governador e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. "Revogar o decreto é fácil. Minha preocupação é saber se com a revogação o arquivo volta para São Paulo, se é que ele existe mesmo", concluiu.

Tiro no pé foi ponto principal

As identidades dos ex-militares da Ação Libertadora Nacional, (ALN), Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana, também foram confirmadas ontem na Unicamp. Os restos mortais do casal, morto em 1973 pelos órgãos de segurança, foram enxumados do cemitério Dom Bosco (quadra sete, sepulturas 486 e 487) no dia 22 de março deste ano e não da vala comum onde foram retiradas as 1.049 ossadas.

Como no caso de Dênis Casemiro, o conjunto de informações prestadas por parentes e conhecidos permitiu o reconhecimento que já era quase certo por ocasião da exumação. Foi importante para a identificação de Antonio Carlos a informação dada por seus pais aos legistas da Unicamp, de que hum atentado anterior à sua prisão e morte, o militante fora ferido a bala em um dos pés.

Uma lesão constatada pela equipe de Badan Palhares, na região da tíbia da ossada examinada, apontou a trajetória percorrida pelo projétil.

O laudo necroscópico de Antonio Carlos, feito pelo IML de São Paulo, descreveu apenas uma perfuração na região da cabeça. Os legistas da Unicamp encontraram duas falhas ósseas produzidas por arma de fogo, constatando a destruição de uma parte da mandíbula, não descrita no primeiro laudo. Antonio Carlos Bicalho Lana, portanto, morreu com dois tiros e não um.

Já no caso Sônia Maria Angel Jones, os peritos tiveram problemas com as fotos e informações fornecidas inicialmente pelos pais da militante. Além disso, também na ossada examinada apareciam algumas lesões não descritas no laudo assinado em 1973 pelo ex-diretor do IML, Harry Shibata. Foram necessárias três fotos para que a sobreposição de imagens, através de computador, apresentasse resultados perfeitos. Apesar das dificuldades, o processo apresentou seis pontos coincidentes considerados ideais para confirmação.

ATO. 15.4. P. 91/180 fls. 90
ML

Unicamp identifica 3 desaparecidos

CAMPINAS — O Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas (Unicamp) divulgou ontem os nomes de três presos políticos, dados como desaparecidos desde o começo dos anos 70, cujas ossadas jaziam no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Dênis Casemiro, militante da organização de extrema-esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), morto em abril de 1971, foi o primeiro a ser identificado entre as 1.049 ossadas descobertas em setembro do ano passado enterradas numa vala clandestina do cemitério e enviadas à Unicamp em dezembro. O perito Fortunato Badan Palhares, que divulgou o laudo, também confirmou que são de Sônia Maria Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana, da Ação Libertadora Nacional (ALN), mortos em dezembro de 1973, as duas ossadas exumadas em 23 de março na quadra 7 do cemitério, a pedido de parentes do casal. Ao contrário de Bicalho Lana, Sônia estava enterrada com nome falso.

A identificação de Casemiro, Sônia e Bicalho foi feita por meio de uma técnica de sobreposição de imagens a partir da integração de vídeo e computador. "A imagem do crânio é sobreposta uma fotografia com a qual tentamos descobrir pontos coincidentes", explicou Palhares, chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Para o resultado ser considerado positivo são necessários no mínimo seis pontos comuns entre foto e crânio.

No caso dos integrantes da ALN, os peritos da Unicamp também contaram com informações de laudos produzidos em 1983 pelo Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo. A esses dados eles juntaram informações fornecidas por familiares de Sônia e Bicalho — por exemplo, características da arcada dentária e virtuais ferimentos. "Ficamos sabendo que Bicalho fora baleado algum tempo antes de morrer na perna, perto do pé direito", contou Palhares. O exame dos ossos permitiu localizar esse ferimento.

Para identificar Casemiro, Palhares e equipe contaram com o auxílio de um computador onde estão armazenados todos os detalhes sobre as 268 ossadas estudadas nos últimos seis meses. Informados pela família do militante da VPR de que lhe faltavam os dentes superiores, os peritos procuraram um crânio nessas condições. Localizado o crânio, foram realizados testes de superposição de imagens, que, segundo Palhares, "apresentaram mais de seis pontos coincidentes".

De acordo com o perito, as 1049 ossadas recolhidas em Perus foram divididas em cinco grupos, levando-se em consideração as condições de se determinar a quem elas pertencem. "No primeiro grupo, incluímos 380 ossadas que possuem um nível de preservação bom para o nosso trabalho", revelou Palhares. Em outras 200, parte razoável dos ossos está preservada. As mais de 400 ossadas restantes apresentam os ossos da face e do crânio deteriorados.

A seqüência do trabalho, se-

gundo Palhares, depende de verbas para equipamentos e pessoal. Ele pretende utilizar, por exemplo, recursos da engenharia genética para analisar as ossadas. "A comparação do DNA retirado da medula óssea com características dos familiares do morto é o que há de mais moderno na ciência."

SOFRIMENTOS

A divulgação dos laudos foi acompanhada pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), pelo secretário de Segurança Pública estadual, Pedro Franco de Campos, por representantes da Anistia Internacional, entidades defensoras dos direitos humanos e pelos pais de Sônia Angel — o coronel da reserva do Exército João Luiz de Moraes e Cléa Lopes de Moraes. Em nome de outros familiares de desaparecidos, o coronel Moraes recordou as dificuldades enfrentadas na tentativa de localizar o corpo da filha. "Ninguém pode avaliar o que foram esses 18 anos de lutas, mágoas, sofrimento, incertezas e dúvidas."

Mortes ocorreram na década de 70

Os militantes políticos agora identificados pela Unicamp foram mortos na década de 70. Sônia Maria Angel Jones, companheira de Antônio Lana — e, como ele, integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de extrema-esquerda —, foi antes casada com Stuart Angel Jones, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, morto em 1971. Sônia e Lana foram presos em São Vicente e levados para o Rio. Segundo o pai de Sônia, João Luiz Moraes, sua filha morreu na Capital. Dênis Casemiro, vinculado à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era irmão de Dimas Casemiro, também desaparecido. Ao ser morto, em 1971, tinha 28 anos. Foi enterrado como indigente.



Dênis Casemiro
Nascido em Votuporanga (SP), era da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Morreu aos 28 anos, em 1971.



Sônia Maria Alves Angel Jones
Morta aos 27 anos, a gaúcha Sônia foi enterrada em 1973 com o nome falso de Esmeralda Siqueira de Aguiar.



Antônio Carlos Bicalho Lana
O mineiro Lana foi líder estudantil antes de entrar na ALN. Como Sônia, morreu em 1973, aos 24 anos.

Unicamp atesta que ossadas são de militantes da ALN

Brasil

terça-feira, 9/7/91 □ 1º caderno

SÃO PAULO — O chefe do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o legista Fortunato Badan Palhares, confirmou ontem que as três ossadas descobertas em São Paulo ano passado são dos militantes políticos Sônia Maria Moraes Angel Jones, de seu segundo marido, Antônio Carlos Bicalho Lana, e de Dênis Casemiro, mortos pelos órgãos de repressão do regime militar e enteadlandestinamente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, Zona Oeste de São Paulo. Dos três corpos identificados, só o de Casemiro estava entre as 1.049 ossadas descobertas em setembro do ano passado numa vala clandestina do cemitério de Perus, e encaminhadas à Unicamp para identificação. As ossadas de Sônia e Lana encam-se no mesmo cemitério, mas enterradas em outro local.

Badan Palhares apresentou ontem os métodos utilizados por sua equipe para identificação das três ossadas. Ele disse ter usado o sistema de superposição, em que se aplicam, com uso de computador, as fotografias dos mortos sobre os crânios exumados. "Esse método permite que afirmemos que as ossadas estão corretamente identificadas", disse o legista da Unicamp.

"Além disso, comparamos os ossadas com seus correspondentes laudos necroscópicos", esclareceu. A esse trabalho foi acrescentada a comparação de dados morfológicos das três vítimas da repressão, fornecidos por seus parentes, com as ossadas estudadas. Finalmente, a identificação foi comprovada com exame do tipo sanguíneo.

No caso de Sônia, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), morta em Santos em dezembro de 1973, ficou comprovado que dois tiros foram disparados contra ela — um na sobrancelha direita e outro atrás da orelha direita. Lana, também da ALN, morreu junto com Sônia atingido por dois tiros, o primeiro na altura do lábio superior e o segundo na cabeça.

O pai de Sônia, o coronel da reserva João Luiz de Moraes, que chegou a exumar seis corpos na esperança de localizar o de sua filha, afirmou: "infelizmente, Soninha, os militares que te torturaram e assassinaram continuam impunes e assegurando a impunidade de todos que com eles colaboraram". Moraes pretende agora mover ação contra a União, responsabilizando-a pela morte e sepultamento clandestino de Sônia — enterrada com o nome de

Esmeralda Siqueira de Aguiar, embora os organismos de repressão soubessem o seu verdadeiro nome.

Lana foi indentificado, ainda, pelas informações de que havia sido enterrado com cueca de náilon e tinha dente canino superior esquerdo grande e com separação diferenciada dos demais. Quanto a Dênis Casemiro, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), morto em abril de 1971, o principal dado que facilitou sua identificação foi a ausência de todos os dentes superiores.

A prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, que acompanhou a exposição de Badan Palhares, disse que mais do que nunca torna-se importante, agora, que o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, entregue o arquivo do Dops à Unicamp "para que se possa ter mais dados para novas identificações". Badan Palhares ressaltou que a Unicamp está começando a se aparelhar para o desenvolvimento do método de identificação através do DNA — o meio mais eficaz, uma vez que permite comparar o código genético de uma ossada com o código de seus parentes.

Campinas — Luiz Luppi



Badan mostrou que superposição de foto sobre ossada não deixa margem para dúvidas

Médicos identificam 3 ossadas da vala de Perus

Computador permite acelerar a identificação de vítimas dos órgãos de repressão política do regime militar

JOSÉ ARBEX

Da Redação Especial

O chefe do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Fortunato Palhares, anunciou a identificação das ossadas de três importantes mortos nos anos 70 pelo regime militar — Denis Casemiro, da Vanguarda Popular Revolucionária; Antônio Carlos Bicalho e Sônia Maria Moraes Angel, da Aliança Libertadora Nacional. A VPR e a ALN protagonizavam a luta armada e terrorismo para tomar o poder.

As ossadas eram parte das 1049 encontradas em sacos plásticos azuis, em setembro, numa vala de cemitério D. Bosco, em Perus, na Grande São Paulo. Segundo Palhares, já foram arquivados em computador dados sobre 266 ossadas (a maioria de crianças). Ossadas do pelo menos outros 400 desaparecidos nos

anos 70 podem estar ali.

O anúncio foi feito em solenidade na Unicamp, com as presenças da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, do Secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, do reitor da Unicamp, Carlos Vogt, e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos (a Ordem dos Advogados do Brasil, Núcleo de Estudos da Violência da USP, Tortura Nunca Mais), cujos portavozes foram os pais de Sônia Maria — o coronel da reserva João Luiz de Moraes e Clea.

Já era esperada a identificação das ossadas de Sônia Maria e de Antônio Carlos. A busca dos corpos por seus pais, iniciada com a prisão — em Santos, em novembro de 1973, aos 26 anos — revelou indícios de que estavam em Perus. Mas nada se sabia sobre Casemiro.

Casemiro, traidor rural de Votuporanga (SP), militava no

sul do Pará. Preso pelo delegado Sérgio Fleury, em abril de 1971, aos 28 anos, foi levado ao Dops-SP (polícia política). Antes de ser morto, em 18 de abril, foi reconhecido por amigos presos.

As mortes de Sônia Maria e Antônio Carlos foram divulgadas no dia seguinte ao de sua prisão (30 de novembro) pelo DOI-Codi (órgão de repressão criado em 1970). Mas — diz Moraes — foram antes torturados e mortos com dois tiros na cabeça, em 3 ou 4 de dezembro. Sua filha teria sido estuprada com um cassete e os seios amecados com alfinete. O relato da tortura foi transmitido a Moraes por um parente que serviu no DOI-Codi de Brasília.

O médico Palhares apontou imprecisões nos atestados de óbito do Instituto Médico Legal de São Paulo. As imprecisões, "aparentemente propositais", segundo Palhares, dificultaram a identificação.

A autópsia de Sônia Maria

assimada pelo legista Nancy Shibata, descreve a perfuração dos balus no crânio, mas não precisa a localização. O óbito foi atribuído a Emeralda Biquena Aguiar, "nome de guerra" de Sônia Maria, cuja identidade era conhecida. O óbito de Antônio Carlos, também assinado por Shibata, menciona só uma bala, quando o crânio foi atingido por duas.

O pai de Sônia Maria disse que vai processar Shibata por falsificação e a União por danos materiais a sua filha. Pediu a União "do Legislativo, do Judiciário e do povo contra os abusos do Executivo e Forças Armadas".

Shibata foi procurado cinco vezes pela Folha por telefone, porém entre 15h30 e 21h, mas não foi encontrado. Em sua casa, uma mulher — Neusa — informou que havia ido ao banco e que depois teria outros compromissos. À 21h, a Folha foi informada de que ele estava trabalhando em casa de um dos filhos.



A prefeita Erundina durante o anúncio da identificação de ossadas

Erundina quer que PF abra arquivos do Dops

Da Redação Especial

"Exigimos que a Polícia Federal, e em particular o seu superintendente, Rômulo Turina, entregue os arquivos do Dops-São Paulo a quem eles pertencem — ao governo de São Paulo, para uso público", afirmou Luiza Erundina durante o ato na Unicamp. Segundo a prefeita, o governador Luiz Antônio Fleury Filho defende a mesma tese.

O Dops — Departamento de Ordem Política e Social — foi criado em 1964 e extinto em maio dos anos 80. Desde sua fundação, passou por diversas transformações — referendos e interesses dos sucessivos governos do regime — sempre em função do plano de repressão política.

Até maio de 1980, passou a funcionar em dependência com a Pq. Operações, mandantes, laboratório em 1976, núcleo DOI-Codi. Como parte da "comandante de operações" do regime militar, suas atividades organizacionais, terroristas ou não, que tinham contra o regime. Após a extinção, seus arquivos foram colocados sob guarda da PF.

"Há de solicitar diversas vezes a entrega dos arquivos pela Polícia Federal. Caso tivesse acesso aos arquivos, os trabalhos dos especialistas da Unicamp seriam muito facilitados. Mas não

vamos mais pedir 'agora' nos entroncos dos arquivos", afirmou a prefeita. Segundo Erundina, durante uma reunião, mantida recentemente com o governador do Estado e entidades de defesa dos direitos humanos, Fleury disse estar disposto a apoiar "em tudo o que for possível" para ter acesso aos documentos.

O ideal, segundo a prefeita de São Paulo, é que os arquivos sejam acessíveis às entidades interessadas e a pesquisadores que queiram "restabelecer a verdade histórica". Afirmando isso, também foram feitas também pelo Secretário de Segurança Pública, Pedro Franco — que no ato representava o governador.

Erundina considerou uma vitória se entre prefeita, governador e Secretário de Segurança Pública, o pai de Sônia Maria Moraes Angel, fosse possível acordar uma aprofundamento do processo de investigação sobre as responsabilidades pelas mortes e desaparecimentos.

"Quem comandava a repressão continuava impune, além disso os torturadores, beneficiados por eles", afirmou o coronel de reserva João Luiz de Moraes, não desentão mencionado em que contou a história de sua filha. José Arbex.

"Folha de São Paulo"

09/07/91

Combinação de computador e vídeo acelera análise de dados

Método permite justaposição exata de imagens face/crânio

Da Reportagem Local

O computador permite maior rapidez do que métodos tradicionais na identificação das ossadas, graças ao cruzamento de dados, afirma o legista Fortunato Palhares, da Unicamp. Os médicos montaram um "banco de dados" sobre as ossadas (estrutura morfológica, raça, características particulares, etc.), e cruzaram com dados cedidos pelos interessados.

Palhares participou de investigações de outros casos famosos, como a identificação da ossada do médico nazista Josef Mengele (1987), o crime da rua Cuba (89) e na apuração da morte de Chico Mendes (90).

As 1.049 ossadas de Perus foram divididas em cinco grupos. No primeiro (380), as mais conservadas. No segundo (200), as um pouco mais deterioradas, e assim por diante.

Na primeira fase da análise, são selecionadas as ossadas que, segundo o computador, mais provavelmente pertencem à pessoa analisada. Sinais particulares são decisivos —por exemplo, apesar de ter morrido jovem (28 anos), Dênis já não tinha os dentes superiores. Antônio Carlos tinha uma falha óssea perto do pé direito.

Esse método combina recursos de vídeo e computador. Em vez de trabalhar com fotogramas da pessoa, o computador permite reproduzi-la com recuperação de detalhes perdidos ou apagados em fotos velhas.

As imagens obtidas por



Foto de Dênis Casemiro é justaposta à imagem de seu crânio

computador, analisadas em diversos planos, são justapostas às dos crânios, e submetidas a estudo. É necessário encontrar pelos menos seis pontos de coincidência total entre imagem e crânio —linhas medianas (horizontal e vertical) idênticas da face, rima labial, altura dos ouvidos e do nariz, abertura da fossa nasal, recorte das órbitas oculares em correspondência com a projeção do

olho na fotografia, etc.

Concluído o estudo craniano, em geral já suficiente para estabelecer identidade, a última palavra é dada pela análise de grupo sanguíneo e características genéticas (DNA), a partir de material extraído da medula óssea. No caso dos três, foram feitas análises de grupo sanguíneo mas não de DNA. A Unicamp não tem o equipamento necessário. (José Arbex)

Divulgação

Legista identifica ossadas de

SÃO PAULO — O médico legista Fortunato Badan Palhares divulgou oficialmente ontem, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a identificação de três ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, "Zona Oeste de São Paulo. A identificação, fruto de um trabalho de seis meses da equipe de técnicos chefiada por Palhares, vem confirmar que o cemitério abrigava os restos mortais de desaparecidos políticos durante o regime militar.

Os três identificados em 268 ossadas já analisadas pelos técnicos da Unicamp são Denis Casemiro, trabalhador rural desaparecido em 1971, Sônia Maria Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana, casal de militantes da extinta Aliança Libertadora Nacional (ALN), desaparecido em 1973.

O computador e o videocassete desenvolveram os papéis principais na identificação dos cadáveres, explicou Badan Palhares. Segundo o médico legista, o trabalho de superposição de fotos dos desaparecidos quando ainda estavam vivos com os crânios encontrados em Perus, com duas câma-

ras de vídeo ajudadas por um computador, permitiu que fossem encontrados pontos coincidentes, fundamentais na identificação das ossadas.

Badan Palhares encerrou sua exposição afirmando que, se houver dúvidas ou contestações quanto aos resultados do trabalho dos técnicos da Unicamp, apenas os testes de DNA poderão resolver o problema. De acordo com os estudos da equipe da Unicamp, é possível concluir ainda que os laudos assinados pelo legista Harry Shibata em 1973 foram emitidos sem o exame necroscópico dos cadáveres. Nem o crânio de Antônio Carlos nem o de Sônia apresentavam sinais de terem sido abertos, procedimento básico em uma necropsia, segundo o próprio Palhares.

Estiveram presentes à conferência de Palhares a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, o secretário da Segurança Pública do Estado, Pedro Franco Campos, além de vereadores, deputados, familiares de desaparecidos e representantes de entidades de direitos humanos.

Pais que perderam filha vão processar o governo

SÃO PAULO — O coronel da reserva João Luiz de Moraes e sua esposa Cléa Lopes de Moraes não conseguiram conter a emoção após o relatório apresentado ontem pelo legista da Unicamp Fortunato Badan Palhares sobre as ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus. Em discurso feito após a exposição de Palhares, o coronel Moraes, pai de Ana Maria Moraes Angel Jones, desaparecida política identificada pela equipe da Unicamp, chamou sua filha de heroína e mártir na luta contra a ditadura militar de 1964. Depois, disse em entrevista que a família pretende entrar com nova ação na Justiça para responsabilizar a União pela morte de Sônia.

A identificação da ex-militante da Ação Libertadora Nacional põe fim a uma busca de 18 anos da família, que teve início em 1973, quando Sônia foi presa juntamente com seu companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana, também identificado pela equipe de Palhares. Segundo o pai de Sônia, foi uma peregrinação sem fim.

O coronel Moraes chegou a ser preso em um quartel durante cinco dias, em 1973, quando ainda era major, para não intervir em favor da filha. Sônia estava enterrada no Cemitério Dom Bosco sob a falsa identificação de Esmeralda Siqueira de Aguiar. Foi encaminhada em março último para a Unicamp para o trabalho de identificação.

"Folha de São Paulo"

09/07/91

Combinação de computador e vídeo acelera análise de dados

Método permite justaposição exata de imagens face/crânio

Da Reportagem Local

Matulci Mayezo

O computador permite maior rapidez do que métodos tradicionais na identificação das ossadas, graças ao cruzamento de dados, afirma o legista Fortunato Palhares, da Unicamp. Os médicos montaram um "banco de dados" sobre as ossadas (estrutura morfológica, raça, características particulares, etc.), e cruzaram com dados cedidos pelos interessados.

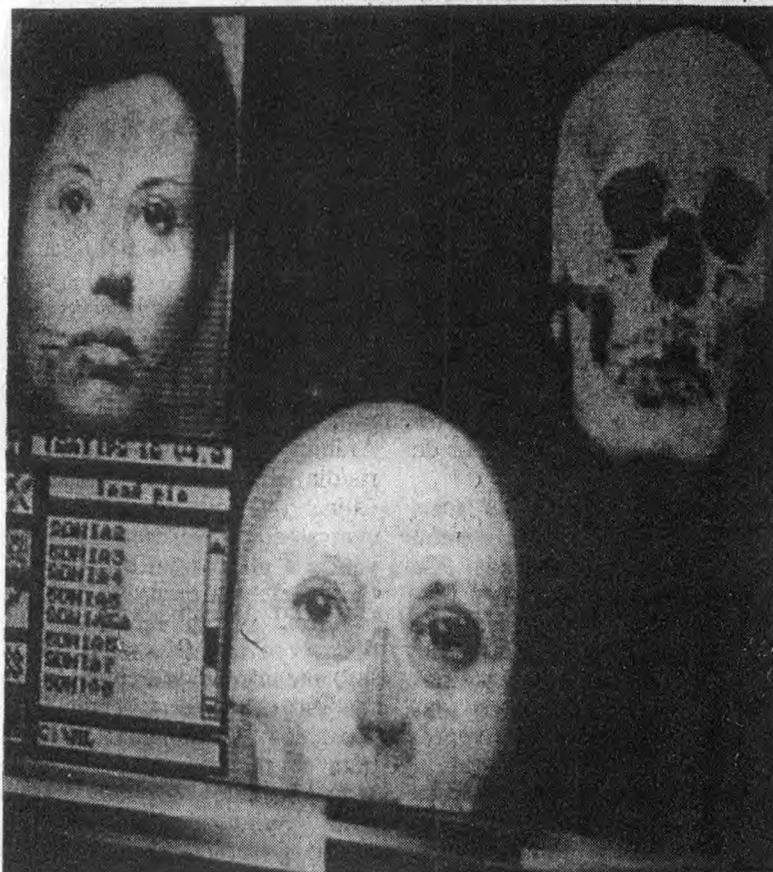
Palhares participou de investigações de outros casos famosos, como a identificação da ossada do médico nazista Josef Mengele (1987), o crime da rua Cuba (89) e na apuração da morte de Chico Mendes (90).

As 1.049 ossadas de Perus foram divididas em cinco grupos. No primeiro (380), as mais conservadas. No segundo (200), as um pouco mais deterioradas, e assim por diante.

Na primeira fase da análise, são selecionadas as ossadas que, segundo o computador, mais provavelmente pertencem à pessoa analisada. Sinais particulares são decisivos —por exemplo, apesar de ter morrido jovem (28 anos), Dênis já não tinha os dentes superiores. Antônio Carlos tinha uma falha óssea perto do pé direito.

Esse método combina recursos de vídeo e computador. Em vez de trabalhar com fotografias da pessoa, o computador permite reproduzi-la com recuperação de detalhes perdidos ou apagados em fotos velhas.

As imagens obtidas por



Imagens justapostas em computador do crânio e da foto de Sônia

computador, analisadas em diversos planos, são justapostas às dos crânios, e submetidas a estudo. É necessário encontrar pelos menos seis pontos de coincidência total entre imagem e crânio —linhas medianas (horizontal e vertical) idênticas da face, rima labial, altura dos ouvidos e do nariz, abertura da fossa nasal, recorte das órbitas oculares em correspondência com a projeção do

olho na fotografia, etc.

Concluído o estudo craniano, em geral já suficiente para estabelecer identidade, a última palavra é dada pela análise de grupo sanguíneo e características genéticas (DNA), a partir de material extraído da medula óssea. No caso dos três, foram feitas análises de grupo sanguíneo mas não de DNA. A Unicamp não tem o equipamento necessário. (José Arbex)

Legistas identificam ossadas de militantes

Nilton Queiroz



Badan Palhares anunciou os resultados



Casemiro foi o primeiro identificado



Antonio Carlos Bicalho morreu em 73



Seis pontos identificaram Sônia

ELZA HATORI

A equipe do legista Fortunato Badan Palhares, da Universidade de Campinas (Unicamp), conseguiu identificar como pertencente ao desaparecido político Dênis Antonio Casemiro uma das 1049 ossadas encontradas na vala comum do cemitério Dom Bosco, de Perus, no dia 4 de setembro do ano passado. O anúncio foi feito ontem, durante cerimônia realizada no centro de convenções da universidade, da qual participaram a prefeita Luiza Erundina, o secretário Pedro Franco de Campos, da Segu-

rança Pública, e outras autoridades.

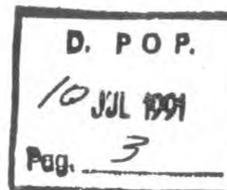
A confirmação da identidade de Dênis só foi possível, segundo Palhares, graças à catalogação dos esqueletos, realizada ainda no cemitério, e as informações prestadas pelos parentes e conhecidos. Esses dados permitiram a criação de elementos coincidentes numa das ossadas, que conduziram à identificação.

Dênis Casemiro militou na extinta Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Segundo testemunhas, ele morreu sob torturas aos 26 anos, nas dependências do também extinto De-

partamento de Ordem Política e Social (Dops).

Segundo o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos, Dênis permaneceu "desaparecido" até 1979, porque os órgãos de segurança não reconheceram a sua prisão. Ele foi enterrado secretamente em Perus e no livro de registros de óbitos do cemitério consta que Dênis tinha 40 anos presumíveis, mas o laudo necroscópico e a requisição de exames, encaminhada pela Polícia ao Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, registram a idade real: 26 anos.

A causa mortis do militante da VPR é apontada como anemia aguda traumática, conseqüência dos cinco tiros que levou. No laudo elaborado pela Unicamp não se encontrou sinais de perfurações a bala. A confirmação da identidade foi possível pela somatória dos elementos encontrados: a ausência total de dentes superiores, raro em um jovem de 26 anos, a raça (branca), a idade e a altura. No sistema de sobreposição de imagens por computador, que permite o cruzamento de informações disponíveis, todos os dados foram coincidentes.



ATO. 15.4. P. 97/180

85.76
P.P.P.

Descoberta pode mudar inquérito

O delegado Jair Cesário da Silva, chefe da Polícia Civil na Zona Oeste e que preside o inquérito sobre a vala comum localizada no cemitério de Perus, disse que já encerrou a fase de coleta de depoimentos onde foram ouvidas 18 pessoas. A conclusão do inquérito, no entanto, dependerá do encerramento das pesquisas realizadas na Unicamp e da entrega de laudos para a Polícia.

A identificação do desaparecido Dênis Casemiro foi apontada como um fato novo pelo delegado seccional Oeste, que não descartou a possibilidade de novos depoimentos serem colhidos. Jair Cesário explicou que, por determinação do governador e do secretário da Segurança Pública, seus trabalhos podem conduzir à responsabilização criminal dos autores de crimes políticos cometidos durante a ditadura. O policial ressaltou, porém, que a importância maior desse processo é a responsabilidade histórica a ser prestada à sociedade.

Pai de Sônia quer processar a União

O pai de Sônia Angel Jones, o coronel reformado do Exército, João Luiz de Moraes, já pensa em processar a União pela morte da filha. "Não sei se vou conseguir porque já não tenho mais idade, mas pretendo continuar a luta pelo esclarecimento da verdade e a localização dos demais desaparecidos políticos", disse ontem ao participar da cerimônia na Unicamp.

João Luiz classificou a filha como heroína e mártir por enfrentar os militares e a temida Lei de Segurança Nacional (LSN) em vigor durante a ditadura. "Foram 18 anos de mágoas, sofrimento e dúvidas que agora acabaram. Infelizmente os militares que torturaram continuam impunes e asseguram a impunidade dos que torturaram", concluiu.

Resultado final vai demorar

Além de Dênis Casemiro, entre as 1.049 ossadas encontradas em Perus também podem estar os restos de pelo menos cinco presos políticos. Dimas Antônio Casemiro, irmão de Dênis, também morto em 1971 quando era dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); Flávio de Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira e Frederico Eduardo Mayr, todos do Movimento de Libertação Popular (Molipo); e Grenaldo de Jesus Silva, de militância desconhecida, morto em 1972.

Os peritos da Unicamp, segundo o chefe da equipe Badan Palhares, não têm previsão para concluir seus trabalhos. Desde que os despojos foram transferidos para as universidades, há sete meses, os legistas já examinaram 268 ossadas cujas informações estão sendo cruzadas com aquelas prestadas pelos familiares. O resultado desse trabalho, considerado exaustivo, ficará pronto a curto ou médio prazo.

As 1.049 ossadas foram separadas em cinco grupos: A, contendo perto de 380 esqueletos com maiores condições de serem identificados, porque os ossos mais importantes estão preservados; B, com pouco mais de 200 ossadas, também com grandes possibili-

dades de identificação. Os grupos C, D e E reúnem aproximadamente 400 ossadas com grandes dificuldades de reconhecimento via sobreposição de imagens porque ossos faciais e cranianos estão destruídos ou desaparecidos.

A ciência, no entanto, já permite a identificação de uma pessoa morta através da engenharia genética, conhecido como método do DNA. Através de exame comparativo entre ascendentes e descendentes "podemos dizer que uma ossada pertence a fulano de tal", disse Fortunato Badan Palhares.

Para se realizar os testes do DNA é preciso um laboratório especial que possibilite a coleta de fragmentos específicos de ossos (especialmente da medula) e deles extrair o material genético. A Unicamp não tem todos os equipamentos necessários, mas já está solicitando verbas e a importação de kits para a realização destes exames nas ossadas de Perus. O secretário da Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, que ontem representou o governador Fleury Filho, disse que ajudará o Departamento de Medicina Legal da Unicamp no que for possível. O mesmo compromisso assumiu a prefeita Erundina.

Arquivos ainda geram polêmica

A liberação dos arquivos do extinto Dops, atualmente nas mãos da Polícia Federal, voltou a ser exigida ontem pela prefeita Luiza Erundina, em Campinas. Ela defendeu a transferência desses documentos para o Arquivo Público do Estado de São Paulo e lembrou que esse material também ajudaria as investigações feitas pelos peritos da Unicamp.

Bastante emocionada com os primeiros resultados dos trabalhos feitos nas ossadas encontradas em Perus, e com a voz embargada, a prefeita prometeu fazer gestões junto ao governador para ambos tentarem acelerar a liberação dos arquivos. Erundina afirmou que a identificação de Dênis

Casemiro mostrou que tanto a vala clandestina como outros túmulos do cemitério Dom Bosco "esconderam a verdade sobre os crimes do regime militar".

"A apuração desses casos" — disse a prefeita — "possibilitará o esclarecimento da verdade nos próximos meses, eu espero que antes do final de meu governo". Já o secretário da Segurança Pública, Pedro Franco, prometeu discutir a questão do arquivo do Dops com o governador e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. "Revogar o decreto é fácil. Minha preocupação é saber se com a revogação o arquivo volta para São Paulo; se é que ele existe mesmo", concluiu.

Tiro no pé foi ponto principal

As identidades dos ex-militares da Ação Libertadora Nacional (ALN), Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana, também foram confirmadas ontem na Unicamp. Os restos mortais do casal, morto em 1973 pelos órgãos de segurança, foram exumados do cemitério Dom Bosco (quadra sete, sepulturas 486 e 487) no dia 22 de março deste ano e não da vala comum onde foram retiradas as 1.049 ossadas.

Como no caso de Dênis Casemiro, o conjunto de informações prestadas por parentes e conhecidos permitiu o reconhecimento que já era quase certo por ocasião da exumação. Foi importante para a identificação de Antonio Carlos a informação dada por seus pais aos legistas da Unicamp, de que num atentado anterior à sua prisão e morte, o militante fora ferido a bala em um dos pés.

Uma lesão constatada pela equipe de Badan Palhares, na região da tíbia da ossada examinada, apontou a trajetória percorrida pelo projétil.

O laudo necroscópico de Antonio Carlos, feito pelo IML de São Paulo, descreveu apenas uma perfuração na região da cabeça. Os legistas da Unicamp encontraram duas falhas ósseas produzidas por arma de fogo, constando a destruição de uma parte da mandíbula, não descrita no primeiro laudo. Antonio Carlos Bicalho Lana, portanto, morreu com dois tiros e não um.

Já no caso Sônia Maria Angel Jones, os peritos tiveram problemas com as fotos e informações fornecidas inicialmente pelos pais da militante. Além disso, também na ossada examinada apareciam algumas lesões não descritas no laudo assinado em 1973 pelo ex-diretor do IML, Harry Shibata. Foram necessárias três fotos para que a sobreposição de imagens, através de computador, apresentasse resultados perfeitos. Apesar das dificuldades, o processo apresentou seis pontos coincidentes considerados ideais para confirmação.

D. P. O. P.
10 JUL 1991
Pag. 3

ATO. 15.4. P. 98/180

PLS. 97



Sônia em Paris (no destaque) e seus pais hoje: terceiro enterro

REPRESSÃO

Com nome e endereço

Unicamp identifica duas ossadas de desaparecidos políticos enterrados no cemitério de Perus, em São Paulo

É rara a capacidade que os desaparecidos têm de aparecer. Em setembro do ano passado, um punhado de militantes mortos no porão do regime militar começou a aparecer, na forma de ossadas anônimas, quando os funcionários do Cemitério Dom Bosco, em Perus, bairro da periferia de São Paulo, retiraram centenas de sacos plásticos de uma vala clandestina. Agora, duas das 1 049 ossadas descobertas naquela época apareceram de novo — desta vez, com nome e sobrenome. Nesta semana, peritos da Universidade de Campinas irão anunciar a identificação definitiva dos ossos de Sônia Maria Lopes de Moraes Angel e Antônio Carlos Bicalho Lana, ambos mortos sob tortura no final de 1973, quando tinham 26 anos. Para concluir que as ossadas são dos dois ex-militantes da Aliança Libertadora Nacional, organização terrorista fundada por Carlos Marighella, os peritos compararam, com computadores, as fotos, radiografias de arcada dentária, tipo sanguíneo e até fios de cabelo — dados fornecidos pelas famílias dos desaparecidos — com um primeiro lote de 200 ossadas, escolhido ao acaso. Depois de nove meses de tentativas, as informações das famílias de Sônia e Bicalho bateram com as do computador.

“Esperamos enterrar nossa filha de uma

vez por todas”, diz Cléa de Moraes, mãe de Sônia, que mora no Rio de Janeiro. O desabafo se justifica. Desde novembro de 1973, quando Sônia desapareceu depois de ser presa em São Vicente, no litoral do Estado de São Paulo, dona Cléa e seu marido, João Luiz de Moraes, um coronel da reserva, tentam encontrar o corpo da filha — e, numa empreitada dolorosa, participaram de quatro exumações e dois enterros. Nestes dezoito anos, receberam uma centena de informações desencontradas. O último enterro de Sônia aconteceu em 1981. Os peritos do Instituto Médico Legal de São Paulo exumaram um corpo no mesmo cemitério de Perus e garantiram que se tratava de Sônia. Os pais estranharam, devido à ausência de perfurações a bala, mas receberam os ossos em festa no Rio de Janeiro. Durante um ano inteiro, a família rendeu homenagens à beira do túmulo, até descobrir, depois de nova exumação, que os ossos pertenciam a um homem de aproximadamente 33 anos.

Há mais de uma centena de desaparecidos políticos no Brasil e alguns já foram identificados, inclusive no cemitério de Perus. O caso de Sônia, porém, tem uma peculiaridade. Desde o falso enterro de 1981, seus pais não tinham nenhuma pista de onde o corpo da filha pudesse estar

enterrado — de modo que o trabalho dos peritos da Unicamp não liga apenas o nome de Sônia e um punhado de ossos, mas também revela uma parte da história da sua vida que os próprios pais desconheciam. Sônia foi casada com Stuart Angel, um dos dirigentes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, assassinado em 1971. Depois, passou a viver com outro militante, procurado por assaltos a bancos, seqüestros e ações armadas em São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. Seu nome era Antônio Carlos Bicalho Lana — por coincidência, o dono da outra ossada identificada pelos peritos da Unicamp. Os contatos diretos de Sônia com a repressão militar começaram em 1º de maio de 1969, quando foi presa pela primeira vez, na Praça Tiradentes, no Rio, e terminaram em dezembro de 1973, quando foi torturada até morrer.

MORTE PELOS JORNAIS — Antes disso, em 1970, temendo por sua segurança, Sônia saiu do Brasil. No ano seguinte, depois de passar o Natal em Paris num apartamento alugado pela família, ela recebeu a notícia da morte de Stuart Angel, e mudou de vida: rompeu com o MR-8, aderiu à ALN e foi viver no Chile, trabalhando como fotógrafa. Em 1973, sob o nome falso de Esmeralda Siqueira Aguiar, voltou para o Brasil e, junto com Antônio Bicalho, foi morar no seu último apartamento — em São Vicente. No dia 1º de dezembro daquele ano, os pais de Sônia leram nos jornais que Esmeralda e Bicalho tinham sido mortos num tiroteio com a polícia. “Fomos para lá, encontramos o apartamento saqueado e um informe oficial do Exército a respeito do tiroteio, mas não conseguimos nem atestado de óbito, nem o corpo de Sônia”, conta dona Cléa.

O atestado só foi obtido em 1978. Estava assinado pelo médico-legista Harry Shibata e afirmava que Sônia morrera com um tiro. Tudo mentira. Sônia fora presa quando um grupo de militares interceptou o ônibus da transportadora Rápido Zefir em que ela viajava para São Paulo junto com Antônio Bicalho. Levada para o Rio de Janeiro, Sônia passou 48 horas sob tortura e começaram alguns dos piores momentos da sua vida. Segundo relato do pai, foi estuprada com um cassetete. Conduzida de volta a São Paulo, ela passaria por outra tortura cruel: antes de receber dois tiros de misericórdia, seus seios foram arrancados com um alicate. De acordo com relatório da Anistia Internacional, a morte na tortura também foi o destino de Bicalho. “Fiquei sabendo de toda essa história através de um parente que serviu ao DOI-Codi de Brasília”, diz João Luiz.

MARIO SIMAS FILHO, de São Paulo

DESAPARECIDOS

Suplício enterrado

Com a ajuda da ciência, três vítimas da repressão recuperam sua identidade

MARIA INÊS CAMARGO

O coronel João Luiz de Moraes, hoje na reserva, e sua esposa, dona Cléa, ambos residentes no Rio de Janeiro, encerraram na segunda-feira, 8, no Teatro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a mais angustiante busca de suas vidas. Diante de um auditório lotado, o casal conseguiu a primeira resposta objetiva a respeito do paradeiro de sua filha, sumida há 18 anos. Emocionados, eles ouviram as detalhadas explicações do professor Fortunato Badan Palhares, titular de Medicina Legal da universidade: os restos mortais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones, desaparecida aos 26 anos, estavam — como sempre se suspeitou — enterrados em uma vala comum do cemitério Dom Bosco, na zona oeste de São Paulo. Badan Palhares anunciou também a identificação de outros dois desaparecidos políticos dos anos 70: Antônio Carlos Bicalho Lana, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), e Dênis Casemiro, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Em todos esses anos de incansável procura, o casal Moraes cultivou apenas um desejo: transportar os ossos de Sônia para o jazigo da família no Cemitério da Saudade, em Marechal Hermes, no Rio de Janeiro. A justa reivindicação só pode ser atendida graças ao triunfo da ciência sobre a brutalidade — o enterro deverá ser marcado nos próximos dias. Os peritos da Unicamp elaboraram um minucioso processo para resgatar informações, sepultadas debaixo de muitas camadas de terra. A começar pela identificação dos mortos, boa parte deles enterrada com nomes falsos. Como Sônia, a quem os registros do cemitério de Perus conferiam a identidade de Esmeralda Si-



JOSE LUIZ CORDEIRO

queira de Aguiar. Com a sobreposição de imagens, através do computador, a equipe de Badan Palhares desenvolveu um método capaz de confrontar as fotos disponíveis em álbuns familiares com os crânios das ossadas.

O enredo deste capítulo espantoso da história recente do País começou a ser reconstituído desde setembro passado, quando a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, do PT, denunciou a existência de uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco. Ali estavam depositadas, sem qualquer indicação, 1.049 ossadas — uma delas, a de Dênis Casemiro, cujo reconhecimento foi facilitado por especial circunstância: ele não possuía dentes na arcada superior. Já Sônia e Lana estavam sepultados em covas isoladas, destinadas a indigentes. A sinistra descoberta foi remetida, em sacos plásticos, à Unicamp para as análises técnicas. Segundo o pro-



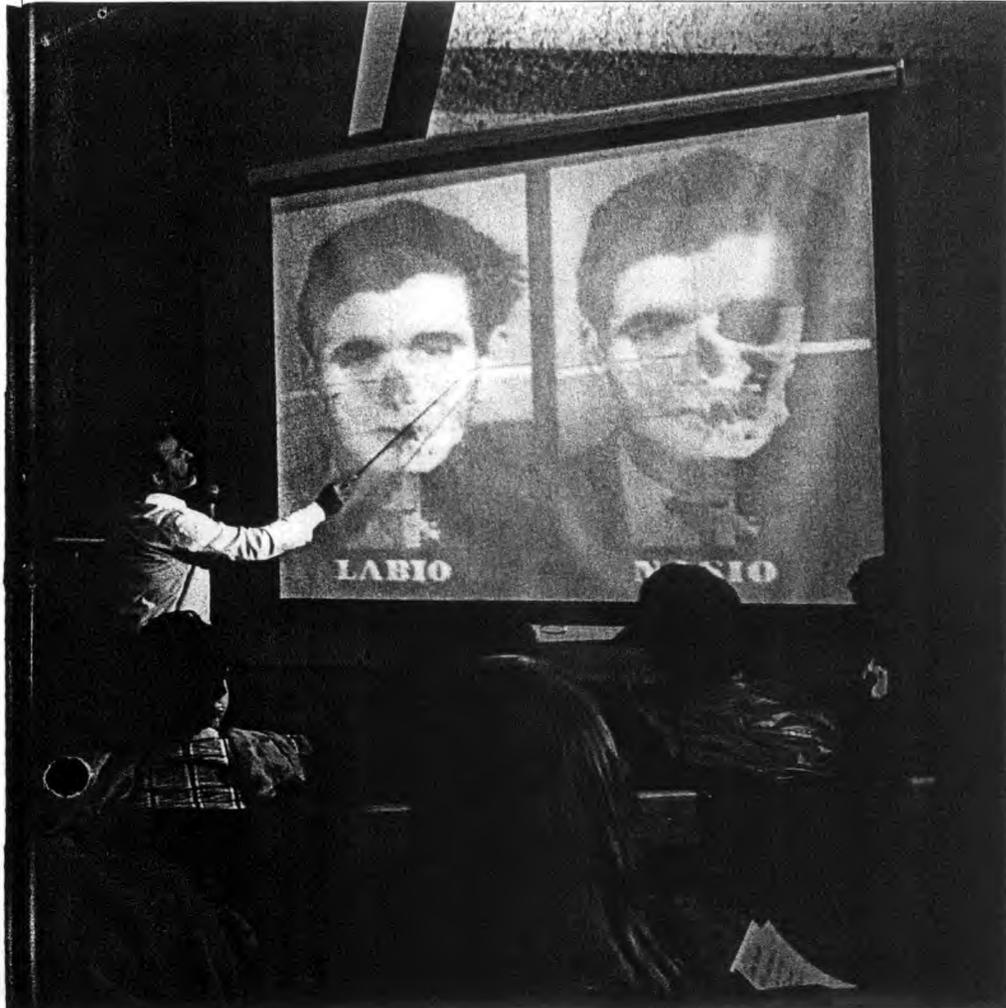
JOSE LUIZ CORDEIRO

O legista Palhares, da Unicamp, empregou técnicas de vídeo e de computação para o reconhecimento de Dênis (na tela), Sônia e Lana (abaixo); o casal Moraes encerrou uma dolorosa busca: "O Exército brasileiro é responsável pela tortura e morte de nossa filha"



fessor Badan Palhares, até o final do ano, novos laudos de reconhecimento de desaparecidos políticos serão emitidos, envolvendo as 268 ossadas mais preservadas, que estão em estudos. O trabalho propicia inovações importantes do ponto de vista científico. De fato, será experimentada uma nova metodologia de análise, a do DNA, código genético humano, que compara fragmentos da medula óssea dos despojos com os de seus familiares.

AFO. 15.4, P.101/180 fls. 100



brasileiro pela tortura e assassinato de minha filha”, lamentou o coronel João Luiz. “Minha dor é maior porque sou pai e militar.” Para o legista Shibata – o mesmo que assinou o laudo da morte do jornalista Wladimir Herzog, em 1976, sem ter visto o corpo – os Moraes querem fazer duas perguntas: por que não notificou a presença de evidentes marcas de torturas em Sônia e por que garantiu ter efetuado o procedimento de serramento do crânio, quando a perícia da Unicamp confirmou que esta conduta, básica em autópsias, não foi realizada?

Na identificação das ossadas pequenos detalhes tornaram-se valiosas indicações. É o caso de um conjunto de radiografias que Sônia tirou aos 11 anos, quando estava tratando um problema de disritmia. O cuidado de dona Cléa, guardando as chapas, garantiu o fornecimento de novos dados para a investigação. Já a cicatriz na perna direita de Lana – resultado de um tiroteio com a polícia um ano antes de sua morte – colaborou para esclarecer a fratura encontrada em sua tíbia e, por consequência, identificar suas ossadas. As técnicas integradas de vídeo e computação permitiram aos peritos a busca de pontos coincidentes entre os despojos e os documentos disponíveis. “A identificação só se confirmou com a correspondência total de, pelo menos, seis elementos”, explicou Palhares.

A época de sua prisão, Sônia havia regressado há pouco tempo ao Brasil na condição de viúva recente – seu marido, Stuart Angel Jones, membro da organização Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, fora morto em 1971, na Base Aérea do Galeão. No Chile, onde passou algum tempo antes de retornar ao Brasil, Sônia encontrou-se com o pai. “Ela sempre ocultou da família suas ativi-

As perícias conduzidas pela Unicamp abrem, agora, novas perspectivas para as buscas, poupando familiares amargurados de experiências iguais àquela vivida pelo casal Moraes. As voltas com uma rotina de incertezas, o casal seguiu todas as pistas que pudessem levar à localização da filha. Nessa tarefa obstinada participaram de quatro exumações e, em 1981, chegaram até mesmo a ser enganados: enterraram os ossos de um homem de

aproximadamente 33 anos. “Após 18 anos de lutas, estamos confiantes porque desta vez Sônia terá o seu sepultamento cristão”, afirmou dona Cléa, em Campinas. A seu lado, o coronel João Luiz controlava a emoção para ler uma carta que escreveu à filha: “Infelizmente, Soninha, os militares que te torturaram e assassinaram continuam impunes e assegurando a impunidade de todos que com eles colaboraram.” Concluída a primeira etapa do trabalho que se propuseram a realizar – a

posse dos despojos –, os Moraes partem, resolutos, para um duplo embate. Vão buscar na Justiça responsabilizar a União pelo desaparecimento da filha ao mesmo tempo que iniciam uma ação judicial contra o legista Harry Shibata, o profissional que, à frente do Instituto Médico Legal de São Paulo, nos anos 70, assinou cerca de 60% das necrópsias em militantes esquerdistas, inclusive as de Sônia e de Lana. “É um sofrimento responsabilizar o Exército

Um porão ainda trancado

O prosseguimento da identificação das 1.049 ossadas encontradas em Perus depende, em grande parte, da superação de um obstáculo burocrático: uma lei escrita durante o regime militar – o Regulamento para a Guarda de Assuntos Sigilosos (RGAS) – vem impedindo que os legistas da Unicamp e os familiares das vítimas da repressão tenham acesso aos arquivos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo. Nesses arquivos, argumentam os familiares, constam informações indispensáveis para o trabalho de perícia. Ex-comandante do Deops, o atual diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, já chegou a prometer que os documentos poderiam ser consultados, mas o acesso dos familiares foi negado pelo superintendente da PF em São Paulo, Marco Antonio Veronezzi. “Não é má vontade minha nem do doutor Tuma. É a lei”, justifica Veronezzi.

dades políticas”, lembra o coronel. “Dizia que, se algo acontecesse a ela, que não fôssemos procurar informações – temia pela nossa segurança.” A preocupação confirmou-se, quando o coronel foi preso por quatro dias. Soube, através de pessoas conhecidas na caserna, que sua filha tinha sido martirizada nas sessões de torturas, chegando a ser estuprada com um cassete depois enviado a ele. “Aqueles militares tinham uma sanha semelhante à de Hitler”, diz o coronel.

A' Ordem Terceira da Igreja de
Nossa Senhora das Mercês de Ouro Preto.

É abaixo assinada vem
requerer desta Ordem, autorização
para colocar, no jazigo nº 15
da família, os restos mortais de
seu filho Antônio Carlos Bicalho de
Lana.

Nestes termos pede deferimento.

Ouro Preto, 1º de Agosto de 1991

Adalgisa Gomes Lana

Agradecimento

O Grupo Tortura Nunca Mais agradece à prefeita Luiza Erundina pela oficialização e denominação de logradouros públicos.

Considerando a iniciativa do vereador Italo Cardoso em deixar registrada para as gerações futuras a luta pela liberdade e direitos daqueles que viveram um período de arbítrio e desrespeito à dignidade da pessoa humana.

No distrito de Grajaú - SP, ficam oficializados e assim denominados:

- 1 - Rua Ana Rosa Kucinski Silva;
- 2 - Rua Antônio Carlos Bicalho Lana;
- 3 - Rua Antônio dos Três Reis Oliveira;
- 4 - Rua Aluizio Palhano Pedreira Ferreira;
- 5 - Rua Aylton Adalberto Mortati;
- 6 - Rua Elson Costa;
- 7 - Rua Hiram de Lima Pereira;
- 8 - Rua Honestino Monteiro Guimarães;
- 9 - Rua Ieda Santos Delagado;
- 10 - Rua Maria Lucia Petit da Silva;
- 11 - Rua Sônia Maria Moraes Angel Jones.

Juicio Agosto/91

Resultados dos trabalhos dos peritos da Unicamp

Serão entregues às respectivas famílias os restos de Sônia Maria Moraes Angel Jones - Rio de Janeiro, Antonio Carlos Bicalho Lana (Ouro Preto, Minas Gerais), Denis Antônio Cassemiro (Votuporanga - SP). O traslado acontecerá após missa na Catedral da Sé, dia 11 de agosto, às 18h.

JORNAL DO TORTURA NUNCA MAIS - RJ

REPRESSÃO

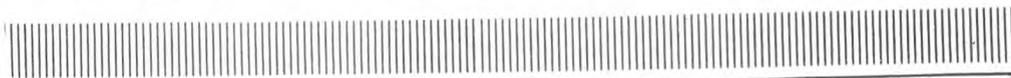
Ossada de ex-guerrilheiro volta a MG

Os restos mortais do ex-prespo político Antônio Carlos Bicalho Lana — cuja ossada foi encontrada numa vala comum do Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP), e identificada por peritos da Universidade Estadual de Campinas — serão enterrados nesta segunda-feira, em Ouro Preto, sua cidade natal. A solenidade terá missa na matriz Antônio Dias, celebrada pelo presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, D. Luciano Mendes de Almeida. O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns também celebra missa na Catedral da Sé, em São Paulo.

Adepto da luta armada, Lana era dirigente da

organização clandestina Aliança Libertadora Nacional (a ALN, de Carlos Marighella), e foi preso no dia 30 de novembro de 1973, conduzido ao DOI-Codi paulista, onde morreu, vítima de tortura brutal, aos 24 anos, junto com a carioca Sônia Maria Lopes Moraes, da mesma organização.

A versão oficial dos órgãos de repressão era a de que Lana e Sônia morreram em consequência de tiroteio no bairro de Santo Amaro em São Paulo. O DOI-Codi enterrou os corpos no Cemitério de Perus e, recentemente, foram localizadas as ossadas em vala comum.



+ ou Agosto /91

Termina procura de Adalgisa pelo filho guerrilheiro

A confirmação de que as duas ossadas exumadas em março deste ano da quadra sete do Cemitério de Perus, em São Paulo, eram mesmo de Sônia Maria Alves Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana veio completar o triste quebra-cabeça vivido por Adalgisa Lana há cerca de 18 anos. Desde a notícia da morte de seu filho, em 29 de novembro de 1973, pelos órgãos de repressão do regime militar, ela coleciona informações sobre o paradeiro do corpo de Antônio Carlos Bicalho Lana e mesmo as condições de sua morte, através da imprensa, relatos de ex-militantes e do pai de Sônia Angel Jones, o coronel da reserva do Exército, João Luiz de Moraes.

Adalgisa Lana, hoje com 70 anos, recebeu ontem em Ouro Preto, onde mora, um telefonema de sua filha, Eliane Bicalho Lana, relatando que o perito Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina-Legal da Universidade de Campinas, havia divulgado, no dia anterior, o laudo confirmando a identificação das ossadas de Sônia Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana. Ela explicou que não foi a São Paulo assistir à divulgação do laudo, por estar doente e não possuir mais condições físicas de realizar viagens longas.

Emocionada, Adalgisa Lana lembrou a homenagem que foi prestada ao seu filho, pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, em setembro de 1989. Foi dado nome a uma rua do bairro Bangu, de Antônio Carlos Bicalho Lana, que se localiza próxima à praça Carlos Lamarca, militante da Vanguarda Popular Revolucionária que foi morto pelo regime militar em 17 de setembro de 1971, no interior da Bahia.

Tempos de angústia

Adalgisa Lana relata ainda que desde as duras épocas de repressão do regime militar já sabia da participação de seu filho em movimentos de esquerda. Antônio Carlos Lana, segundo informa sua mãe, saiu da cidade de Ouro Preto aos 16 anos, em 1965, para cursar o segundo grau em Mariana. Dois anos depois, ele veio para Belo Horizonte terminar o científico, mas já militava no movimento estudantil. Quando os militares endureceram a repressão contra os movimentos de esquerda, Antônio Carlos Lana militava na Aliança Libertadora Nacional.

Durante sete anos, Adalgisa Lana recebia poucos telefonemas do filho e sempre durante a madrugada. Segundo ela, os

militantes eram muito perseguidos e os contatos telefônicos neste horário diminuía os riscos para a vida de seu filho. Em 1973, com a notícia da morte de Antônio Carlos Bicalho Lana, embora as informações fossem desconhecidas no início, Adalgisa Lana passou a contar com a solidariedade e o companheirismo do pai de Sônia Angel Jones, que até hoje, segundo ela, considera seu filho como genro.

Ontem, após o telefonema que confirmou as condições de morte e o destino do corpo de seu filho, Adalgisa Lana ainda não tinha decidido se pretende entrar na Justiça pleiteando uma indenização por parte da União. Ela vai fazer um contato com o pai de Sônia Angel Jones, que foi morta nas mesmas condições de Antônio Carlos — nas dependências do DOI/Codi de São Paulo — para uma decisão conjunta.

Apesar dos tempos difíceis e da incerteza que viveu durante muitos anos, Adalgisa Lana sempre colaborou com os movimentos da Anistia, Tortura Nunca Mais e mesmo a Unicamp, mais recentemente, fornecendo dados, como da arca-da dentária e tipo sanguíneo, entre outros que pudessem colaborar para a identificação do corpo de seu filho.

ATO. 15. 4, P 105/180 fls-104
13. 200

AO
SERVIÇO FUNERÁRIO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

①

SUZANA KENIGER LISBÔA, na qualidade de procura-
dora de ADALGISA GOMES LANA, vem, por meio deste, requerer a
V. Sas. autorização para o traslado dos restos mortais de ANTO -
NIO CARLOS BICALHO LANA, recentemente reconhecidos e identifica-
dos pelo Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, a ser reali-
zado no próximo dia 12 de agosto, saindo de São Paulo para o Ce-
mitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Ouro Preto, na
cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.

N. Termos,
P. Deferimento.

São Paulo, 6 de agosto de 1991.

SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
[Assinatura]
Rui Barbosa de Alencar
Superintendente

[Assinatura]
Suzana Keniger Lisboa

2

Procuração

Pelo presente instrumento particular de procuração nomeio e constituo minha procuradora Suzana Keniver Lisboa, brasileira, viúva, RG - 201 141 22 57, SSP / RS, residente á Avenida Pedroso de Moraes - 323 apto 22 - Pinheiros São Paulo com poderes para tratar perante todos os órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, da exumação, acompanhamento de exames para identificação, traslado dos restos mortais de Antônio Carlos Bicalho de Lana para a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, podendo para tanto praticar todos os atos necessários para o bom cumprimento deste mandato.

Ouro Preto, 2 de Março de 1991.



CARTORIO AMARAL 5º OFº NOTAS B. HIL.
AV. JOÃO PINHEIRO, 152 - Tel. 824-2303
- TAB. Ignez Maria Fagundes Amaral -

Reconheço por semelhança a Firma Indicada de <u>Adalgisa</u> <u>G Lana</u> doutor B. Hta. <u>1</u> de <u>4</u> 19 <u>91</u> Em test. <u>de</u> da verdade	Firma Lio Cart. 34.715 • 18.º Of. 560 Paulo Cart. 118.728 • 142 cfs. Brasília Cart. 1.º Ofic.
---	--

Adalgisa Gomes Lana

Adalgisa Gomes Lana

Rua dos Inconfidentes - 229

CEP - 35.400 - Ouro Preto - M.G.

R.G -M. 725 736

CEDULA DE IDENTIDADE




Suzana Lisboa
ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

REGISTRO GERAL
2011412257

NOME
SUZANA KENIGER LISBOA

FILIAÇÃO
**ARON LEJZOR KENIGER
MILKE WALDEMAR KENIGER**

NATALIDADE
PORTO ALEGRE RS DATA DO NASCIMENTO
30/06/1951

PORTO ALEGRE - RS
01/03/78 *[Signature]* 552
DIRETOR DO I

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(3)

ATD. 15.4, P.107/180
 P.15.106
 P.15



REPÚBLICA DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Rua São João no Tempo, 112 - Caixa 212.200-1

(4)

AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
Válida em São Paulo -



EX. S. A. -
EX. S. A. -
EX. S. A. -
EX. S. A. -
EX. S. A. -

AUTORIZO, atendendo a requerimento de interesses, através da Prefeitura da Capital, de afetadas as formalidades legais no âmbito municipal, especialmente quanto ao Sanitário do Dom Bosco de Perus - São Paulo, e TRANSFIR dos despojos exumados - osada humana -, em uma placenta, referente a ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, que se encontra para confirmação de identidade na Universidade de Campinas - UNICAMP -, para a Capital e, desta para OUR FORTO-MS., para comunicação, acompanhados de fe ulnaria do responsáveis legais. Para que produzam os efeitos pretendidos e de direito, firmo o presente.

São Paulo, 07 de agosto de 1.991.-

- Jair Cesarino de Silva -
Delegado Secatorial de Polícia.-

8/08/91

15.108
M

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MINAS ENTERRA SEUS MORTOS

No dia 12/08, às 11 horas da manhã, além dos passageiros que normalmente desembarcam em Confins, também estará desembarcando no aeroporto os restos mortais de ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, morto pelo DOI/CODI paulista em 1973. A ossada de Antônio Carlos foi encontrada numa vala comum do Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). Graças ao trabalho de exumação - coordenado e executado pela Universidade de Campinas - pôde-se identificar os corpos de Antônio Carlos e de Sonia Maria Lopes Moraes, sua companheira de prisão e de militância.

A ossada de Antônio Carlos será levada pelos parentes, no mesmo dia, para Ouro Preto, onde será sepultada, às 14h30, no cemitério da Igreja Nossa Senhora das Mercedes de Cima. No dia 11, às 18 horas, na Catedral da Sé, em São Paulo, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebra missa em intenção dos mortos. No dia 16, às 19 horas, em Ouro Preto, o presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, D. Luciano Mendes de Almeida, celebra missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz Antônio Dias).

Antônio Carlos era dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso em companhia da carioca Sonia Maria Lopes Moraes, também militante da ALN, por agentes do DOI/CODI paulista, no dia 30 de novembro de 1973. A fúria dos agentes da repressão foi tamanha que em questão de horas Antônio Carlos e Sonia foram mutilados e mortos.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança informava que ambos haviam morrido em consequência de um tiroteio em Santo Amaro (SP). Porém, sobreviventes da guerrilha e companheiros de ambos atestam que tal tiroteio jamais existiu. Tentando apagar as provas materiais do crime, o DOI/CODI enterrou os corpos no Cemitério de Perus. Sonia foi enterrada com nome falso. Esse fato fez com que seus familiares sepultassem uma ossada como sendo de Sonia. Mais tarde, depois da exumação, descobriu-se que os restos mortais pertenciam a um homem.

Antônio Carlos nasceu em Ouro Preto, em 1949. Seu engajamento político deu-se na década de 60, através do movimento secundarista. Tendo amadurecido sua opção político-ideológica, ele se filiou à organização de esquerda Corrente Revolucionária de Minas Gerais - uma dissidência do PCB. A luta armada foi eleita como meio para enfrentar o regime militar e construir uma alternativa democrática e socialista no Brasil.

Entre 67 e 68, Antônio Carlos participou de um grupo de jovens militantes em Ouro Preto, composto por estudantes secundaristas, universitários e operários da fábrica Saramenha. De Ouro Preto, Antônio Carlos - também conhecido como Cristiano, Cal e Mateus - deslocou-se para Belo Horizonte, onde iniciou sua vida clandestina, dedicada exclusivamente à luta contra o regime militar e pelo ideal socialista. Aqui também teve sua iniciação nas atividades guerrilheiras, método político que ele julgava não apenas válido mas necessário devido à repressão e cerceamento das liberdades democráticas impostas pelo regime militar.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Firme em suas convicções, Antônio Carlos foi para o Rio de Janeiro e São Paulo, considerados centros da resistência armada ao regime. Mesmo ciente de que estava jurado de morte pelos órgãos de repressão policial-militar, especialmente pelo DOI/CODI, Antônio Carlos se recusou a sair do Brasil, convicto da importância política de se manter viva a resistência armada ao regime militar, apesar das graves e dolorosas perdas de companheiros. Em 30 de novembro Antônio Carlos e Sonia Maria foram presos e mortos.

Como era costumeiro naquela época, os órgãos de repressão, tendo à frente os DOI/CODI, agiam em completa ilegalidade, constituindo aparelhos autônomos do Estado, praticando crimes, atropelando a Justiça e desrespeitando os direitos humanos.

Com a descoberta das ossadas de Perus e suas identificações, a pesquisa nos fichários dos DOPS do Paraná e Pernambuco, ainda em curso, e a confrontação de dados e informações fidedignas, abre-se uma nova fase de esclarecimento da verdade sobre a repressão política no Brasil nos anos 60 e 70. A esta altura dos acontecimentos, quando o povo brasileiro conquistou o direito de eleger o seu próprio Presidente; elaborou uma Constituição e reestabeleceu o Estado de Direito, faz-se necessário que todas as mazelas da ditadura militar sejam esclarecidas para que não deixem sequelas capazes de macular o regime democrático. Para isto é necessário que o Poder Legislativo dê todo apoio às pesquisas em andamento; o Poder Judiciário dê curso a processos já existentes, como o do Riocentro e o do assassinato do ex-deputado Rubens ~~PAIVA~~ e se abra inquéritos judiciais para investigar outros assassinatos de opositores ao regime militar.

Conclamamos ao Executivo, especialmente ao Sr. Presidente da República, a contribuir para este processo de superação das sequelas da ditadura militar mandando abrir e tornar públicos os arquivos dos órgãos federais de repressão tais como DOI/CODI (oficialmente extinto), Cenimar, Cisa, CiEx e Polícia Federal, para que a História seja reconstituída com fatos reais e verdadeiros e se apurem as responsabilidades daqueles que, a pretexto da defesa do Estado, cometeram crimes comuns hediondos.

Este processo de vasculhar os porões da ditadura, os seus arquivos secretos, as valas de cemitérios públicos e secretos, é importante não apenas para a História do País e para a consolidação do regime democrático. Há também - e não se pode menosprezar - a dimensão humana do drama vivido por milhares de familiares de mortos e desaparecidos pela repressão política que merecem uma satisfação, um consolo de pelo menos restituir-lhes os restos mortais dos seus parentes e recompor suas imagens públicas de brasileiros que deram suas vidas lutando pela libertação do nosso povo.

Helena Greco
 Coordenadora do Movimento Tortura Nunca Mais/MG
 Informações: 463 3882

10/AGOSTO/91

HOJE EM DIA

PÁGINA 12

Chega segunda a ossada de membro da ALN

REPRODUÇÃO

Desembarca às 11 horas desta segunda-feira, no aeroporto de Confins, a ossada do mineiro Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973 pelo DOI/Codi (antigo organismo paulista de repressão política), para ser sepultada às 14h30, em Ouro Preto, no cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima. A ossada de Antônio Carlos foi encontrada numa



Lana foi morto pelos agentes do DOI-Codi

vala comum do Cemitério Dom Bosco, em Perus, SP, e identificada por peritos da Universidade de Campinas, juntamente com os restos mortais de sua companheira de prisão e militância, Sônia Maria Lopes Moraes.

Antônio Carlos era dirigente da organização Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso no dia 30 de novembro de 1973 em companhia da carioca Sônia Maria. A violência policial foi tão intensa que em questão de horas o casal foi mutilado e morto. Na época, versão oficial informava que eles haviam morrido em consequência de um tiroteio em Santo Amaro. No entanto, sobreviventes da guerrilha e companheiros atestam que tal tiroteio jamais ocorreu. Na tentativa de apagar as provas materiais do crime, o DOI/Codi enterrou os corpos no Cemitério de Perus. Sônia foi enterrada com nome falso, o que fez com que seus familiares sepultassem uma ossada como sendo sua. Mais tarde, depois da exumação, descobriu-se que os restos mortais pertenciam a um homem.

Nascido em Ouro Preto em 1949, Antônio Carlos participou

em 1967 e 68 de um grupo de jovens naquela cidade, composto por estudantes secundaristas, universitários e operários da fábrica Saramenha. Pouco depois, transferiu-se para Belo Horizonte, iniciando a vida clandestina, dedicada à luta contra o regime militar e pelo ideal socialista. Firme em suas convicções, seguiu para o Rio e São Paulo e, mesmo ciente de que estava jurado de morte pelos órgãos de repressão policial-militar, Lana se recusou a sair do Brasil, convicto da importância política de se manter viva a resistência armada ao regime militar, apesar das graves e dolorosas perdas de companheiros, como lembra a coordenadora do Movimento Tortura Nunca Mais/MG, veedora Helena Greco.

Segunda-feira, às 18 horas, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, celebra missa em intenção dos mortos na Catedral da Sé, na capital paulista. E no próximo dia 16, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, celebra missa, às 19 horas, na Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz Antônio Dias), em Ouro Preto.

Repressão

Ossada de preso político chega a BH na segunda

Os restos mortais do ex-militante político Antônio Carlos Bicalho Lana, morto pela repressão militar em 30 de novembro de 1973 e identificado pela equipe do perito Fortunato Bardan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, no início de julho deste ano, chegam a Belo Horizonte nesta segunda-feira, às 11h. O enterro definitivo, cerca de 18 anos após sua morte, será finalmente realizado às 14h30m do mesmo dia, em sua terra natal, Ouro Preto, no cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima.

Na realidade, a ossada de Antônio Carlos Bicalho Lana foi encontrada juntamente com a de sua companheira, Sônia Maria Lopes Moraes, ambos ex-dirigentes da Ação Libertadora Nacional (ALN), numa vala rasa, clandestina, do cemitério de Perus, ano passado. De acordo com os relatórios do Movimen-

to Tortura Nunca Mais, os dois ex-militantes foram presos pelos agentes do DOI/Codi paulista, torturados e mortos no mesmo dia.

O engajamento político de Antônio Carlos Bicalho Lana começou no movimento estudantil secundarista, na década de 60, na cidade de Ouro Preto. Posteriormente, ele foi para Mariana, cursar o segundo grau, e Belo Horizonte, onde começou sua vida clandestina. Como membro da ALN, o ex-militante mudou para o Rio de Janeiro e depois São Paulo, considerados centros de resistência à ditadura militar, nos finais dos anos 60 e início da década de 70.

Embora soubesse dos riscos de prisão e morte, sua mãe Adalgisa Lana sempre aguardava uma comunicação do filho. Ela relata que ele costumava telefonar para casa, sempre no período da madrugada, pois os

riscos eram menores. Segundo Adalgisa Lana, hoje com 70 anos, nos anos de repressão forte os militares eram muito vigilantes. Em seu relato, a mãe de Antônio Carlos Lana lembra as primeiras notícias, ainda descontraídas de sua morte. O alívio final sobre o verdadeiro destino do corpo do seu filho só veio com o laudo da Unicamp.

O Movimento Tortura Nunca Mais presta homenagem póstuma aos ex-militantes mortos pela repressão do regime militar. Amanhã, o arcebispo metropolitano de São Paulo, cardinal dom Evaristo Arns, celebra uma missa na Catedral de São Paulo, Praça da Sé, às 18h.

No dia 16, será celebrada outra missa, às 19h, pelo presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, dom Luciano Mendes de Almeida, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (matriz Antônio Dias) em Ouro Preto.

Estado de Minas

10/08/91

J U S T I Ç A E D I G N I D A D

A PREFEITA DE SÃO PAULO, LUIZA ERUNDINA DE SOUSA,
OS FAMILIARES DOS PRESOS POLÍTICOS DESAPARECIDOS



CONVIDAM PARA A MISSA A SER CELEBRADA PELO CARDEA
ARCEBISPO DE SÃO PAULO, D. PAULO EVARISTO ARNS, PO
OCASIÃO DO TRANSLADO DOS RESTOS MORTAIS ENCONTRADO
NO CEMITÉRIO DON BOSCO, EM PERUS.

DIA 11 DE AGOSTO DE 1991 ÀS 18H NA CATEDRAL DA S



TERRA DE HERÓIS

QUEM É VOCÊ
QUAL É SEU NOME?
QUEM É VOCÊ
QUAL É SEU SONHO?
NOITE DE AMORES
NOITE DE HORRORES
VOLTAM AS FLORES
DO LADO DE LÁ!
VIDA VIVIDA
VIDA PARTIDA
VOLTA SEU CORPO
Á TERRA DE HERÓIS!

PARA: ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA
DE: NILO SÉRGIO DE MENEZES MACEDO
TEL | 2245997- BELO HORIZONTE

12/08/91

REQUERIMENTOS

Nº 1.625/91, do Deputado Wanderley Avila, em que pede seja consignado nos anais da Assembleia um voto de congratulações com o 109 Batalhão de Polícia Militar, sediado em Montes Claros, pelo transcurso dos seus 35 anos de fundação. (- À Comissão de Defesa Social.)

Nº 1.626/91, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, postulando seja inserido nos anais da Casa um voto de congratulações com a nova diretoria do Rotary Clube BH-Cachoeirinha, empossada para o exercício 1991/1992. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.627/91, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, solicitando seja consignado nos anais da Casa um voto de congratulações com a nova diretoria do Rotary Clube BH-Cachoeirinha, empossada para o exercício 1991/1992. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.628/91, do Deputado Wilson Pires, solicitando seja feito apelo ao Presidente da TELEMIG, visando à instalação de postos telefônicos nos povoados de Bom Jardim e Conceição, pertencentes ao Município de Jacinto. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.629/91, do Deputado José Bonifácio, postulando seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Governador para que encaminhe a esta Assembleia mensagem alterando a Lei nº 7.109, de 13/10/77, com o objetivo de permitir ao regente de ensino que se habilitar em curso de magistério ou equivalente o direito de ser readaptado no cargo de Professor do Quadro do Magistério da rede pública estadual, observado o tempo de referência de classe para vantagens no novo cargo. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.630/91, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre as obras rodoviárias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.631/91, da Deputada Maria Elvira, em que pede se consigne, em ata dos trabalhos da Casa, voto de confraternização com a Prefeitura Municipal de Santa Luzia, pela inauguração da Escola Profissionalizante no povoado de Pinhões. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.632/91, da Deputada Maria Elvira, em que solicita a consignação, nos anais da Casa de voto de congratulações com a Câmara Municipal de Bom Jesus do Amparo pela aprovação da Lei Municipal nº 616/91, que cria o Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente - CODEMA. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.633/91, da Deputada Maria Elvira, reivindicando seja consignado, em ata dos trabalhos da Casa, voto de louvor à Sra. Lídia Lício, por sua nomeação como Delegada Regional de Ensino em Cambaxu. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.634/91, da Deputada Maria Elvira, em que pleiteia se consigne, nos anais desta Assembleia, voto de congratulações com o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Celso Melo Azevedo, por sua posse como provedor da Santa Casa.

Nº 1.635/91, da Deputada Maria Elvira, em que postula o registro nos anais da Casa de voto de congratulações com o SESC, pela criação das Unidades Móveis de Orientação Social - UNIMOS. (- Distribuídos à Comissão de Saúde e Ação Social.)

Nº 1.636/91, da Deputada Maria Elvira, em que pede se formule apelo aos Exmos. Srs. Governador e Diretor do DER-MG no sentido de adotarem providências em favor da realização de obras de recuperação das estradas no trecho que liga o Trevo de Furnas a Elói Mendes e no que liga Areado a Muzambinho. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.637/91, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, pleiteando se consigne, nos anais da Casa, voto de congratulações com o "Jornal de Casa", pelos 15 anos de bons serviços à comunidade mineira, e que se dê ciência aos jornalistas José Costa, Diretor-Presidente do Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda., e José Lopes, colunista do periódico homenageado.

Nº 1.638/91, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, em que solicita seja dirigido apelo ao Exmo. Sr. Governador, no sentido da implantação do Parque Estadual do Itacolomi, dotando-o de infra-estrutura adequada à sua proteção e ao lazer público.

Nº 1.639/91, do Deputado José Maria Pinto, em que postula seja feito apelo aos Exmos. Srs. Governador e Secretário da Educação, no sentido da liberação de verbas para a construção de escolas públicas nas vilas Graziani, Cohab e Mosconi, no Município de Andradadas. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.640/91, do Deputado José Maria Pinto, pleiteando se encaminhe apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública no sentido de agilizar a reciclagem ou preparação dos agentes da Polícia Civil, dotando-os de maior capacitação para o atendimento ao público, em nível de representatividade corporativa, técnica, psicológica, comportamental, jurídica, constitucional e em situações emergenciais, a exemplo da Polícia Militar. (- À Comissão de Defesa Social.)

Nº 1.641/91, do Deputado José Maria Pinto, solicitando seja enviado ofício aos Exmos. Srs. Governador e Secretário da Indústria e Comércio, reivindicando dos mesmos providências em favor da implantação de um distrito industrial no Município de Diamantina. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.642/91, do Deputado Bernardo Rubinger, em que postula se faça apelo aos Exmos. Srs. Governador e Secretário da Educação no sentido da adoção de medidas visando à instalação de sala de recursos para deficientes visuais na Escola Estadual Coronel Oscar Prados, no Município de São Gotardo.

Nº 1.643/91, do Deputado Bernardo Rubinger, em que solicita se dirija pedido aos Exmos. Srs. Governador e Secretário da Educação quanto à implantação de curso de educação pré-escolar na Escola Estadual de Limeira, no Município de Lagoa Formosa.

Nº 1.644/91, do Deputado Bernardo Rubinger, postulando se encaminhe apelo aos Exmos. Srs. Governador e Secretário da Educação no sentido da implantação, no Município de São Gotardo, da Unidade de Estadual de Estudos Supletivos Augusta Rangel.

Nº 1.645/91, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, em que solicita seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Livraria e Editora José Olympio por seu 60º ano de fundação. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.646/91, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, no qual pede seja formulado apelo aos Exmos. Srs. Governador e Secretário de Obras Públicas no sentido de que seja agilizada a construção da Escola Guignard, no Bairro Mangabeiras, nesta Capital. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.647/91, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, pleiteando se envie ofício aos Exmos. Srs. Governador e Presidente do Minascentro, objetivando encarecer a criação, no Terminal Turístico JK, de espaço para exposição e venda ao público de peças artesanais, e para a manifestação de outras formas da cultura indígena.

Nº 1.648/91, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, em que postula seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Casa do Fazendeiro, pelo lançamento do jornal "Povo e Trabalho".

Nº 1.649/91, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, em que pleiteia se consigne nos anais desta Assembleia voto de congratulações com o ex-Deputado Manoel Conegundes, nomeado Delegado do Ministério da Educação em Minas Gerais. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Lússimo Freitas.

O Deputado Lússimo Freitas - (- Profere discurso, a ser publicado em outra edição.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Antônio Fuzatto.

O Deputado Antônio Fuzatto - No dia 12/8/91, às 11 horas, além dos passageiros que normalmente desembarcam em Confins, também estarão desembarcando os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana, morto pelo DOI-CODI paulista em 1973. A ossada de Antônio Carlos foi encontrada numa vala comum do Cemitério Dom Bosco, em Perus, SP. Graças ao trabalho de exumação, coordenado e executado pela Universidade de Campinas, pôde-se identificar os corpos desse cidadão e de Sônia Maria Lopes Moraes, sua companheira de prisão e de militância.

A ossada de Antônio Carlos será levada pelos parentes, no mesmo dia, para Ouro Preto, onde será sepultada, às 14h30min, no cemitério da Igreja Nossa Senhora das Mercêdes de Lima. No dia 11, às 18 horas, na Catedral da Sé, em São Paulo, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebrará missa em intenção dos mortos. No dia 16, às 19 horas, em Ouro Preto, o Presidente da CNBB e Arcebispo de Mariana, D. Luciano Mendes de Almeida, celebrará missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz Antônio Dias).

Antônio Carlos era dirigente da Ação Libertadora Nacional - ALN - e foi preso em companhia da carioca Sônia Maria Lopes Moraes, também militante da ALN, por agentes do DOI-CODI paulista, no dia 30/11/73. A fúria dos agentes da repressão foi tamanha, que, em questão de horas, Antônio Carlos e Sônia foram mutilados e mortos.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança informava que ambos haviam morrido em consequência de um tiroteio em Santo Amaro, SP. Porém, sobreviventes da guerrilha e companheiros de ambos atestam que tal tiroteio jamais existiu. Tentando apagar as provas materiais do crime, o DOI-CODI enterrou os corpos no Cemitério de Perus. Sônia foi enterrada com nome falso. Esse fato fez com que seus familiares sepultassem uma ossada como se fosse de Sônia. Mais tarde, depois da exumação, descobriu-se que os restos mortais pertenciam a um homem.

Antônio Carlos nasceu em Ouro Preto em 1949. Seu engajamento político deu-se na década de 60, através do movimento secundarista. Tendo amadurecido sua opção político-ideológica, filiou-se à organização de esquerda Corrente Revolucionária de Minas Gerais, uma dissidência do PCB. A luta armada foi eleita como meio para enfrentar o regime militar e construir uma alternativa democrática e socialista no Brasil.

Entre 67 e 68, Antônio Carlos participou de um grupo de jovens militantes em Ouro Preto, composto por estudantes secundaristas e universitários e operários da fábrica de Saramenha. De Ouro Preto, Antônio Carlos, também conhecido como Cristiano, Cal e Mateus, deslocou-se para Belo Horizonte, onde iniciou sua vida clandestina, dedicada exclusivamente à luta contra o regime militar e pelo ideal socialista. Aqui também teve sua iniciação nas atividades guerrilheiras, método político que ele julgava não apenas válido mas necessário, devido à repressão e ao cerceamento das liberdades democráticas impostas pelo regime militar.

Antônio Carlos Bicalho Lana nasceu em Ouro Preto em 1949, filho de Adolfo Bicalho de Lana e Adalgisa Gomes de Lana. Ainda jovem, engajou-se no movimento estudantil secundarista, na década de 60, a partir do qual amadureceu sua opção político-ideológica, filiando-se à organização de esquerda Corrente Revolucionária de Minas Gerais, uma dissidência do PCB, elegendo a luta armada como meio preferencial para enfrentar o regime militar e construir uma alternativa democrática e socialista no Brasil.

Nos anos de 1967 e 1968 Bicalho Lana fez parte de um grupo de jovens militantes em Ouro Preto, composto por estudantes secundaristas e universitários e operários de Saramenha. Desenvolveu uma intensa atividade política, ora clandestina, como o trabalho de organização dos operários de Saramenha, ora de forma pública e aberta e francamente oposicionista, através dos grêmios e diretórios estudantis.

Em verdade, esse grupo de jovens de Ouro Preto, engajados na Corrente, reunia não só a coragem e a dedicação da militância social e partidária mas também um bom nível de qualificação teórica e intelectual, o que se refletiria em todos os campos de atuação política dos seus integrantes, seja no período do ascenso do movimento estudantil (1968), seja no da resistência armada, seja na fase da redemocratização. Entre eles estava Antônio Carlos Bicalho Lana, dirigente da Ação Libertadora Nacional - ALN -, quando foi assassinado.

De Ouro Preto Antônio Carlos Bicalho Lana, também conhecido como Cristiano, Cal, e Mateus, deslocou-se para Belo Horizonte, onde iniciou sua vida clandestina, dedicada exclusivamente à luta contra o regime militar e pelo ideal socialista. Aqui também teve sua iniciação nas atividades guerrilheiras, método político que julgava não apenas válido mas necessário nas condições da repressão e cerceamento das liberdades democráticas impostas pelo regime militar. Já ao final de 1968 e início de 1969, Bicalho Lana percebeu a dureza do combate em que se engajara, diante das primeiras prisões, torturas e assassinato dos seus companheiros.

Firme em suas convicções, Bicalho Lana deslocou-se para o Rio de Janeiro e São Paulo - centros da resistência armada ao regime - através da ALN, onde a dureza dos combates e as exigências da luta lhe impuseram tarefas de dimensão nacional, inclusive no Nordeste do Brasil.

Companheiros sobreviventes da guerrilha que militaram e conviveram com Bicalho Lana - informam-nos os traços fundamentais da sua personalidade: a coragem e o destemor diante da morte, combinados com generosidade e afetividade - comoventes, que cativavam os companheiros e os encorajavam diante dos perigos. Idealista, mesmo nos momentos mais difíceis, ousava sonhar com a realização da utopia socialista, da libertação dos homens da luta constante para atendimento de suas necessidades primárias e fundamentais e com a consequente possibilidade de realização de suas potencialidades mais sublimes.

Sabidamente jurado de morte pelos órgãos de repressão policial-militar, especialmente pelo DOI-CODI, Bicalho Lana recusava-se a exilar-se do Brasil, convicto da importância política de se manter viva a resistência armada ao regime militar, apesar das graves e dolorosas perdas de companheiros.

Então, em 30/11/73 foi preso em Santos, SP, juntamente com um companheiro

Sônia Maria Lopes Moraes, quando, segundo se informa, sofreram bárbaras torturas até à morte.

Diante da tortura e da morte, porém, Antônio Carlos Bicalho Lana não se dobrou, não se rebaixou ao nível dos seus algozes, mostrando-lhes a mesma coragem e dignidade já conhecidas dos amigos e militantes com os quais conviveu e militou.

Como era costumeiro naquela época, os órgãos de repressão, tendo à frente os DOIS-CODIS, agiam em completa ilegalidade, constituindo-se aparelho autônomo do Estado, praticando crimes, atropelando a Justiça e desrespeitando os direitos da pessoa humana. Para encobrir sua ação criminosa, como o assassinato sob tortura de prisioneiros políticos, o DOI-CODI-SP montou a farsa de um tiroteio em Santo Amaro, bairro da Capital paulista, onde teriam sido mortos Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes Moraes. Em verdade, tal tiroteio jamais aconteceu, como atestam sobreviventes da guerrilha e companheiros de ambos. Tentando apagar as provas materiais deste crime, o DOI-CODI fez enterrar no Cemitério de Perus os dois combatentes assassinados; o primeiro, com seu próprio nome, e Sônia, com nome suposto.

Agora, anos após o processo de redemocratização do País e do desmantelamento oficial dos aparelhos de terror estatal, pouco a pouco estão sendo revelados os crimes dos que faziam da sua vontade a lei, sob o pretexto da defesa da segurança nacional.

Com o apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP, sob administração petista de partidos democráticos e de organizações da sociedade civil, especialmente da Igreja Católica Apostólica Romana, foram descobertas no Cemitério de Perus, em setembro de 1990, centenas de ossadas numa vala comum, entre as quais foram identificados restos mortais de vários opositores políticos assassinados pela ditadura militar, mediante um trabalho científico criterioso coordenado e executado pela Universidade de Campinas. De sepulturas rasas foram exumadas as ossadas identificadas pelos técnicos como restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes Moraes.

Simultaneamente, as pesquisadoras Suzana Lisboa Keninger e Maria Amélia Almeida Telles, funcionárias da Prefeitura de São Paulo e também participantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos e do Grupo Tortura Nunca Mais, vasculharam parte dos arquivos secretos do DOI-CODI e os enviaram ao DUPS do Paraná, cujo fichário em boa hora foi tornado público pelo Governo daquele Estado. Assim, puderam constatar e comprovar que vários daqueles combatentes guerrilheiros e opositores do regime militar, dados como desaparecidos, na verdade foram assassinados pelos órgãos de repressão, como assassinados foram Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Lopes Moraes, depois de presos.

Com a descoberta das ossadas de Perus, suas identificações e a pesquisa nos fichários dos DUPS do Paraná e de Pernambuco, ainda em curso, e a confrontação de dados e informações várias e fidedignas, abre-se uma nova fase de esclarecimento da verdade sobre a repressão política no Brasil nos anos 60 e 70. Desse modo, caem por terra os pretensos argumentos justificadores da repressão, especialmente o discurso e a ideologia da segurança nacional, e se revela a cruza da violência do regime militar.

A esta altura dos acontecimentos, quando o povo brasileiro conquistou o direito de eleger o seu próprio Presidente, elaborou uma nova Constituição e restabeleceu o estado de direito, faz-se necessário que todas as mazelas da ditadura militar sejam esclarecidas, para que não pairessem nebulas que maculem o regime democrático. Para isso é necessário que o Poder Legislativo dê todo o apoio as pesquisas em curso, o Poder Judiciário reabra e dê curso a processos já existentes, como o do Rio Centro e o do assassinato do ex-Deputado Rubens Medina, e se abram inquéritos judiciais para investigar outros assassinatos de opositores do regime militar, como os de Eduardo Leite-Bacuri e de Antônio Carlos Bicalho Lana, mortos depois de presos.

Exortamos o Executivo, especialmente o Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Melo, a contribuir para esse processo de superação das sequelas da ditadura militar, mandando abrir e tornar públicos os arquivos dos órgãos federais de repressão, tais como os DOIS-CODIS (oficialmente extintos), CENTMAR, CISA, CIEIX e Polícia Federal, para que a história seja reconstituída com os fatos reais e verdadeiros e se apurem as responsabilidades dos que, a pretexto de defesa do Estado, cometeram crimes comuns hediondos.

Esse processo de vasculhar os porões da ditadura, os seus arquivos secretos, as valas dos cemitérios públicos e secretos é importante não apenas para a história do País, mas também para a consolidação do regime democrático. Há

também, e não se pode menosprezar, a dimensão humana do drama vivido por milhares de familiares dos mortos e desaparecidos pela repressão política que merecem uma satisfação, um consolo de, pelo menos, restituir-lhes os restos mortais dos seus entes queridos e de recompor sua imagem pública de brasileiros que deram suas vidas na luta pela libertação do nosso povo da opressão.

Nesse sentido, associamo-nos aos familiares, amigos e antigos companheiros de Antônio Carlos Bicalho Lana que farão o traslado dos seus restos mortais de São Paulo para Ouro Preto, no próximo dia 12/8/91, onde repousará em ambiente de respeito e de paz. Nesse mesmo dia haverá, na Capital paulista, uma cerimônia religiosa oficiada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e, mais tarde, no dia 16/8/91, uma missa será celebrada em Ouro Preto pelo Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB, D. Luciano Mendes, demonstrando-se o empenho e o papel histórico inoldívvel desempenhado pela Igreja Católica nesse processo de reconstituição dos valores humanos na vida política nacional. Antônio Carlos Bicalho Lana não será esquecido.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Paulo Carvalho.

O Deputado Paulo Carvalho - (- Profere discurso, a ser publicado em edição futura.)

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase de 18 parte da reunião, destinada a comunicações de Lideranças e a pronunciamentos de Lideranças inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Comunicações

A seguir, o Sr. Presidente da ciência ao Plenário do teor das seguintes comunicações, apresentadas nesta reunião: da Comissão de Defesa do Consumidor - aprovação dos Requerimentos nºs 1.430/91, da Deputada Maria Elvira; 1.447/91, do Deputado Simão Pedro Toledo, e 1.568/91, do Deputado Marcos Helênio, na sua 118 Reunião Ordinária; da Comissão de Agropecuária e Política Rural - aprovação dos Requerimentos nºs 1.149, 1.150, 1.151, 1.152 e 1.153/91, do Deputado Emanoel Batista; 1.266/91, da Deputada Maria Elvira; 1.382/91, do Deputado Ajaiomar Silva; 1.396 e 1.566/91, do Deputado Arnaldo Carneiro; 1.451/91, do Deputado Simão Pedro Toledo; 1.467, 1.470, 1.471, 1.472, 1.473, 1.474, 1.475, 1.476, 1.477, 1.478, 1.479, 1.480, 1.481, 1.482, 1.483 e 1.484/91, do Deputado Antônio Vilgiba; e 1.510/91, do Deputado Amador Batista; do Conselho de Fiscalização e Controle - aprovação da Resolução nº 1.485/91.

Convite

"Toda vez que um justo grita,
um carrasco o vem calar.
Quem não presta, fica vivo;
quem é bom, mandam matar."

Cecília Meireles

Os familiares
amigos e companheiros de
ANTONIO CARLOS BICALHO LANA
Ihe prestarão uma
homenagem póstuma
quando do traslado
dos seus restos mortais
de São Paulo para Ouro Preto
Contamos com sua presença
solidária

Até sempre.

PROGRAMAÇÃO

- DIA 11 - 18:00 HS- Missa celebrada
por D. Paulo Evaristo Arns,
Cardeal de São Paulo.
Catedral da Sé, São Paulo-SP
- DIA 12 - 11:00 HS- Chegada dos restos mortais
Aeroporto de Confins
Belo Horizonte/MG
14:30 HS- Sepultamento na Igreja
Nossa Senhoras das Mercedes de Cima
Ouro Preto/MG
- DIA 16 - 19:00 HS- Missa celebrada por
D Luciano Mendes - Arcebispo de
Mariana.
Igreja Nossa Senhora da Conceição
Ouro Preto/MG (Matriz Antônio Dias)

12 - 08 - 91

TONT. MURCIA 2017

Parentes de militantes recebem restos mortais

SÃO PAULO — Em urnas cobertas pela bandeira do Brasil e flores, os restos mortais Sônia Maria Moraes Angel Jones, Antônio Carlos Bicalho Lana e Dênis Casemiro foram entregues simbolicamente aos seus parentes durante missa especial na Catedral da Sé, celebrada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no final da tarde de ontem. Militantes de organizações de esquerda, os três foram enterrados clandestinamente com nomes falsos ou como indigentes no Cemitério Dom Bosco, em Perus, periferia da Zona Leste da capital, no início dos anos 70. Suas ossadas foram identificadas recentemente por peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em investigação encomendada pela prefeita de São Paulo, Luíza Erundina.

tir a devolução desses três heróis aos seus familiares". Ainda existem mais de 100 ossadas não identificadas e que as organizações estaduais de defesa dos direitos humanos presumem que sejam de militantes desaparecidos durante o regime militar. "Me ajudem a encontrar os outros", pedia prefeita a todos aqueles que a cumprimentavam ao final da missa.

O corpo de Sônia Maria será transladado na manhã de hoje para o Rio de Janeiro, saindo do aeroporto de Congonhas, na Zona Sul da capital. Está previsto, em seguida, um ato litúrgico na Assembleia Legislativa. Os restos de Antônio Carlos Bicalho Lana serão levados para Votuporanga, no interior de São Paulo, e o de Dênis Casemiro para Ouro preto, Minas Gerais. Em todos os locais estão previstos atos litúrgicos em locais públicos.

Ontem, a prefeita considerou encerrada uma etapa do seu trabalho ao "permi-

Jornal do Brasil - 12/8/91

São Paulo — Ariovaldo dos Santos



Erundina, junto ao microfone, solidarizou-se com parentes

TONT. MURCIA 2

Ossada de um preso político retorna a BH

Os restos mortais do mineiro Antônio Carlos Bicalho Lana chegam a Beagá na segunda-feira e serão enterrados em Ouro Preto. Antônio Bicalho foi preso e morto em 1973 por órgãos de repressão. Era militante de esquerda e sua ossada foi encontrada no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. (Página 12).

Hoje em BH
10.12/8/91

Ex-militante será sepultado em Minas

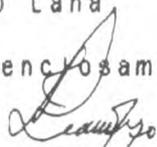
Os restos mortais do ex-militante político Antônio Carlos Bicalho Lana chegam segunda-feira a Belo Horizonte, de onde serão levados a Ouro Preto, onde nasceu, para serem enterrados, depois de 18 anos de sua morte. Há um ano, os restos de Lana foram descobertos no cemitério clandestino de Perus, em São Paulo. (Página 22)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Caro(a) Amigo(a)

Com meus cordiais cumprimentos, envio-lhe abaixo transcrição de minha comunicação a respeito da descoberta dos restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana.

Atenciosamente,



DEPUTADO JOSÉ LEANDRO FILHO
VICE-LÍDER DO GOVERNO

COMUNICAÇÃO

Exmo. Sr.

Dr. Romeu Queiroz

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

O Deputado que esta subscreve comunica à Casa que, em clima de grande comoção pública, foram trasladados para Ouro Preto e sepultados, ontem, dia 12, no Cemitério das Mercês de Cima, os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana morto em 1973, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Estes restos mortais desse conterrâneo, muito jovem à época, apenas idealista, se encontravam numa vala clandestina do Cemitério de Perus na capital paulista.

Neste momento, que esta oportunidade me oferece, quero realçar o caráter de heroína de sua prezadíssima mãe, Sra. Adalgisa Lana, mulher vigorosa e de grandes princípios morais, que tem sabido enfrentar com altivez e resignação, fatos tão estúpidos como este.

Na oportunidade, requeiro que se dê ciência desta comunicação à D. Adalgisa Lana, residente à Rua dos Inconfidentes, 229, Ouro Preto.

Sala de Reuniões, 13 de agosto de 1991

ATO. 15.4, P. 119/180

Ms. 117

ML



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO

GABINETE DO PRESIDENTE

13 de agosto de 1991.

Ofício nº 259/91.

Prezados Senhores,

A Câmara Municipal não poderia ficar alheia ao momento histórico vivido por nossa cidade no último dia 12, quando aqui chegaram os ossos de Antônio Carlos Bicalho Lana.

Naquele mesmo dia, o assunto foi abordado em nossa 21ª reunião ordinária. Destacou-se a importância da luta travada por Antônio Carlos, por seus companheiros e por todos aqueles que tentaram fazer com que este País fosse mais justo e humano, ainda que entregando a sua própria vida para tal.

Na ocasião, o Vereador Flávio Andrade solicitou que "mesmo com 18 anos de atraso", Ouro Preto, através de seus representantes nesta Casa, homenageassem Antônio Carlos observando um minuto de silêncio em sua memória.

Cordialmente,


Jorge das Graças Esteves dos Santos
Presidente.

À
Família do jovem
Antônio Carlos Bicalho Lana
OURO PRETO.-

Ex-militante é sepultado em Ouro Preto

Emoção marca a última homenagem

a Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973

Foram sepultados ontem à tarde, em Ouro Preto, os restos mortais do único mineiro identificado até hoje dos 52 desaparecidos durante o regime militar. O ex-militante da Ação Libertadora Nacional-ALN, Antônio Carlos Bicalho Lana pôde finalmente receber o adeus de seus familiares e amigos, dezotoito anos após ter sido morto por agentes do DOI/CODI paulista. Preso em 30 de novembro de 1973 em companhia de sua namorada, Sônia Maria Lopes Moraes, os dois foram mortos durante o governo Medici. A versão oficial foi de que teriam morrido em consequência de um tiroteio em Santo Amaro. Companheiros de ambos, porém, atestam que tal tiroteio nunca existiu.

Para a mãe, Adalgisa Gomes Lana, 70 anos, poder orar finalmente junto ao filho — que partiu aos 16 anos dizendo que “só deixaria a luta morta ou com um Brasil melhor” — a luta ainda não acabou. Ela pretende, junto com o pai de Sônia, o coronel João Luiz Moraes, “fazer o possível para responsabilizar alguém pelas mortes de nossos filhos para que sirva de exemplo e acabe com a impunidade”. Segundo Adalgisa Lana, ela não precisa esclarecer as circunstâncias da morte de Antônio Carlos — “sabemos

que as autoridades da época são responsáveis e até temos alguns nomes, já que o pai de Sônia é militar”. Ela quer, no entanto, “garantir que não aconteça com outras mães o sofrimento que eu e muitas outras vivemos. Eles precisam temer, para não fazerem de novo”, enfatiza Adalgisa Lana.

Para as mães dos 144 brasileiros ainda desaparecidos durante os anos de repressão — de 1964 até 1979, segundo dados do Movimento Tortura Nunca Mais — a mensagem da mãe do militante da ALN sepultado ontem em Ouro Preto é de esperança: “que elas tenham fé que poderão um dia também encontrar e sepultar os corpos de seus filhos e possam também sentir-se pouco mais aliviadas, como eu”. Adalgisa Lana confessou, sufocando as emoções à beira do jazigo da família, no Cemitério Nossa Senhora das Mercês de Cima, não ter tido nunca um momento de paz desde que Antônio Carlos deixou Ouro Preto para estudar Filosofia em Belo Horizonte. Notícias do filho ela só tinha altas horas da madrugada, pelo telefone.



— Antônio morreu há 18 anos

O ESTADO DE MINAS

13/8/92



Fotos/Pedro Graeff

Muita gente acompanhou a urna pelas ruas de Ouro Preto até a Igreja das Mercês

Irmão adverte os democratas

Cinco anos mais novo que o irmão Antônio Carlos, Júlio César Bicalho Lana recorda-se dele como um "idealista". Para ele, enterrar finalmente o irmão após quase duas décadas, é uma forma de "denunciar aqueles que quiseram esconder seus atos de violência durante a ditadura". Ele também fala como a mãe em deixar, através da homenagem prestada ontem ao irmão, um "exemplo para que a democracia não seja apenas uma palavra e não seja mais ameaçada". Júlio é um dos poucos irmãos de Antônio Carlos Bicalho Lana que ainda mora em Ouro Preto, dando continuidade ao comércio do

pai. A casa onde viveu o ex-militante da ALN próxima à Praça Tiradentes, na rua Direita, é hoje um dos dois supermercados que a família mantém na cidade.

O passado libertário de Ouro Preto também esteve presente nos discursos dos amigos de Antônio Carlos durante a homenagem que lhe foi prestada ontem. A amiga Iara Xavier, do movimento das famílias dos desaparecidos políticos falou em nome de todos os companheiros de Antônio Carlos, "no sonho inspirado na cidade onde outros ousaram sonhar com um Brasil mais justo". Para ela o amigo dos "anos

sombrios" foi um dos muitos jovens destemidos de uma geração que não vacilou em dar a vida para conquistar a liberdade, "ainda que para eles fosse também tarde".

Durante a celebração da bênção dos restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana na Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima, não faltaram discursos enaltecendo a ação dos "heróis da resistência contra a repressão e a ditadura". Entre os que renderam homenagem ao ex-militante da Ação Libertadora Nacional, estava também um antigo funcionário dos armazéns da família Lana.

Dom Luciano: "Uma lembrança amarga"

Evandro Santiago

"O episódio das torturas é uma lembrança amarga e o mais importante agora é que a sociedade se conscientize e tire de tudo que ocorreu uma lição de vida, para não haver repetição". A advertência foi feita ontem pela manhã, no aeroporto de Confins, pelo presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, dom Luciano Mendes de Almeida, que, junto com um grande número de pessoas, aguardava a chegada dos restos mortais do ex-militante e preso político Antônio Carlos Lana.

O clima era de expectativa e muitas faixas e cartazes foram levados para o local. Uma grande faixa preta ficou pendurada no segundo andar do aeroporto, com os nomes dos 52 militantes políticos mineiros desaparecidos no período de 1964 a 1979. Foi feita uma "chamada", lendo os nomes que ali estavam, como forma de homenagem.

Às 11h30m desembarcaram os parentes de Antônio Carlos. A mãe, Adalgisa Lana, estava acompanhada dos filhos Elídio e Eliane. Enquanto aguardavam a entre-

ga da urna com a ossada do preso político, receberam a manifestação de apoio de todos os presentes. Dom Luciano conversou com a mãe de Antônio Carlos. Ele celebrará uma missa na próxima sexta-feira, às 19h, na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto. Será uma homenagem ao militante nascido naquela cidade.

Urna

A urna com a ossada de Antônio Carlos, quinto de uma família de 13 filhos chegou ao saguão do aeroporto às 11h30m, coberta com a bandeira do Brasil e flores. O hino nacional foi cantado e depois houve uma sucessão de aplausos. Elídio Lana, irmão mais velho, lembrou que ele era um rapaz idealista. Segundo ele, é inconcebível a idéia de ser torturado e morto um jovem como seu irmão. "Só quem passou por isto pode saber a dor que nós sentimos", afirmou.

Elídio disse, que o irmão iniciou a militância política como líder do movimento sencudalista de Ouro Preto; em 1967, aos 17 anos. Depois foi para Mariana, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e



A urna chegou ao Aeroporto de Confins carregada por amigos do ex-militante político

São Paulo, passando a integrar o grupo de guerrilha Ação Libertadora Nacional (ALN). Ele passou a viver na clandestinidade e nunca mais se reencontrou com os familiares. "Sempre sabíamos da morte de um militante e ficávamos aguardando a vez dele. Mas aí ele telefona-

va. Só que a angústia nunca mais nos abandonou. Em 1985, ex-companheiros deles nos informaram de sua morte e que o corpo estaria enterrado numa vala no cemitério de Perus (SP)", acrescentou.

A ossada de Antônio Carlos foi encontrada no final do

ano passado, enterrada junto com a namorada, Sônia Maria Lopes Moraes, em Perus. Há um mês saiu o laudo oficial confirmando a identidade do militante e sua companheira. Os restos mortais dela foram levados para o Rio de Janeiro, onde sua família reside.

ATD. 15.11, P. 1202/180

15.120
AM

O GLOBO 13/8/91

Em Minas, sepultado outro 'desaparecido'

OURO PRETO, MG — O Hino Nacional, cantado por um grupo de cem pessoas no Cemitério da Igreja das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto, e os gritos de "Viva a liberdade" marcaram o sepultamento, ontem, às 15h30m, dos restos mortais do militante político Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973 pelos agentes do DOI-Codi, em São Paulo. A ossada de Lana foi uma das três identificadas pelos legistas da Universidade de Campinas, entre as 1.049 encontradas em uma vala clandestina do Cemitério de Perus, em São Paulo.

Os restos mortais chegaram de S. Paulo pela manhã no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de onde seguiram para Ouro Preto, onde foram sepultados. Foram trazidos por familiares de Lana, e no aeroporto estavam o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, além de diversos políticos mineiros. Dom Luciano celebrará, no próximo dia 16, uma missa pela alma de Bicalho Lana na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na Paróquia de Antônio Dias.

Como representante da Prefeita de S. Paulo, Luiza Erundina, e da Comissão das Famílias de Mortos em Ações Políticas na cerimônia, a líder sindical paulista Maria Amélia Silveira pediu que sejam resgatados os restos de mais 144 opositores do regime militar, cujo paradeiro é até hoje desconhecido.

Ossadas de paulistas já foram enterradas

SÃO PAULO — Os restos mortais de Denis Casemiro, trabalhador rural que integrava a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desaparecido em 1971, foram levados para a cidade de Votuporanga e a ossada de Antônio Carlos Lana, morto em 1973, foi enterrada em Ouro Preto (MG). Ambos foram identificados pela equipe legista da Unicamp, que analisou 268 ossadas. A Prefeita Luiza Erundina, que determinara a investigação dos ossos encontrados em Perus, entregou oficialmente os restos mortais aos seus familiares, no domingo, em ato realizado na Catedral da Sé.

HOJE

BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 13/8/1991

EM DIA



Os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana, militante morto em 1973, chegam em Confins

Entidade quer apuração sobre desaparecidos

Ao som do Hino Nacional, os restos mortais do preso político Antônio Carlos Bicalho Lana, morto pela repressão em 1973, desembarcaram ontem no Aeroporto de Confins. Entidades pedem que famílias tenham acesso aos arquivos para encontrar parentes desaparecidos. À tarde, os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana foram enterrados no cemitério de Ouro Preto. (Página 14)

ATO. 15.4. P124/100

15.122
PMS

Família de 'Cauzinho' quer apuração pela Justiça

Durante o enterro populares dão vivas à liberdade

OURO PRETO — O Hino Nacional, cantado por um grupo de cem pessoas reunidas no cemitério da Igreja das Mercês e Misericórdia desta cidade, e gritos de viva a liberdade marcaram o sepultamento, ontem, às 15h30, dos restos do militante político Antônio Carlos Bicalho Lana, o "Cauzinho", morto em 1973 pelo DOI-Codi, em São Paulo. A ossada de Lana foi uma das três identificadas pelos legistas da Universidade de Campinas entre as 1.049 encontradas numa vala clandestina do Cemitério de Perus, na Zona Oeste da capital paulista.

Como representante da comissão das famílias de mortos em ações políticas e da Prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, a líder sindical paulista Maria Amelia Silveira, permaneceu durante toda a cerimônia de mãos dadas com a mãe de Antônio Carlos Lana, dona Adalgiza, e com a irmã dele, Eliana. Dona Adalgiza, muito emocionada, disse que deseja que tudo

seja apurado pela Justiça para que novas barbaridades, como as ocorridas no período da ditadura militar, não voltem a ocorrer.

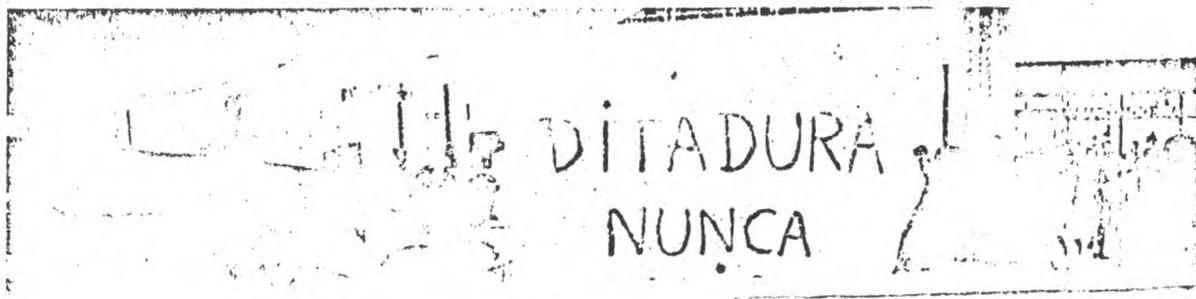
O cônego José Pedro Mendes Barros — que foi professor e amigo do militante político quando este era estudante e morador de Ouro Preto — deu a bênção à urna fúnebre e rezou pedindo por todos aqueles que morreram em guerras, insurreições e revoltas populares, durante uma breve cerimônia realizada no interior da Igreja das Mercês. Uma coroa de flores, colocada à esquerda do altar-mor, era oferecida pela Prefeitura de Ouro Preto, como homenagem ao militante político. Nenhuma autoridade oficial da cidade compareceu à cerimônia.

Está marcada para a próxima sexta-feira a missa que o arcebispo de Mariana e presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, celebrará pela alma de Antônio Carlos Bicalho Lana, às 19 horas, na igreja-matriz de Nossa Senhora da Conceição da paróquia de Antônio Dias.

Entidades presentes em Confins

Os restos mortais do preso político Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973 nas dependências de Doi/Codi paulista, chegaram ontem, às 11h30, no Aeroporto de Confins. A pequena urna coberta com a

Adalgiza comentou que apesar de não aceitar o seu assassinato, ficaria mais tranqüila em saber que seu corpo estava enterrado perto dela. Os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana foram sepultados ontem.



FOTOS GUALTERANA

410.15.4, P125/NO P15.123
P.F.

pequena urna coberta com a bandeira brasileira foi trazida pela mãe de Antônio Carlos, Adalgisa Lana, e seus irmãos Flidió e Eliane. Vários representantes de movimentos políticos, como o Tortura Nunca Mais e Anistia Para Todos, políticos e religiosos compareceram ao aeroporto para receber a ossada do primeiro preso político de Minas encontrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP).

Quando a urna entrou no aeroporto, carregada por Elidio e Maria Amélia Teles — uma das coordenadoras do trabalho de identificação das ossadas encontradas em Perus —, os manifestantes cantaram o Hino Nacional Brasileiro. Um enorme pano preto com os nomes dos 52 presos políticos desaparecidos de Minas e cartazes com dizeres como "Ditadura Nunca Mais" fizeram parte da manifestação.

Yara Xavier Pereira, que participou junto com Antônio Carlos Bicalho Lana da Ação Libertadora Nacional (ALN) e teve o marido e dois irmãos assassinados durante a ditadura militar, disse que essas pessoas morreram durante a luta que empreenderam para que o Brasil fosse mais humano e justo. Ela informou que a mobilização agora é para que o governo abra os arquivos de todos os órgãos de repressão para que as famílias possam encontrar seus parentes desaparecidos.

Carregando um vaso de flores, Adalgisa Lana disse que durante esses 18 anos em que o filho ficou desaparecido ela viveu momentos angustiantes. Dizendo-se orgulhosa do filho,

Lana foram sepultados ontem, às 14h30, na Igreja Nossa Senhora das Mercês de Cima, em Ouro Preto.

D. Luciano fala de marcas profundas

"Esperamos que esse fantasma da ditadura tenha desaparecido para sempre", disse o arcebispo de Mariana e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, que também estava no Aeroporto de Confins. Ele comentou que "essa foi uma época que deixou marcas profundas no coração do Brasil". Dom Luciano acha que o governo deve abrir os arquivos dos órgãos de repressão para que as famílias que têm parentes desaparecidos tenham acesso a eles.

Na opinião da funcionária pública aposentada Ângela Pezzuti, que teve uma irmã e dois sobrinhos torturados nos porões da ditadura, os responsáveis por esse massacre deveriam ser punidos. Ela diz que a anistia só protegeu os assassinos, já que muitas pessoas perseguidas durante a ditadura não recuperaram seus antigos postos.

O deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG) diz que a anistia foi um perdão para os crimes, mas não significa que os fatos devem ser esquecidos. Ele fala que o governo precisa abrir os arquivos dos DOI-Codi, institutos médicos-legais e cemitérios para que as famílias possam localizar seus parentes desaparecidos. "Essa história tem que ser esclarecida para que não se repita mais", salientou.



Um painel gigante no Aeroporto de Confins mostra a lista de mineiros mortos pela ditadura militar no período de 1964 a 1979, entre eles Antônio Carlos Bicalho Lana, o 'Cauzinho' (no detalhe). Ainda no aeroporto, o encontro de dona Adalgisa, mãe do militante assassinado pelo DOI-Codi, e o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida. A bandeira nacional foi colocada sobre a urna funerária.

ATO. 15.4.1979/15.124
A.15

Militância iniciou em 1960

Antônio Carlos Bicalho Lana nasceu em 1949, em Ouro Preto. Ele começou a militância política na escola secundarista, na década de 60. Ainda na adolescência ele se filiou à Corrente Revolucionária de Minas Gerais — uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1967 e 68, Antônio Carlos participou de um grupo de jovens militantes em Ouro Preto, composto por estudantes secundaristas, universitários e operários da fábrica Sarameinha. O governo militar perseguia implacavelmente todos os partidos e movimentos de oposição e por isso os militantes tinham que mudar de nome e de cidade.

Antônio Carlos usou os nomes de Cristiano, Cal e Mateus e mudou-se para Belo Horizonte, onde permaneceu clandestino. Aqui ele teve sua iniciação

nas atividades guerrilheiras. Ele considerava esse método válido e necessário para combater a repressão. Depois de algum tempo, Antônio Carlos mudou-se para o Rio de Janeiro e a seguir para São Paulo, onde a resistência armada estava mais organizada.

Mesmo tendo a oportunidade de sair do Brasil, Antônio Carlos preferiu ficar aqui para continuar lutando. O DOI-Codi, que já andava no seu encalço há muito tempo, acabou colocando a mão sobre ele e Sônia Maria — sua namorada e companheira de militância — no dia 30 de novembro. Torturados e mortos, eles desapareceram nos porões sombrios da ditadura, só sendo encontrados 18 anos depois em valas comuns do Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP).



ATO. 15.4.1977/180

15.12
PMP

fls. 128
110

Fundador: D. J. Rendeiro de Noronha

ATO. 15.4. P. 128/180

ANO IV — Nº 62 — Circulação Gratuita em OURO PRETO — MARIANA — ITABIRITO

Liberdade, Justiça!

O cabalístico dia 13 de agosto, considerado por Adolfo Lana quando vivo, seus dia de sorte, foi a data escolhida por determinismo para que a cidade que a adotou como sua e que viu nascer os seus trezes filhos recebesse os restos mortais do jovem ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, um dos martirizados como milhares de outros jovens pelo esquema autoritário e arbitrário que comandou este país por mais de duas décadas e meia.

A neblina característica desta cidade dos INCONFIDENTES e inconformados com as indignidades praticadas contra os mais humildes, foi aos pouco cedendo espaço para um sol rutilante e feérico que ao fim da tarde aqueceu e iluminou a urna que abrigava os despojos de CAOZINHO.

Era quase ou talvez com certeza uma resposta de que dali, daquele quadrilátero de madeira e ferro estivesse expargindo a luminosidade de um sonho de LIBERDADE e JUSTIÇA que não pereceu, com a iníqua morte do seu jovem defensor.



Em torno da urna funenária, familiares, amigos, conhecidos e companheiros de embate cívico confraternizavam numa festa de RESSURREIÇÃO de Ideals muito menos que se penalizavam com um Infortúnio produzido pelo desmando de homens cectários e odientos.

Enfim, apesar de tudo e com tudo, ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA era novamente envolvido pela brisa suave das montanhas que silentes, continuamente, sopram ao mundo os ventos da LIBERDADE, DO AMOR, DA JUSTIÇA!

“Onde o temor de Deus está guardando a casa, o inimigo não encontra porta para entrar”.

(Francisco de Assis)

1.ª Quinzena de Agosto de 1991



Antônio Carlos Bicalho Lana, a criança que sobejando livros e caderno, escalava a subida do Gambá sonhando com o fim das misérias e das injustiças praticadas contra seu povo.



Os restos mortais do ex-militante político Antônio Carlos Bicalho Lana, o "Cauzinho", morto em 1973 nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, foram sepultados ontem em Ouro Preto, sua terra natal, ao som do Hino Nacional e aos gritos de "Viva a Liberdade". A ossada de Lana foi uma das três identificadas pelos legistas da Universidade de Campinas, entre as 1.049 encontradas numa vala clandestina do Cemitério de Perus, na capital paulista. (Página 26)

ATO. 15.4, P.129/180

Pls. 127

1ª Quinzena
Jornal "O Liberal" Agosto 91

Antônio Carlos Bicalho Lana: PATRIMÔNIO DO POVO

Ariosvaldo Figueiredo

Chegaram recentemente a Ouro Preto, para receberem sepultamento adequado, os restos mortais de um dos melhores filhos da terra: Antônio Carlos Bicalho Lana, assassinado pelo regime militar.

Cauzinho, como era conhecido, foi jovem arrebatado pelo desejo de ver uma sociedade justa e igualitária em nosso País. Lutava por profundas reformas sociais, até hoje por fazer.

O esquecimento oficial e os oportunistas

Os historiadores tradicionais de Ouro Preto não o mencionam. Afinal, bajulando a Corte, como destacar alguém que dizia estar o Rei nu?

Colocam-no como execução a ser esquecida. Logo ele, cujo projeto político era, sem dúvida, mais adequado para o nosso povo do que os projetos atualmente implementados.

Gente que hoje se apresenta como liberal ou social-democrata, já tendo governado a terra que o viu nascer, colaborou com os seus algozes.

Na verdade, quando se ouve falar que o povo não tem memória, é melhor dizer que o povo não tem é historiadores.

A perenidade do seu projeto

Tentaram arrancar pela raiz sua memória, de modo a que seu exemplo e sua generosidade não frutificassem. Como não lograram corrompê-lo, o mataram. Nem isso conseguiram. Os ideais de Cauzinho são da própria essência humana e outros empunham hoje sua bandeira.

Reconstituindo o passado

Os tempos mudaram e a Prefeitura Popular de São Paulo o encontrou, com outros companheiros, no Cemitério de Perus, construído por Paulo Maluf para que a Ditadura pudesse ocultar seus crimes.

Patrimônio do povo

Seu testemunho foi tão forte que pode-se dizer: Cauzinho hoje não pertence mais apenas à sua família, transcende a ela, é patrimônio de todo o povo.

Carta aos tempos

Senhores Deputados;

O Deputado que esta subscrive comunica a casa que em clima de grande comoção e consternação pública foram trasladados para Ouro Preto e sepultados hoje dia 13, no cemitério das Mercês de Cima, os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973 nas dependências do DEI-COVID em São Paulo. Estes restos mortais desse conterrâneo, morto jovem à época, apenas idealista, se encontraram numa vala clandestina do Cemitério de Perus na capital paulista. Nesse momento, que esta oportunidade me oferece, quero realçar o caráter de heroína de sua prezadíssima mãe, senhora Adalgiza Lana, mulher vigorosa e de grandes princípios morais, que tem sabido enfrentar com altivez e resignação, fatos tão estúpidos como esse.

Na oportunidade, requeiro que sejam transmitidos aos interessados e inclusos nos anais desta casa, os termos do presente requerimento.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aos 13 de agosto de 1991.

a) **JOSÉ LEANDRO FILHO**

Deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais representante da Região dos Inconfidentes

Quem é você
Qual o seu nome?
Quem é você
Qual é seu sonho?
Noite de amores
Noite de horrores
Voltam as flores
Do lado de lá!
Vida vivida
Vida partida
Volta seu corpo
À terra de heróis!
(Nilo Sérgio)



Adalgiza, a mãe que no semblante estampa mais que a dor da perda de um ente querido, a certeza da firmeza e da grandeza de ideais do filho, gerado com amor



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Deputado TILDEN SANTIAGO (PT-MG)
pronuncia o seguinte discurso

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1991

Senhor Presidente
Sras e Srs. Deputados

*Para
Dono Abel Gomes
de mais poder
com muito carinho
Tilden*

Em fins de 1983 e nos primeiros meses de 1984 as forças populares e democráticas se mobilizaram de maneira expressiva propondo uma transição real da Ditadura para a Democracia - muito diferente da "transição lenta, gradual e segura" (para eles) - propugnada pelo General Golbery do Couto e Silva, estrategista do Regime Militar - proposta que acabou vingando.

O Governo Sarney garantiu o caráter de "lentidão e / gradualidade" da transição, enquanto Fernando Collor de Mello vem personificando a "transição segura". Isto é, com sua eleição ficou garantida a transição, ou transação, do poder para as mãos daqueles que / sempre o detiveram. Estranha transição - a que se dá dos donos do poder para os próprios donos do poder.

O Movimento das Diretas-já - síntese da luta da sociedade civil contra o arbítrio e a prepotência - propunha uma real transição, uma autêntica passagem da Ditadura para uma sincera busca da / Democracia. A transição das Diretas-já nada tinha a ver com a transição proposta por Golbery. Enquanto a do General germinou nos conchavos das elites - da alta cúpula política, militar e empresarial do país - a transição popular e democrática ocupou as praças públicas.

O Movimento das Diretas-já foi certamente a maior mo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2-

vimentação popular do povo brasileiro em toda a nossa história. Maior quantitativa e qualitativamente - levando para a rua amplas camadas sociais: os trabalhadores da produção, as diferentes categorias profissionais, o movimento sindical, as lideranças comunitárias, os setores médios e intelectuais proletarizados pela Ditadura: *mulheres, homens*

velhos, adultos, jovens e crianças

No bojo deste movimento das Diretas-já estava bem firme, entre outras, a proposta de se fazer justiça: julgando diante de tribunais não militares, mas civis, aqueles que roubaram, torturaram / ou mataram quando o autoritarismo dominou a Nação.

Infelizmente no dia 25 de abril de 1984, aqui neste plenário, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a Câmara dos Deputados silenciou o sentimento de justiça das multidões mobilizadas pelo Movimento das Diretas.

Se hoje navegamos nas águas da Democracia é bom lembrar a relatividade de nossas conquistas e não nos esquecermos de crimes anteriores que, não só ficaram impunes, mas que tentaram esconder.

Amanhã, em Ouro Preto, Minas Gerais, Dom Luciano Mendes de Almeida - Arcebispo de Mariana e Presidente da CNBB - celebrará uma liturgia fúnebre diante da ossada de Antônio Carlos Bicalho Lana / - jovem secundarista assassinado em fins de 1973 - cujo corpo, procurado na época pela família e pelos amigos, não foi encontrado porque / estava sepultado clandestinamente no Cemitério de Perus.

Como Lana, outros jovens foram torturados e sacrificados. Entre tantos, faço questão de lembrar Alexandre Vannuchi, cujo assassinato no dia 17 de março de 1973 - pouco antes de Lana - testemunhei em tempos difíceis vividos no cárcere com outros companheiros, entre eles meu atual líder neste parlamento, José Genoíno.

A Democracia que hoje vivemos é árvore nascida de uma terra embebida no suor das massas trabalhadoras exploradas mais inten-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3-

samente pelo regime autoritário e no sangue de democratas e jovens sonhadores e revolucionários como Lana e Alexandre.

Tilden Santiago

Dep. TILDEN SANTIAGO PT-MG



MISSA

A família de **Antônio Carlos Bicalho Lana**, sensibilizada agradece as manifestações de pesar recebidas por ocasião do seu sepultamento. Convida os parentes e amigos para a missa que será celebrada em sua intenção, por D. Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, dia 16-08-91, às 19:00 horas, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias.

Ouro Preto, 16 de Agosto de 1991

Funerária Monteiro - Fone 551-1804
Rua Bernardo Guimarães, 25 (Bairro do Rosário - Ouro Preto)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. 2.996/91/SGM Belo Horizonte, 20 de agosto de 1991.

Ilustríssima Senhora:

Cumpre-me informar a V. Sa. que, em reunião realizada no último dia 14, o Deputado José Leandro comunicou à Casa que os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana foram transladados do Cemitério de Perus, São Paulo, para o Cemitério das Mercês de Cima, no Município de Ouro Preto.

Na oportunidade o Parlamentar ressaltou o grande espírito de resignação, coragem e altivez com que V. Sa. tem enfrentado o desenrolar do fatídico acontecimento que vitimou Antônio Carlos.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Sa. meus protestos de apreço e consideração.

Deputado Agostinho Patrus
1º-Secretário

Ilma. Sra.
Adalgisa Lana
OURO PRETO- MG

mrlm/lao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Deputado TILDEN SANTIAGO (PT-MG)
pronuncia o seguinte discurso
Sala das Sessões, 21 de agosto de 1991.

Senhor Presidente
Sras. e Srs. Deputados

A opinião pública brasileira acompanhou nos últimos meses o trabalho extraordinário da UNICAMP identificando corpos que foram sepultados clandestinamente no Cemitério de Perus em São Paulo durante o regime autoritário. Centenas de corpos de homens e mulheres sacrificados na tortura ainda não foram identificados.

Nas últimas semanas três prisioneiros políticos tiveram suas ossadas identificadas: Antônio Carlos Bicalho Lana, Denis Casemiro e Sônia Maria de Moraes.

Na sexta-feira passada, 16 de agosto, Ouro Preto recebeu os restos mortais de Antônio Carlos Lana. Ouro Preto era junto com Oxford e Sierra as cidades mais estimadas pelo Dr. Alceu Amoroso Lima, justamente por serem cidades universitárias com alta concentração de estudantes. Lana era um estudante secundarista, oriundo de Ouro Preto, da vetusta Vila Rica de Tiradentes e dos inconfidentes sonhadores.

Na noite de sexta-feira, o arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, celebrou uma liturgia fúnebre na histórica Matriz da Conceição de Antônio Dias - diante de seus restos mortais, presentes sua mãe, familiares, companheiros e inúmeros ouropretanos.

Fique registrado neste plenário o que se passou em Ouro Preto na noite de 16 de agosto, sexta-feira passada - gesto que trouxe reconforto para os ouro-pretanos com um sabor de justiça ainda que tardia.

Peço também, Sr. Presidente, que se inscrevam nos anais / da Câmara dos Deputados além destas minhas palavras, os sentimentos do professor João Luiz de Moraes - pai de Sônia Maria - sentimentos / expressos em discursos por ele pronunciados na semana passada em São Paulo, no Rio e em Ouro Preto.

Discurso Deputado Tilden Santiago (PT-MG) 21/08/91



Finalmente queria registrar a disposição do Ministro do Exército, manifestada hoje diante da Comissão de Defesa Nacional - quando interpelado pelo nobre Deputado, companheiro José Dirceu - de discutir a colaboração das nossas Forças Armadas para que outros corpos sejam identificados e sepultados por seus familiares seguindo as tradições religiosas de nosso povo.

DEPUTADO TILDEN SANTIAGO PT-MG

Discurso Deputado Tilden Santiago (PT-MG) 21/08/91

(2)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício 356/91

Em 28/08/91

Do Diretor do Museu da Inconfidência

Endereço Pça. Tiradentes, 139

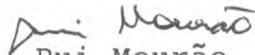
Ao Sra. Adalgisa Lana

Assunto Antonio Carlos Bicalho Lana

Prezada Senhora:

Nesse momento tão delicado, vimos transmitir a V.Sa. a nossa solidariedade e o nosso apoio.

E aproveitamos a oportunidade para enviar os nossos protestos de elevada estima e consideração.


Rui Mourão
Diretor

EDITORIAL

Descanse por Caozinho

Finalmente os restos mortais de Antônio Carlos (Caozinho) puderam ser velados em agosto passado. Ele saiu daqui em 68, para se incorporar à luta revolucionária em BH. Caozinho fazia parte da Corrente Revolucionária, organização política armada, que tinha a principal atuação em Minas e contava com vários quadros em Ouro Preto, destacando-se entre eles Hécio P. Fortes. Ambos foram vítimas fatais da tortura da Ditadura Militar Brasileira, marcada perante o mundo como um dos mais hediondos regimes políticos, tendo institucionalizados a tortura contra toda a oposição. Não houve no período um prisioneiro político do mais moderado ao mais radical que não tivesse sido torturado, alguns com o requinte da barbaridade até a morte.

D. Helder chegou a declarar que não havia uma família na cidade do Rio de Janeiro que não tivesse um parente atingido pela prisão e tortura. Esta declaração foi dada após a prisão em massa em 1970, aproximadamente 10.000 pessoas, em pleno governo Médici, incomparavelmente o mais deformado dos governos militares. Nesse período, o país era dirigido dos porões do Doicodi e DOPS, espécie de governo secreto, e os homens da repressão, do tipo delegado Fleury, estavam acima de qualquer ministro e general.

Caozinho, Hécio e tantos outros combatentes mortos queriam derrubar a Ditadura Militar e instaurar um governo popular progressista. Não queriam nada para si. Estavam imbuídos do ideal de homem público, preocupados com os grandes problemas do país — a desigualdade social, a opressão política e a exploração econômica — que tanto marcam a história do sofrido povo brasileiro. O apelo às armas, um recurso tão justificado pelas oposições da época, era a resposta à violência dos poderosos, tanto a nações imperialistas como à elite brasileira em geral — tradicionalmente insensíveis à miséria dos povos; era também a resposta radical à Ditadura que impedia qualquer oposição ao regime. O último grande apelo às armas era a sedução das experiências históricas revolucionárias que encurtaram o caminho das mudanças sociais em outras épocas e em outros povos.

Foi a grande utopia da nossa juventude. O sonho libertário que tomou conta de uma geração no Brasil e em todo mundo. Uma vaga universal aparentemente inexplicável pelo vulto e amplitude mas que o humanismo sempre fecunda, criando momentos latentes de transformação. Havia uma enorme sede de justiça para os povos da terra e as minorias oprimidas. Profusão de

movimentos sociais, políticos, revolucionários, étnicos, religiosos, culturais, "alternativos" buscando uma fraternidade e uma solidariedade geral.

Vivemos juntos vários meses, compartilhando convicções, temores e sonhos. Depois Caozinho foi para Cuba fazer um treinamento militar e logo em seguida foi preso. Nunca mais nos vimos. O que mais nos impressionava nele era a coragem e o sentimento de justiça. Essas duas virtudes o arrebatariam para a empreitada mais árdua; como sacerdote ou militante radical. O destino não poupou-lhe. Testou-o no limite. Afrontou inteiramente a dignidade do seu ser. Ele resistiu e venceu na morte.

Passados 18 anos de silêncio, com especial determinação do Movimento dos Direitos Humanos, do Movimento "Tortura Nunca Mais", de D. Paulo Evaristo Arns, Luiza Erundina, Prefeita de São Paulo, seus restos mortais foram encontrados numa vala comum do Cemitério de Perus. Sua vida pôde ser recobrada na nossa memória. O símbolo de sua luta foi reconhecido na sua terra. Descance em paz, companheiro! Sua humanidade vive em nós.

(Arnaldo Fortes Drummond)

RUA VIVA

O Livro "RUA VIVA", idealizado pelo Vereador **BETINHO DUARTE**, é o resultado de um projeto de dar nome aos logradouros públicos de Belo Horizonte, iniciado em 31 de março de 1993, por ocasião dos 29 anos do golpe militar.

BETINHO DUARTE, estudante da FACE, militante político nos duros anos da ditadura militar, presidente do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA/CBA-MG, teve, sempre, a preocupação de não deixar que se perdesse no tempo a lembrança e a história de seus companheiros, que lutaram e morreram defendendo seus ideais de amor à liberdade; o sonho de construção de uma pátria justa, digna e democrática — SEM FOME, SEM MISÉRIA, SEM VIOLÊNCIA.

Beagá foi escolhida para este projeto maior por ser uma cidade nova, palco de importantes lutas democráticas do nosso País, de movimentos históricos de projeção nacional, sediando acontecimentos memoráveis das lutas estudantis; muitos destes companheiros homenageados, aqui nasceram, viveram, lutaram e morreram. Resgatar a história dos mortos e desaparecidos mineiros é resgatar a história de Belo Horizonte.

BETINHO DUARTE, Prefeitura de BH, Câmara Municipal e moradores de Belo Horizonte, homenageiam, hoje, todos os que acreditaram numa nova sociedade, num novo Brasil com a certeza de que não se pode apagar o passado, mas que todos nós devemos buscar a construção do futuro, reafirmando a luta pela cidadania, a solidariedade e a justiça social.

É o grito de alerta, o despertar da consciência dos jovens para que a História não se repita — 64 NUNCA MAIS!

RUA VIVA

BH 100 anos

RUA VIVA

Homenagem aos mortos e
desaparecidos políticos mineiros.

ATD, 15.4, R 140/180

Fls. 138

APF

**Rua
Antônio Bicalho
Lana**

Dá o nome de

**Rua ANTÔNIO BICALHO LANA
à antiga Rua Vinte e Dois
Bairro da Lagoa**

Decreto nº 7724 - 22.10.93

Antônio Carlos Bicalho Lana, nasceu em Ouro Preto, no dia 2 de março de 1948, filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana numa família de muitos irmãos: Elídio, Eliana, Adolfo, Ângelo, Ana Maria, Luiz Cláudio, Júlio César, Mariângela e Helena Maria.

Fez o curso primário no Grupo Escolar D. Pedro II e o ginásio na Escola Municipal "Marília de Dirceu", em Ouro Preto, onde começou o científico que não foi concluído.

Ingressou no movimento estudantil na década de 60, participando em Ouro Preto de um grupo de militantes formado por estudantes secundaristas, universitários e operários. Filiado à Corrente Revolucionária de Minas Gerais, transferiu-se para Belo Horizonte onde morou de 1969 a 1970 e, mais tarde, passou a militar na ALN - Ação Libertadora Nacional — do qual foi um dos dirigentes, sempre lutando contra a ditadura militar e por uma sociedade brasileira mais justa e socialista.

ATO. 15.4, P141/180

15.139
MCP

Também conhecido como "Cristiano, Cal e Mateus", Antônio Carlos dedicou-se inteiramente à luta armada, método político que julgava necessário e válido naquela época, devido às condições de repressão política e cerceamento das liberdades democráticas, impostas ao país pelo regime militar vigente.

No início de 1969, diante das prisões, torturas e assassinatos de seus companheiros, Antônio Carlos percebeu a dureza do combate em que se engajara. Firme em suas convicções, deslocou-se para o Rio de Janeiro e São Paulo, através da ALN, cumprindo na clandestinidade várias tarefas importantes dentro da organização e em vários pontos do país.

Segundo depoimento de antigos companheiros, a sua coragem e o destemor diante da morte, filiados à generosidade e afetividade, fazia com que ele encorajasse os companheiros diante dos perigos e, mesmo nos momentos mais difíceis, ousava sonhar com uma sociedade socialista.

Nesse período foi casado com Moema San Tiago, com quem viveu clandestinamente.

Jurado de morte pelos órgãos da repressão policial-militar, recusava a idéia de exilar-se do Brasil, convicto da importância política de manter a resistência armada contra o regime militar.

No dia 30 de novembro de 1973, foi preso pelo DOI/CODI-SP quando viajava de Santos para São Paulo, com sua companheira e também militante da ALN, Sônia Maria Moraes Angel. Conforme depoimento de Marival Dias Chaves do Canto, ex-sargento do exército, à revista Veja de 18/11/92, Antônio Carlos e Sônia foram levados a um centro clandestino de tortura e assassinato, localizado num sítio na zona sul de São Paulo, onde foram torturados barbaramente e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Depois, seus corpos foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, em São Paulo, onde foi encenada a farsa de um tiroteio para simular a morte deles.

Segundo nota oficial do 2º Exército, a morte do militante ocorreu, devido a um tiroteio em confronto com as forças de segurança na Av.

ATO. 15.4, P 142/180
P. 140

de Pinello, no bairro de Santo Amaro, capital de São Paulo.

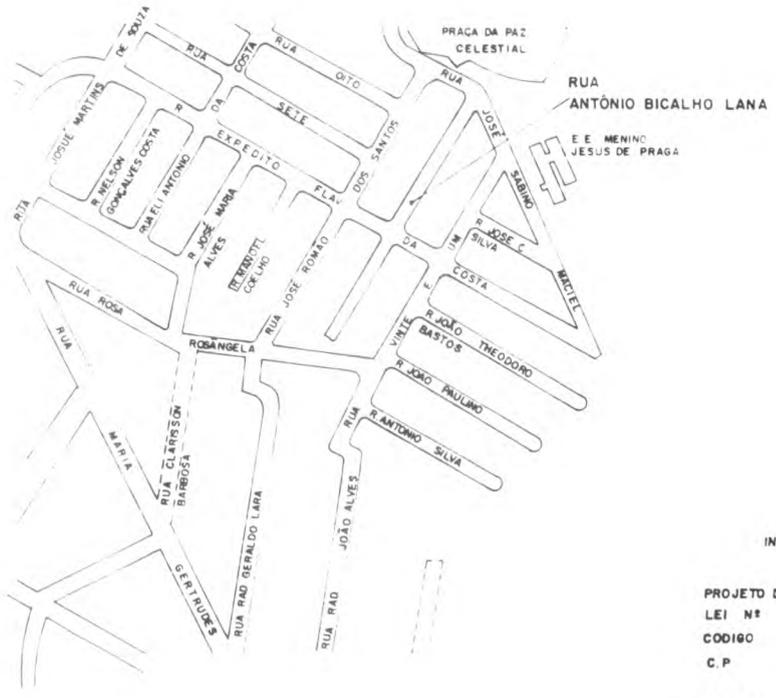
Enterrado clandestinamente pela repressão, Antônio Carlos foi considerado desaparecido até que em 1991, foram descobertas várias ossadas no Cemitério Dom Bosco, de Perus, em São Paulo. Entre as ossadas, analisadas cientificamente por técnicos da UNICAMP — Universidade de Campinas — foram identificadas as de vários opositores ao regime militar implantado no Brasil a partir de 1964 e, dados até então, como “desaparecidos”.

Os restos mortais de Antônio Carlos Bicalho Lana, mineiro de Ouro Preto que sonhou, como os Inconfidentes de 1789, com um Brasil livre do jugo de seus opressores, independente e democrático, foram enterrados, finalmente, por seus familiares, em sua cidade natal, no dia 12 de agosto de 1991.

ATO. 15.4. P143/180
F8-141

ATO 154 P. 144/180 fls. 142

Rua Antônio Bicalho Lana



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

PROJETO DE LEI	245/93	31/03/93
LEI Nº	7.724	22/10/93
CODIGO	085.875	
C. P.	461 - I - M	
BAIRRO	DA LAGOA	
ANTIGA RUA	VINTE E DOIS	

AUTOR DO PROJETO
VEREADOR BETINHO DUARTE



JOÃO LUIZ DE MORAES

JOÃO LUIZ DE MORAES

O Calvário de Sônia Angel

D CALVÁRIO DE SONIA ANGEL



*Uma história
de terror nos porões
da ditadura*

NARRATIVA A AZIZ AHMED

ATO. 154, P. 145/150

P. 143
A. 153

O RETORNO AO BRASIL

Em Santiago, Sônia soube da morte de Stuart, e da forma brutal como fora consumada. Logo decidiu voltar ao Brasil. Ela nunca envolveu a família em seus problemas revolucionários: fizera uma opção pela luta armada e assumiu pessoalmente os riscos dessa decisão. Sempre procuramos — Cléa e eu — ajudá-la nos assuntos particulares, mas ela mantinha inflexível privacidade em relação à sua atividade política.

No início de 1973, Sônia retornou ao Brasil já em outro movimento armado, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e sua missão era reestruturar a organização. Em maio daquele ano, foi à nossa escola, à noitinha, no final do expediente. Esperou que saíssem as pessoas que a conheciam e entrou. Eu conversava com uma professora numa sala e Cléa a recebeu, sem reconhecê-la de imediato.

Foi um misto de surpresa e emoção fortes. Não entendi a razão de seu retorno; questionamos, Cléa e eu, a decisão. Mas ela apenas sorria. Logo decretou:

— Vim para ficar. Estou morando em São Paulo, e lá nos encontraremos nos próximos meses, se houver encontros.

Esses foram marcados para o início das férias de julho, 7 de setembro, 1º e 2 de novembro e no Natal, em dezembro, pois eu tinha duas escolas no Rio e só poderia viajar em ocasiões especiais.

Não sabia como encarar a situação. Sônia estava de volta, bem mais perto, com possibilidades de contatos mais freqüentes e prolongados. Os riscos que corria, porém, eram maiores. As organizações estavam desmoronando. Havia muita infiltração em várias delas. A maioria dos dirigentes, presos, mortos ou

ATO. 15.4. P. 146/180

16.1.1974

desaparecidos. Sônia volta ao Brasil com uma missão suicida: tentar reorganizar a ALN. O pior, estava consciente da impossibilidade de cumpri-la.

No primeiro feriado prolongado, Sônia apresentou seu companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana, o **Matheus**, que conhecera em São Paulo e cuja semelhança com Stuart era impressionante. Parecidos não apenas fisicamente — ambos tinham olhos azuis, eram louros e altos —, mas em outros atributos que, no futuro, serão comparados e reconhecidos, quando a verdadeira história desses dois homens extraordinários for devidamente contada. Stuart só diferia de Lana num detalhe: era mais suave.

Muita alegria, muita efusão nesse encontro em um restaurante de Santos, em São Paulo. Minha filha era a própria imagem da felicidade. Exibia com orgulho, para o seu companheiro, a família ali reunida — seus pais, sua irmã, sua tia Edy e o futuro cunhado. O almoço foi regado a **Mateus Rosé**, marca do vinho predileto de Sônia. Lana compartilhava de toda a alegria, visivelmente contagiado. Há muito afastado da família e dos amigos — pois se entregara completamente à luta armada — era a primeira vez, em muitos anos, que Lana se reunia em família. Agora, com a de Sônia.

No encontro de novembro, resolvi alugar um apartamento para o casal, que estava, praticamente, na rua. O escolhido foi em São Vicente e, em nosso último contato, ficou combinada a ida de tia Edy, no dia 15 do mesmo mês, para assinatura do contrato, aval e outras providências. Comprei móveis usados e só pensava em arrumar o apartamento para o próximo encontro, marcado para o dia 25 de dezembro. Seria, realmente, um Natal de sonhos.

Os assassinos, porém, pegaram Sônia e Lana antes, por volta do dia 20 de novembro de 1973. Posteriormente, Tia Edy foi presa e interrogada no DOI-Codi do 1º Exército, porque assinara o contrato de locação do apartamento de São Vicente.

ATO. 15.4. P. 147/180

15.145
PML

O INÍCIO DO CALVÁRIO

Manhã de sábado, 1º de dezembro de 1973. Serenamente, em minha casa na Gávea, lia o jornal do dia, **O Globo**, embora assinante do **Jornal do Brasil**. Um impacto ao deparar com uma notícia que iria transformar minha vida, com muito sofrimento, dores, angústia, resignação e saudade.

Em nota oficial, o Exército comunicava a morte de dois "terroristas", resultado — segundo a versão oficial — de enfrentamento com forças de segurança na Avenida de Pinedo, Santo Amaro, São Paulo. Eram Antônio Carlos Bicalho Lana e Esmeralda Siqueira Aguiar, nome usado por Sônia Maria em São Paulo e revelado à sua mãe, depois de muita insistência, no nosso penúltimo encontro. Se não tivesse conhecido o nome adotado pela minha filha, nada poderia ter feito para descobrir a verdade dos fatos e recuperar os restos mortais de Sônia Maria. A vitória das forças do arbítrio e da maldade, então, teria sido completa.

Viajei imediatamente para São Vicente, direto para o apartamento de Sônia. Fomos todos: Cléa, minha filha Ângela, Tia Edy, o futuro genro e eu. Toda a família foi recebida por cinco elementos das forças de segurança, não identificáveis, fortemente armados de revólveres, pistolas e metralhadoras. O vexame foi completo. Maus tratos e violência contra todos nós, embora exibíssemos as carteiras de identidade. Ameaçaram atirar-me pela janela do 3º andar e chegaram a encenar a minha execução com metralhadora. Deram-me, também, uma bofetada, porque relutei em entregar minha carteira de identidade de oficial do Exército, pois já a havia apresentado.

ATO. 15.4. P148/180

13.12.73

Depois de muitos avanços e recuos, consegui fazer uma ligação telefônica para São Paulo, pois queria falar com o superior de dia do 2º Exército. Como resultado, consegui que liberassem a família, que retornaria ao Rio de Janeiro, permanecendo eu e minha mulher em São Paulo, no Hotel Cambridge, à disposição do 2º Exército, responsável por todas aquelas ações constrangedoras e deploráveis.

Na manhã seguinte, fui prestar depoimento no DOI-Codi, na Rua Tutóia. Lembranças muito desagradáveis. Identifiquei Sônia por pequeninos retratos, carteiras e documentos apreendidos em sua bolsa. Chorava muito o tempo todo. Pedi para ver o corpo da minha filha, pois queria identificá-lo. Disseram-me que só com permissão do comandante do 2º Exército, general Humberto de Souza Mello, seria possível o reconhecimento.

A verdade, tudo indica, é que não havia corpo algum, porque Sônia ainda não teria morrido e talvez estivesse sendo, naquele momento, torturada e seviciada, como explicarei mais adiante.

Depois que prestei o depoimento, voltei ao hotel. Resolvi aproveitar a tarde, regressando ao Rio, para ouvir meu amigo, general Décio Palmeiro Escobar, um dos mais dignos representantes das Forças Armadas naquela época. O general Décio deu-me uma carta, endereçada ao general Humberto de Mello. Nela, pedia ao ilustre companheiro e amigo que me dispensasse logo, pois eu precisava atender aos meus colégios no Rio, e que liberasse o corpo de Sônia para que tivesse um sepultamento cristão.

Voltei naquela mesma noite a São Paulo. No dia seguinte, bem cedo, já estava no quartel do 2º Exército para falar com o general Humberto e entregar-lhe a carta de recomendação do general Décio. Friamente, recusou-se a me receber. Se eu quisesse, mandasse a carta pelo chefe do seu Serviço Secreto, o coronel Lima da Rocha. Foi o que fiz. Não tinha outra opção.

Quinze minutos depois, regressa o coronel Lima

da Rocha com um recado que era mais um atestado do caráter ambíguo do general Humberto de Mello:

— Moraes, o general manda dizer que, por causa desta carta, você está preso a partir deste momento. Eu, como seu velho companheiro da Escola Militar de Realengo, faço questão de levá-lo à Polícia do Exército, em meu carro particular.

Somente muitos anos depois fui descobrir o significado das palavras do general ("por causa desta carta, você está preso a partir de agora"). É que Sônia vivia ainda e estava sendo barbaramente seviciada no Rio e em São Paulo. Minha ida ao Rio e a interferência de amigos poderiam atrapalhar as torturas e o assassinato de minha filha, hipótese que o general Humberto não admitia.

No dia 23 de abril de 1993, pesquisando os arquivos do DOPS/RJ, esclareci um pedacinho da história de Sônia. E o canalha do general aparece de corpo inteiro, como responsável pelo seqüestro de presos políticos (até os já julgados e absolvidos pela Justiça Militar) das prisões comuns para transferi-los às casas clandestinas de tortura e morte.

Transcrevo, **ipsis litteris**, a parte esclarecedora do documento:

"Segundo ofício nº 195/69/AJ, do Sr. Gen. Div. Humberto de Souza Mello, Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, o mesmo solicitava cooperação ao Sr. Secretário de Segurança Pública da então GB, no sentido de que a indiciada, juntamente com outras que se encontravam presas na Delegacia de Ordem Política e Social, à disposição da 1ª Auditoria da 1ª RM e que foram absolvidas por aquele Juízo no dia 06/08/69, permanecessem presas naquela Delegacia, à disposição do Coronel Sidney Teixeira Alves, encarregado do IPM instaurado no 1º Exército, onde as referidas figuravam como indiciadas, até que o referido oficial solicitasse a remoção das mesmas para outro local de custódia".

Em resposta a tal ofício, foi informado de que, em

ATO. 15.4, P. 149/150 fls. 147.

decorrência do alvará de soltura expedido pela 1ª Auditoria da 1ª Região Militar, as indiciadas Sônia Maria Lopes de Moraes e outras foram postas em liberdade.

Merecem destaque os seguintes aspectos da questão:

O general Humberto de Souza Mello, quatro anos depois, isto é, em novembro de 1973, era o comandante do 2º Exército (hoje Comando Militar do Sudeste) e responsável pelo seqüestro, tortura e morte de Sônia. Foi também, o homem da carta e responsável direto pela minha prisão.

O ofício pedia a colaboração do Secretário de Segurança do então Estado da Guanabara — no caso, o general Luiz de França Oliveira, o mesmo do episódio relativo à demonstração de altivez e rebeldia de Sônia Maria na "Pensão São Judas Tadeu", ou na verdade, uma prisão anexa ao DOPS-RJ.

O coronel Sidney Teixeira Alves — o mesmo que me interrogou em episódio já descrito — era o executor da política autoritária e discricionária do general Humberto de Mello, que se sobrepunha às decisões da própria Justiça Militar.

A destacar, a tranqüilidade com que o general se refere à manutenção na prisão de pessoas já absolvidas, até removê-las para outro local de custódia. Na época, além de delegacias, presídios, quartéis, havia outros locais de custódia de presos políticos: as casas clandestinas de tortura e morte, como a de Petrópolis, de onde só uma mulher saiu viva: Inês Etienne Romeu.

FOTO: REPRODUÇÃO



Antônio Carlos Bicalho Lana,
guerrilheiro de Ouro Preto, com treinamento
em Cuba, companheiro de Sônia Angel, foi com ela preso quando
descia do ônibus que os levava de São Vicente a São Paulo.
Depois, foi torturado e morto em circunstâncias semelhantes.

FOTO: ÁLBUM DE FAMÍLIA



Sônia Angel, numa praça em Milão, no início do ano de 1971, era a imagem da alegria de viver.

RELATÓRIO

ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES

Dos requerentes:

Plenamente documentado pela mãe de Antônio Carlos, Adalgisa Bicalho Lana, através de procuração à filha, Eliane Bicalho Lana e por Cléa Lopes de Moraes, mãe de Sônia Maria .

Da militância política:

Comprovadas no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos e em documento enviado pelo Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Belizário dos Santos Jr.

Das provas:

Versão oficial: ao receberem voz de prisão, no dia 30/11/72, na altura do n. 836 da Av. Penedo, em Santo Amaro, São Paulo, Capital, Antônio Carlos e Esmeralda Siqueira Aguiar, reagiram a tiros, sendo gravemente feridos e falecendo a caminho do Hospital. (Doc. laudo de necrópsia do IML/SP, certidão de óbito, RPI n. 11/73 - II Exército, n.os 50-Z-9-36.764, arquivo do DOPS/SP. - Anotação em 01.12.73, ficha do DOPS/PR. - Docs. DOPS/SP 30-Z-160-13.890, 30-Z-9-38.051, 50-Z-165-361, 50-Z-9-36.006, 50-Z-9-36.602, 50-Z-9-36.764, 30-Z-165-359/60.

No entanto, Antônio Carlos só é excluído da relação de "procurados" do Boletim Informativo do III Exército em março de 1975 - Doc. 50-Z-9-40.313 - DOPS/SP. Em reportagem do jornal "O Globo", datado de 30/10/79, com o título "Anistia já deu liberdade para 711 presos políticos", Antônio Carlos Bicalho Lana está incluído na lista dos beneficiados pela Lei de Anistia. Morto e, ao mesmo tempo, anistiado.

A Verdade:

Em entrevista à Revista Veja, de 18/11/92, o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, agente do DOI-CODI/SP, confirmou a denúncia feita no Dossiê: Antônio Carlos e Sônia foram presos no canal 1, em Santos, onde não houve qualquer tiroteio, e nem ao menos um tiro, "apenas" a violência dos agentes de segurança, que conseguiram imobilizar o casal aos socos, pontapés e coronhadas. Ao falar sobre as casas de tortura e morte mantidas pelo CIEx, Marival afirma:



"Do final da década de 60 até o início dos anos 70, havia uma casa no bairro de São Conrado, no Rio. Depois, por razões de segurança, mudou-se o centro de tortura e morte para Petrópolis. Eram levados para lá os presos condenados à morte, mas alguns conseguiram sobreviver. Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações de Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional, a ALN."

"Mas a versão oficial é de que Lana e Sônia teriam morrido durante um tiroteio...", afirma o repórter. Ao que o sargento Marival responde:

"É mentira. Eles foram torturados e assassinados com tiros no torax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles".

Na matéria citada, o Sr. Marival fala de suas atividades, das atividades dos órgãos de segurança, do assassinato de outros mortos e desaparecidos, de como eram infiltrados os agentes da repressão no seio das organizações e de como eram produzidos os chamados "teatrinhos", feitos para, segundo ele, **despistar** as mortes sob tortura. A seguir, afirma:

"O preso morto era levado para um local público, onde equipes do DOI simulavam um tiroteio com mortes. Na hora de levar o "corpo" para o IML, faziam-se as substituições. O agente que se fingiu de morto era substituído pelo corpo do preso. No IML, o legista Harry Shibata e outros legalizavam a morte em combate."

Assim segue a matéria:

"Veja: Não havia entre os agentes algum comentário de repúdio a essa matança, alguma indignação?"

"Chaves: Pelo contrário. Os comentários eram ufanistas. No caso da prisão de Antônio Bicalho Lana houve vibração..."

Em investigação desenvolvida pelos pais de Sônia Maria, João e Cléa, a verdade dos fatos havia sido parcialmente reconstituída. Após muitas e muitas idas a Santos, foi possível localizar o bilheteiro da Empresa Zefir, Ozéas de Oliveira e o motorista do ônibus, Celso Pimenta, que presenciaram, em 1973, a prisão do casal.

Segundo as testemunhas, no ônibus que tomaram Antônio Carlos e Sônia, em São Vicente (onde residiam, à Rua Saldanha da Gama), com destino a São Paulo, viajavam agentes da polícia. Ao entrarem, Lana quis pagar as passagens, mas o motorista informou-o que o pagamento seria feito no guichê do Canal 1, onde ficava a agência.

Quando lá chegaram, Lana desceu do ônibus e Sônia ficou. Cinco agentes esperavam dentro da agência, e outros chegaram em vários carros que cercaram o ônibus.

No guichê, Lana entrou em luta corporal com os agentes, sendo dominado a socos e pontapés por muitos homens, tendo levado uma coronhada de fuzil na boca. Sônia, ao levantar-se do banco, foi agarrada e levou um pontapé nas costas, saindo do ônibus algemada pelos pés, tendo sido colocada em um Opala, enquanto Lana era empurrado para outro carro.

Ozéas e Celso jamais esqueceram a cena de extrema violência que presenciaram e não tiveram qualquer dúvida em reconhecer, nas fotos de Antônio Carlos e Sônia a eles apresentadas, dentre outras, o casal que viram ser preso, naquela época.

A íntegra do depoimento está incluída em processo aberto em 1982 pelos pais de Sônia, contra o médico legista Harry Shibata perante o Procurador da Justiça Militar de São Paulo. Infelizmente, a cópia que ficou em poder dos pais de Sônia não foi localizada, como tampouco as fotos de Sônia, mostradas a Ozéas, em cujo verso apôs sua assinatura.

O depoimento de Ozéas foi tomado em final de 1979 ou início dos anos 80. Na ausência da cópia para apresentar à Comissão, a pedido das famílias tentamos resgatar, dos presentes, o teor da oitiva. Não nos foi possível precisar se o local escolhido para tomada do depoimento foi a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo ou, talvez, o escritório de advocacia do Dr. Belizário dos Santos Jr, atual Secretário de Justiça do Estado de São Paulo.

Estavam presentes os pais de Sônia, Dr. Belizário dos Santos Jr., Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, esta relatora e o hoje Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, Dr. José Gregori.

O Dr. José Gregori lembra perfeitamente do ocorrido, tendo sido convidado por telefone pelo pai de Sônia Maria, que ligou do Rio de Janeiro, ainda no início de sua penosa investigação.

Lembra-se, ainda, de que a testemunha tinha sido localizada em Santos e que **com toda a segurança relatou a prisão do casal**. Uma marca desse depoimento que ficou gravada para o Dr. José Gregori foi o fato de Sônia Maria ter se levantado no ônibus quando da prisão de Antônio Carlos, como que assinando sua própria condenação.

S

Trechos dos depoimentos fazem parte do vídeo "**Sônia Morta e Viva**", de Sérgio Waismann, produzido pelos pais de Sônia, encaminhado junto ao processo.

Os corpos, enterrados como indigentes no Cemitério de Perús, sendo o de Sônia com nome falso, somente foram resgatados após a abertura da Vala Clandestina do Cemitério de Perús, em São Paulo.

O laudo de necrópsia de Antônio Carlos, **estranhamente datado de 5/12/74, um ano após a morte**, e assinado por Harry Shibata e Antonio Valentini, descreve apenas 1 (um) ferimento à bala na cabeça, com entrada na região palpebral direita e saída na região parietal direita. E se refere à **"incisão bi-mastóideo vertical. Rebatidos ambos os retalhos, pomos a descoberto a calota craniana. Observamos: ferimento transfixiante do crâneo, tendo o trajeto sido da região frontal para a região parietal direita de direção de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda."**

Este laudo é contestado pelo legista Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP, que diz textualmente:

"... Este crâneo levou dois tiros, praticamente consecutivos, disparados quase que no mesmo local, mas que não existe qualquer registro no laudo de necrópsia original que leva o número 53.434."

"... No que diz respeito aos ferimentos existentes no tórax, não encontramos qualquer correspondência com as estruturas ósseas por nós examinadas."

"... No nosso entender, houve aqui também erro descritivo e de interpretação dos ferimentos. Custa-nos crer que este corpo foi realmente examinado pelos signatários do laudo, pois as lesões descritas realmente existem, porém não descritas, tão pormenorizadas quanto deveriam" .

Quanto à trajetória dos projéteis, o laudo da UNICAMP descreve um trajeto que é exatamente o inverso do descrito pelo IML, isto é, pelo laudo da UNICAMP o trajeto é da esquerda para a direita, de trás para frente e de baixo para cima, enquanto que o IML descreve o trajeto como sendo **"de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda."**

Além disso, o crâneo que, segundo descreve Shibata, foi aberto pelo método de Griesinger, não apresentava a calota serrada.

À época do laudo da UNICAMP não havia sido encontrada a foto do corpo de Antônio Carlos, visivelmente mutilado pelas torturas aos olhos de um leigo, ainda mais se imaginarmos a fúria dos agentes - exultantes- segundo o sargento Marival.

~

Tantas aberrações no laudo de Harry Shibata só vem confirmar a sua prática e do IML de confirmar as versões oficiais dos órgãos de segurança. Parece-nos que realmente Harry Shibata não necropsiou o corpo.

A contradição das versões é reproduzida nos relatórios dos ministérios militares enviados ao Ministro Maurício Corrêa: o do Ministério da Aeronáutica afirma que Antônio Carlos foi "morto em nov. 73, em São Paulo/SP", e Sônia "faleceu em 30 nov 73, na região de Santo Amaro/SP, ao reagir à bala, à voz de prisão. O da Marinha afirma que Lana "morreu em nov. 73 em Santos/SP" e Sônia "Dez 73, morta em tiroteio com agentes de segurança na Av. Pinedo em Santo Amaro/SP" e o do Exército, responsável por suas prisões não faz referência a seus nomes.

Ao examinarmos o caso de Sônia nos deparamos com a coragem e a persistência dos pais em busca da Verdade e da Justiça. O pai, Tenente Coronel João Luiz de Moraes, recentemente falecido, defensor do golpe militar de 1964, viveu a dor da descoberta de que sua filha havia sido presa, torturada e assassinada com crueldade nas dependências de um órgão do Exército.

Essa constatação transformou totalmente sua vida. João Moraes mergulhou, a partir de então, na história dos porões do regime militar, assumindo a defesa não só de sua filha, mas de todos os mortos e desaparecidos. Foi Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, dedicando todo o seu tempo para a denúncia das atrocidades cometidas contra Sônia Maria, Soninha, como sempre a chamava.

O vídeo "Sônia Morta e Viva", produzido pela família é o retrato de uma época e a denúncia do assassinato de Sônia sob torturas. Posteriormente, é editado o livro "O Calvário de Sônia Angel", que Moraes pretendia ver transformado em roteiro de um filme. Nele, Moraes e Cléa contam a trajetória de suas vidas e os detalhes da morte da filha, estampando as fotos dos militares responsáveis pelas atrocidades cometidas contra Sônia.

A maior tristeza de Moraes, antes da morte, foi a de não ter tido tempo para terminar o que começara: o resgate da verdade e a punição dos colegas de farda responsáveis pelo assassinato de Sônia e de todos os mortos e desaparecidos. À sua esposa, Cléa, coube a tarefa de assumir, agora, a árdua tarefa.

Ao examinarmos o caso de Sônia, as contradições são gritantes. A notícia oficial da morte dá o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. Com este nome é enterrada, apesar de plenamente identificada, como se comprova no Auto de Exibição e Apreensão do DOI/CODI, datado de 30/11/73 e feito no nome falso. Ao final, a observação, ressalvada e subscrita pelo Delegado Renato D'Andréa:

"Em Tempo: Material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes."

c.1

Ao ver a notícia publicada nos jornais informando a morte de Esmeralda, que sabiam ser Sônia, seus pais, acompanhados da cunhada, irmã e genro, dirigiram-se ao apartamento na Rua Saldanha da Gama, em São Vicente. Lá encontraram 5 agentes dos órgãos de segurança. Moraes foi esbofetado e ameaçado de ser jogado do terceiro andar. Ao identificar-se como tenente-coronel, conseguiu ser liberado, com a promessa de permanecer em São Paulo, à disposição do II Exército.

Na manhã seguinte, fui prestar depoimento no DOI/CODI, na Rua Tutóia. Lembranças muito desagradáveis. Identifiquei Sônia por pequeninos retratos, carteiras e documentos apreendidos em sua bolsa. Chorava muito o tempo todo. Pedi para ver o corpo da minha filha, pois queria identificá-lo. Disseram que só com permissão do comandante do II Exército, general Humberto de Souza Mello, seria possível o reconhecimento. (trecho de "O Calvário de Sônia Angel", depoimento de João Moraes- pág. 48).

Viajando para o Rio de Janeiro, conseguiu uma carta do amigo e General Décio Palmeiro Escobar endereçada ao Comandante do II Exército para liberação do corpo. Ao apresentar-se em São Paulo, ficou detido por 4 dias. Solto, recebeu o recado:

" - Moraes, o general manda dizer que você está livre a partir deste momento. Deve regressar ao Rio, não contratar advogado, não falar nada para ninguém e aguardar o atestado de óbito de sua filha, que lhe será remetido pelo II Exército." (idem, pág. 52)

Insistindo em ver o corpo da filha, soube ser impossível, pois já estava enterrado.

Ao requerer ao então Comandante do II Exército o atestado de óbito, recebeu o seguinte despacho:

"Não cabe ao II Exército fornecer o atestado solicitado. No cartório de Registro Civil do 20º Sub Distrito-Jardim América/SP, foi registrado o óbito Esmeralda Siqueira Aguiar, filha de Renato A. Aguiar e Lúcia Lima Aguiar. O requerente procure o Cartório em causa, se assim o desejar."

O atestado somente foi obtido através de processo na 1ª Vara de Registros Públicos, em março de 1980.

Oficialmente morta, a família pôde trasladar seus restos mortais para o Rio de Janeiro em 1981.

O laudo, também estranhamento registrado somente em **5 de dezembro de 1974**, é feito com o nome verdadeiro. O corpo, até então entregue como sendo de Sônia, não apresentava os tiros na cabeça descritos. Na tentativa de apuração das reais circunstâncias da morte de Sônia, a família entrou com processo movido contra Harry Shibata na Justiça Militar de São Paulo. Diligenciando o processo, o IML/RJ constatou, em 1982, que os ossos entregues à família eram de um homem.

Por determinação da Juíza Sheila Bierrenbach seis novas exumações foram realizadas no Cemitério de Perus, até obter-se um corpo que correspondia às características do necropsiado em 1973.

Não se pode concluir, entretanto, se o corpo foi realmente necropsiado, já que Harry Shibata declarou em depoimento à CPI da Câmara Municipal de São Paulo, que investigava a Vala Clandestina do Cemitério de Perus que a inexistência de corte no crânio de Sônia era irrelevante, já que descrever o corte era apenas uma questão de praxe.

Fotos do corpo de Sônia encontradas no arquivo do DOPS/SP evidenciam as torturas sofridas, apesar de mostrarem apenas o rosto. No pescoço, as marcas de hematomas e ferimentos não descritos no laudo. Fotos de corpo inteiro não foram localizadas.

Existem duas versões a respeito da morte de Sônia Maria.

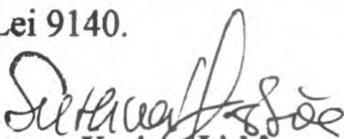
A primeira, do primo do pai de Sônia, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI/CODI de Brasília, amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI/CODI de São Paulo:

"Depois de presa, do DOI/CODI de São Paulo foi mandada para o DOI/CODI do Rio de Janeiro, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangue, onde recebeu dois tiros."

A segunda, do sargento Marival, de que **teriam sido levados para uma casa de tortura, na zona sul de São Paulo, onde teriam ficado de 5 a 10 dias até a morte, em 30/11, para então serem colocados na porta do DOI/CODI, para servir de exemplo, antes da montagem do "teatrinho"**.

Em qualquer delas, a morte sob torturas é clara.

Os dois casos, Antonio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones, pelo descrito acima e pelo que seria possível ainda apurar nos arquivos dos Ministérios Militares e outros, estão perfeitamente amparados pelo teor da Lei 9140.


Suzana Keniger Lisbôa

Relatora - Reunião de 08 de fevereiro de 1996

Comissão Especial - Lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995

ATO. 15.4. P. 160/180
158
Causas

Ministérios

Ministério da Justiça

COMISSÃO ESPECIAL DOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS

EXTRATO DA ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 1996

A Comissão Especial reunida em sua terceira sessão ordinária, no dia 08 de fevereiro de 1996, reconhecendo, em termos da Resolução n.º 22/91 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ n.º 606/91, as pessoas abaixo como inscritas na tipificação do artigo 7.º, I, b, da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995:

- AMARO LUIZ DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, nascido no estado de Pernambuco, filho de José Luiz de Carvalho e Maria Soares de Carvalho (morto em 1971).

- ANTÔNIO CARLOS BICALHO LAMA, brasileiro, solteiro, nascido a 02 de março de 1949 em Ouro Preto - MG, filho de Adolfo Bicalho de Lame e Adalgas Gomes de Lame (morto em 1973).

- ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO (Paulo), brasileiro, nascido no estado de Pernambuco, filho de José Henrique Pereira da Silva Neto e Inês Pereira da Silva (morto em 1969).

- ANTÔNIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, nascido no estado do Rio de Janeiro, filho de Jemário de A. Oliveira e Heloisa Pinto de Oliveira (morto em 1972).

- CARLOS NICOLAU BANDELLI, brasileiro, nascido a 14 de setembro de 1929 no Rio de Janeiro - RJ, filho de Pascoal Epifânio Dusselli e Virginia da Silva Chaves (morto em 1972).

- HÉLCHO PEREIRA PORTES, brasileiro, solteiro, nascido a 24 de janeiro de 1948 em Ouro Preto - MG, filho de José Orlando Fortes e Alice Pereira Fortes (morto em 1972).

- JARBAS PEREIRA MARQUES, brasileiro, casado, nascido a 27 de agosto de 1948 no estado de Pernambuco, filho de Antônio Pereira Marques e Rosália Pereira Marques (morto em 1973).

- JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO, brasileiro, solteiro, nascido a 22 de julho de 1943 em Itapocoroca - MG, filho de José Araújo e Maria do Rosário Cordeira Araújo (morto em 1972).

- JOSÉ MENDES DE SÁ ROZIZ, brasileiro, casado, nascido a 30 de dezembro de 1927 no Estado de Ceará, filho de Belarmino de Sá Roziz e Lucrecia Mendes de Sá Roziz (morto em 1973).

- JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA, brasileiro, casado, nascido a 28 de dezembro de 1939 no estado de Pernambuco, filho de Manoel Raimundo da Costa e de Maria Alberta dos Santos (morto em 1971).

- PEDRO JERÔNIMO DE SOUSA, brasileiro, casado, nascido a 30 de junho de 1912 no estado do Ceará, filho de José Jerônimo de Sousa e Catarina Evangelista de Sousa (morto em 1973).

- SÔNIA MARIA LOPES DE MORAES ANGEL JORIS, brasileira, casada, nascida a 09 de novembro de 1946 no estado do Rio Grande do Sul, filha de João Luiz de Moraes e Cida Lopes de Moraes (morto em 1973).

Da data da publicação deste ato de reconhecimento, constam-se os prazos estipulados no parágrafo 7.º do artigo 7.º e parágrafo 1.º, in fine, do artigo 10, de já referida lei.

RICARDO DE ALVARENGA FERREIRA
Secretário-Executivo

(Of. nº 31/96)

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 9 de fevereiro de 1996

Averiguação Preliminar nº. 08000.000517/96-35. Representante: Carlos Alberto Verissimo da Costa. Representada: Unimed de Santa Maria/RS. Decisão: Adoto a sugestão do Inspetor Geral Substituto, tendo por configuradas as práticas previstas no inciso XXIV, do art. 24, c/c inciso III do art. 20, determino, portanto, a instauração de competente Processo Administrativo. Encaminhe-se ao OPDE para adoção de providências de estilo.

MURÉLIO WANDER CHAVES BASTOS

(Of. nº 145/96)

SECRETARIA DE JUSTIÇA

Departamento de Estrangeiros

DESPACHOS DO DIRETOR

Permanência definitiva deferida por reunião familiar, nos termos da Resolução n.º 22/91 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ n.º 606/91.

PROCESSO N.º 8000-10 627/94-06 - SE YOUN PARK, SOON JA PARK, KIM, SHIN YOUNG PARK e JUNG HOON PARK

Usando das atribuições que me confere a Portaria n.º 02/93, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 1993, Seção II, e diante da manifestação da Divisão de Permanência de Estrangeiros, que aprova, autorizo a saída do território nacional, sem renúncia à condição de asilado do nacional iraniano OMID SALEHI, bem como a concessão de passaporte em seu favor, nos termos dos artigos 29 e 35 da Lei 6.813/80, alterada pela Lei 6.964/81, observado o prazo de validade do documento de identidade, findo o qual não tendo ocorrido seu retorno ao País, importará em perda de sua condição de asilado (Processo n.º 8000-01 415/96-04)

Indefiro o pedido de transformação do asilo em permanência definitiva, por falta de amparo legal, já que a situação não se enquadra nos dispositivos da Resolução n.º 28/94, do Conselho Nacional de Imigração.

19/10/97

Concedo, todavia, a prorrogação do asilo político, até

PROCESSO N.º 8444-03 667/95-82 - KHODAYAR MAJID

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

Permanências definitivas deferidas

- PROCESSO N.º 8460-04 414/93-66 - TSUTOMU TSUBOSHIMA
- PROCESSO N.º 8270-03 352/94-73 - VICTOR DAVID MANZANARES
- PROCESSO N.º 8335-09 218/94-40 - HATEM ISMAIL HASSAN JABER
- PROCESSO N.º 8339-000173/94-17 - EVELIO MERELES
- PROCESSO N.º 8354-000931/94-91 - ROSA ESTER MELO MARTINEZ AZEVEDO
- PROCESSO N.º 8420-02 627/94-19 - OTTO GRIESHOFER
- PROCESSO N.º 8460-08 859/94-13 - DIEGO EDUARDO RIEZNIK
- PROCESSO N.º 8492-01 324/94-63 - WILFRIED BRANDES
- PROCESSO N.º 8505-11 749/94-11 - MONIKA WERONIKA DOMBOR DA SILVA
- PROCESSO N.º 8505-22 744/94-60 - CARLO COCCOLI
- PROCESSO N.º 8505-24 492/94-40 - ABDELILAH REGRAI
- PROCESSO N.º 8505-24 247/94-04 - JOSUE RIOS VELARDE
- PROCESSO N.º 8505-29 433/94-22 - DAVID GEORGE BOOTHIE CAPRARU
- PROCESSO N.º 8253-02 718/95-11 - GIUSEPPE BARBERIO
- PROCESSO N.º 8253-02 932/95-23 - MASSIMO DOLFI
- PROCESSO N.º 8253-03 002/95-97 - JOSEPH JACQUES BERNARD GAGNON
- PROCESSO N.º 8270-01 144/95-68 - PHILIPPE DOREY
- PROCESSO N.º 8280-01 369/95-94 - GITTE STORH
- PROCESSO N.º 8360-01 209/95-01 - JANEITE MARIA DA FONSECA BRAZ CARMINATTI
- PROCESSO N.º 8377-000192/95-22 - NILAGROS MARGARITA VALDIVIESO JIMENEZ MAIA
- PROCESSO N.º 8387-000127/95-60 - JALLAR HAMUD HAJAR e YASER MANUEL CAMA-JUANI HAMUD
- PROCESSO N.º 8390-000068/95-34 - MIGUEL ALBERTO MALMROS
- PROCESSO N.º 8390-000240/95-12 - THANAA ABRAHIM
- PROCESSO N.º 8433-000224/95-78 - SANTIAGO CANEPA ESPADA
- PROCESSO N.º 8434-000372/95-73 - AMIN ANTONIO MARTINEZ MONTALVO
- PROCESSO N.º 8505-04 417/95-52 - MASAYUKI ONODERA
- PROCESSO N.º 8505-06 577/95-08 - SANTOS DOMINGOS
- PROCESSO N.º 8460-07 541/93-90 - FERNANDO JDAO SOARES SANTOS
- PROCESSO N.º 8240-02 494/94-27 - MATHIEU PELLETIER POIRIER
- PROCESSO N.º 8400-01 430/94-92 - MARCO MARZULLO
- PROCESSO N.º 8444-03 535/94-61 - HECTOR OSVALDO MATEOS
- PROCESSO N.º 8444-04 357/94-40 - PIERO DI ROSA
- PROCESSO N.º 8460-08 394/94-83 - ERIC BENOIT JEAN RENE LARUE
- PROCESSO N.º 8505-19 558/94-15 - SERGIO MIGUEL MOLINA ESTAY
- PROCESSO N.º 8505-24 885/94-62 - BRIAN WILLIAM HOWELLS
- PROCESSO N.º 8290-02 382/95-81 - CARLA ANDREA SOARES GRAF REIS
- PROCESSO N.º 8335-03 198/95-01 - URS PREISIG
- PROCESSO N.º 8360-000293/95-10 - FERNANDO ALBERTO DAVILA CUADROS
- PROCESSO N.º 8360-04 652/95-16 - JOSE ALBERTO GIBO CASTRO
- PROCESSO N.º 8390-000574/95-60 - LAFE GARRY MONROE
- PROCESSO N.º 8436-000149/95-89 - JOSE ALFREDO ANDRETTI
- PROCESSO N.º 8460-04 528/95-87 - ALAIN JEAN PIERRE CHRISTIAN BESSET
- PROCESSO N.º 8505-01 981/95-78 - SHIIMA CHAPARRO TORRES PEREIRA
- PROCESSO N.º 8505-04 003/95-60 - MARK TERENCE RICHARDS
- PROCESSO N.º 8505-09 953/95-26 - SHOZO MURAYAMA
- PROCESSO N.º 8505-20 814/95-53 - LIDOR HALPERIN
- PROCESSO N.º 8509-000060/95-94 - FELIPE BENJAMIN MORI KURIYAMA

MARIA DA CONCEIÇÃO CHAVES ESCOBAR BRUSSI
Substituta

(Of. nº 23/96)

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DA CHEFE

Nos termos do parecer favorável do Ministério do Trabalho, DEFIRO os presentes pedidos de transformação de visto temporário em permanente

Ilmo. Dr.

MIGUEL REALE JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ANEXO II, SALA 621-B, BRASÍLIA - DF

ELIANE BICALHO LANA, brasileira, divorciada, carteira de identidade M.965.720, CPF 512.762.326-91, residente em Belo Horizonte, Rua Almirante Alexandrino, 690, aptº 102, Gutierrez, na qualidade de irmã de **ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA**, militante político morto, beneficiado pela Lei 9.140, cujo reconhecimento previsto nas determinações do art. 4º, inciso I, letra "b" se deu na reunião do dia 08 de Fevereiro do corrente ano, visando subsidiar outros casos, bem como outros interesses envolvendo o citado beneficiário, vem requerer se digne este Presidente de autorizar e fornecer à peticionária todas as cópias da complementação do processo referente ao mesmo.

Requer, ainda, simultaneamente, que cópias da complementação deste mesmo processo sejam também entregues a **IARA XAVIER PEREIRA**, da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Certa de contar com a costumeira atenção,

P. deferimento.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 1996.

Eliane Bicalho Lana

Eliane Bicalho Lana

ATO, 15.4. P.162/180
proc 93
100
causas

Ilmo. Dr.

MIGUEL REALE JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.
ANEXO II, SALA 621-B, BRASÍLIA - DF

ELIANE BICALHO LANA, brasileira, divorciada, carteira de identidade M.965.720, CPF 512.762.326-91, residente em Belo Horizonte, Rua Almirante Alexandrino, 690, apto. 102, Gutierrez, na qualidade de irmã de ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, militante político morto, beneficiado pela Lei 9.140, cujo reconhecimento previsto nas determinações do art.4º, inciso I, letra "b" se deu na reunião do dia 08 de Fevereiro do corrente ano, visando subsidiar outros casos, bem como outros interesses envolvendo o citado beneficiário, vem requerer se digne este Presidente de autorizar e fornecer à petionária cópia do parecer do voto do Sr. Relator, assim como os demais votos constantes da decisão.

Requer, ainda, cópias dos votos que serão entregues à IARA XAVIER PEREIRA, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos.

Certos de contar com a costumeira atenção,

p. deferimento.

Belo Horizonte, 17 de Outubro de 1996.

Eliane Bicalho Lana
Eliane Bicalho Lana

93

OK Coop. ARG.

161
Causa

Belo Horizonte, 19 de Julho de 1996

Prezado Sr. Cristiano Morini,

Conforme sua solicitação, segue em anexo, os dados bancários de Adalgisa Gomes de Lana, mãe de Antônio Carlos Bicalho Lana.

Adalgisa Gomes de Lana

Conta nº 21490-2

Banco nº 104

Agência 2432

Caixa Econômica Federal

Avenida Francisco Sá - 1255

Agência Vila Rica - Bairro Gutierrez

Belo Horizonte - Minas Gerais

Sem mais,

Atenciosamente

Elaine Bicalho Lana

ATO. 15.4, P. 164/180
162
GUBS

PROCESSO Nº 093/96, de 07.02.96.

REQUERENTE : ELIANE BICALHO LANA (IRMÃ)

DESAPARECIDO POLÍTICO : **ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA**

Senhor Presidente,

A requerente é IRMÃ do desaparecido e apresentou documentação que a habilita ao recebimento de indenização.

Anexou Certidão de Nascimento (laudas 14) e Certidão de Óbito (laudas 15).

A Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, em reunião realizada em 08.02.96, reconheceu e o incluiu nos beneficiados pela Lei 9.140/95(Ata CEDEP às fls. 158). A publicação no D.O.U. de 12.02.96, descreve-o da seguinte forma:

“ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA, brasileiro, solteiro, nascido a 02 de março de 1949 em Ouro Preto - MG, filho de Adolfo Bicalho e Adalgisa Gomes de Lana. (morto em 1973)”

Para efeito de indenização, em consonância com o artigo 11 e seus parágrafos, a requerente faz jus a importância de R\$ 124.110,00 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL, CENTO E DEZ REAIS), a qual se baseia nos seguintes cálculos:

ÉPOCA DO DESAPARECIMENTO	IDADE NA DATA DO DESAPARECIMENTO	EXPECTATIVA MÉDIA DE SOBREVIVÊNCIA	VALOR ÚNICO (R\$)	VALOR TOTAL INDENIZAÇÃO (R\$)
1973	24	41,37	3.000,00	124.110,00

Estas são as informações e valores que submeto a apreciação de V.Sa..

Brasília, 20 de maio de 1997.


Argeu Ramos da Silva
Assessor Técnico da Comissão

ATO. 15.4, P. 165/180
163
Causo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL
LEI Nº 9.140/95

A Comissão Especial criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, no uso da atribuição estabelecida no Inciso III do art. 4º, do citado Diploma Legal,

RESOLVE:

Deferir o requerimento formulado por ELIANE BICALHO LANA, com base no art. 10 e seus parágrafos, IRMÃ de **ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA**, conforme avaliação da documentação constante do Processo nº 093/96, de 07.02.96.

Em decorrência, a requerente poderá receber indenização a título reparatório a importância de R\$ 124.110,00(CENTO E VINTE E QUATRO MIL, CENTO E DEZ REAIS), conforme dispõe o art. 11 da referida Lei, após publicação de Decreto do Senhor Presidente da República.

Brasília, de maio de 1997.



REMETENTE:

ELIANE BICALHO LANA

RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO, 690-Apto. 102

GUTIERREZ

BELO HORIZONTE- MG

CEP- 30430-020

164
Celas

ATO. 154, P166/180

ATO. 15.4. P 167/180



ECT	PESO	AR
	<i>0,22</i>	Kg
SEDEX SEM DECLARAÇÃO		
SE	8 0 3 6 4 8 4 5 9	BR

75260090-2

AD

AR

COMISSÃO ESPECIAL DA LEI 9.140/95

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANEXO II - SALA 621 - 6º ANDAR -

BRASÍLIA - DF

CEP 70064-900

ATO. 15.4. P 168/180

165
Cemur



Esau Bicalho Lavo
Rua Almirante Alexandrino - 690/102
Gutiérrez
30430-020 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Sr. Cristiano Morini
Comissão Especial da Lei 9.140/95
Esplanada dos Ministérios - Ministério Justiça
Anexo II - Sala 621 - 6º andar

70064-900 Brasília

Distrito Federal



SEDEX SEM DECLARAÇÃO	
SE	2 7 6 3 6 7 5 1 5 BR

0,020 AF

75250040-2

ATO. 154, P 169/180

ATO. 15.4, P. 170/180
166
Cecus



COMISSÃO ESPECIAL
instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Serviço Público Federal
Ministério da Justiça
Gabinete do Ministro

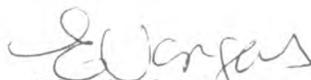
MEMORANDO

Brasília, 19 de junho de 1997

Dest.: Sra Tereza Rodrigues de Lima
Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira
Ass.: Encaminhamento de processo.

Sra. Tereza,

Encaminhamos o processo a que se anexa esse memorando para que a Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira proceda ao pagamento da indenização devida, conforme dispositivos da lei 9140, de 4 de dezembro de 1995.


Elisabeth Vargas

Secretária Executiva da Comissão Especial



COMISSÃO ESPECIAL
instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Serviço Público Federal
Ministério da Justiça
Gabinete do Ministro

Brasília, 24 de junho de 1997.

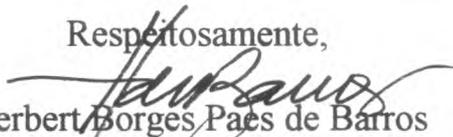
À Secretaria de Execução Financeira e Orçamentária

Sra. Tereza,

Encaminhamos os processos abaixo relacionados para que se proceda ao pagamento das indenizações referentes.

08000.020317/96-07	/	0147/96	Paulo Costa Ribeiro Bastos	Tereza Cristina Denucci Martins
08000.014347/97-66	/	0023/96	Gildo Macedo Lacerda	Mariluce de Souza Moura
08000.003720/97-26	/	0027/96	Amaro Luiz de Carvalho	Luiz de Carvalho
08000.004315/97-43	/	0093/96	Antônio Carlos Bicalho Lana	Adalgisa Gomes de Lana
08000.023832/96-21	/	0063/96	Antônio Henrique Pereira Neto (padre)	Isairas Pereira da Silva
08000.024512/96-16	/	0035/96	Antônio Marcos Pinto de Oliveira	Maria de Fátima Oliveira Setubal
08000.023829/96-17	/	0052/96	Carlos Nicolau Danielli	Marilda de Jesus Costa
08000.004314/97-81	/	0070/96	Hélcio Pereira Fortes	Alice Pereira Fortes
08000.023836/96-82	/	0032/96	José Júlio de Araújo	Valéria Maria de Araújo Dias
08000.023499/96-14	/	0087/96	José Mendes de Sá Roriz	Sueli Roriz Moreira, Valdice Licarão Roriz, Luzia Roriz Nacif
08000.024513/96-89	/	0094/96	José Raimundo da Costa	Giselia Moraes da Costa
08000.023831/96-69	/	0026/96	Pedro Jerônimo de Souza	Edna Pinheiro de Souza Rola
08000.023834/96-57	/	0092/96	Sônia Maria de Moraes Angel Jones	Cléa Lopes de Moraes
08000.004313/97-18	/	0116/96	Angelo Arroyo	Camila Arroyo
08000.023835/96-10	/	0107/96	Antônio Carlos Nogueira Cabral	Maria Tereza Nogueira Cabral
08000.003725/97-40	/	0127/96	Devanir José de Carvalho	Pedrina José de Carvalho
08000.023827/96-91	/	0083/96	Dorival Ferreira	Esterlita Ribeiro Ferreira
08000.024523/96-32	/	0136/96	Evaldo Luiz Ferreira de Souza	Jorge Viana de Souza
08000.024514/96-41	/	0101/96	Fernando Augusto da Fonseca	Sandra Maria de Araújo Fonseca
08000.004312/97-55	/	0080/96	Hirohaki Torigoe	Shunhiti Torigoi
08000.024521/96-15	/	0128/96	Joelson Crispim	Olga Crispim Lobo Bardawil e Denize Peres Crispim

Respeitosamente,


 Herbert Borges Paes de Barros
 Assistente da Comissão

DECRETO Nº 2.255, DE 16 DE JUNHO DE 1997

Concede indenização à família de pessoas desaparecidas ou mortas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e o parecer da Comissão Especial instituída pelo art. 4º da citada Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, as indenizações constantes do Anexo a este Decreto, aos beneficiários nele relacionados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de junho de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iris Rezende

Anexo I

BENEFICIÁRIO	MORTO / DESAPARECIDO	PARENTESCO	INDENIZAÇÃO / R\$
Tereza Cristina Denucci Martins	Paulo Costa Ribeiro Bastos	companheira	111.360,00
Mariucc de Souza Moura	Gildo Macedo Lacerda	companheira	124.110,00
Luiz de Carvalho	Amaro Luiz de Carvalho	filho	100.000,00
Adalgisa Gomes de Lana	Antônio Carlos Bicalho Lana	mãe	124.110,00
Isaiaras Pereira da Silva	Antônio Henrique Pereira Neto	mãe	111.360,00
Maria de Fátima Oliveira Setubal	Antônio Marcos Pinto de Oliveira	irmã	124.110,00
Marilda de Jesus Costa	Carlos Nicolau Danielli	companheira	100.000,00
Alice Pereira Fortes	Hélcio Pereira Fortes	mãe	124.110,00
Valéria Maria de Araújo Dias	José Julio de Araújo	irmã	111.360,00
Sueli Roriz Moreira - Valdelice Licarido Roriz, Luzia Roriz Nacif	José Mendes de Sá Roriz	filhas	100.000,00
Gisclia Moraes da Costa	José Raimundo da Costa	companheira	100.000,00
Edna Pinheiro de Souza Rola	Pedro Jerônimo de Souza	filha	100.000,00
Cleá Lopes de Moraes	Sônia Maria de Moraes Angel Jones	mãe	124.590,00
Camila Arroyo	Angelo Arroyo	filha	100.000,00
Maria Tereza Nogueira Cabral	Antônio Carlos Nogueira Cabral	mãe	124.110,00
Pedrina José de Carvalho	Devanir José de Carvalho	cônjuge	111.360,00
Esterlita Ribeiro Ferreira	Dorival Ferreira	cônjuge	100.000,00
Jorge Viana de Souza	Evaldo Luiz Ferreira de Souza	irmão	111.360,00
Sandra Maria de Araújo Fonseca	Fernando Augusto da Fonseca	cônjuge	124.110,00
Shunhiti Torngoe	Hirohaki Torngoe	irmão	111.360,00
Olga Crispim Lobo Bardawil e Denize Peres Crispim	Joelson Crispim	irmãs	124.110,00
Carlos Alberto Rodrigues de Souza	José Bartolomeu Rodrigues de Souza	irmão	124.110,00
Sydneá de Souza	José de Souza	irmã	100.000,00
Genivalda Melo da Silva	José Manoel da Silva	cônjuge	100.000,00
José Dartalian Gomes Pinheiro	José Sílton Pinheiro	irmão	124.110,00
Gino Avres Ghilardini	Luiz Ghilardini	filho	100.000,00
Iara Lobo de Figueiredo e Isabel Lobo de Figueiredo	Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo	filhas	111.180,00
Borborema Hanscn	Olavo Hanscn	mãe	100.000,00
Henri Philippe Reichstul	Pauline Reichstul	irmão	138.300,00
Iara Lobo de Figueiredo e Isabel Lobo de Figueiredo	Raimundo Gonçalves de Figueiredo	filhas	100.000,00
Rogério Pfutzenreuter	Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter	irmão	111.360,00
Nasaindy de Araújo Barret	Soledad Barret Viødina	filha	124.590,00
Estalima Aleixo da Silva	Alberto Aleixo	filha	100.000,00
Clélia de Melo, Talita da Silva Leão, Maria de Jesus da Silva, Ilza de Siqueira	Aicerci Maria Gomes da Silva	irmãs	124.590,00
Nadja Maria Oliveira de Lima	Almir Custódio de Lima	cônjuge	124.110,00
Luiz Alves Neto	Anatália de Souza Melo Alves	cônjuge	124.590,00
Hermano Pires Fleury Netto	Carlos Eduardo Pires Fleury	irmão	111.360,00
Nella Oliveira Menin	Francisco José de Oliveira	irmã	111.360,00
Yara Lucas Alves	João Lucas Alves	irmã	100.000,00
Iracilda Lisboa de Moura	Maçoel Lisboa de Moura	mãe	111.360,00
Vanúzia Sérgio de Aquino	Rafússia Alves Rodrigues	filha	124.590,00
Laiz Furtado Tapajós	Aurota Nascimento Furtado	irmã	124.590,00
Jorge Thadeu Melo do Nascimento	Diermano Melo do Nascimento	filho	100.000,00
Adalton Gomes da Silva	Eudaldo Gomes da Silva	irmão	124.110,00
Tânia Marins Roque e Tatiana Marins Roque	Lincoln Bicalho Roque	cônjuge filha	111.360,00
Szaina Spiegner	José Roberto Spiegner	mãe	111.360,00
Zair Castro Amaral	Milton Soares de Castro	irmã	111.360,00
Maria Yvone Loureiro Ribeiro	Odijas Carvalho de Souza	cônjuge	124.110,00
Clarice Herzog	Vladimir Herzog	cônjuge	100.000,00
Elizabeth Chalupp Soares	Manoel Raimundo Soares	cônjuge	111.360,00
Leônio Samuel Pereira	Francisco das Chagas Pereira	pai	111.360,00
Miguel Barros Câmara Leão de Souza e Hernani Barros Câmara de Souza	Aldo de Sá Brito Souza Neto	irmãos	137.220,00
Zilda Paula Xavier Pereira	Alex de Paula Xavier Pereira	mãe	124.110,00
Emília Brickmann Schreier	Chael Charles Schreier	mãe	124.110,00
Francisco Bezerra dos Santos	Emmanuel Bezerra dos Santos	irmão	111.360,00
Maria Ester Cristelli Drumond	João Batista Franco Drumond	cônjuge	100.000,00
Roberto Cardieri Ferreira	Joaquim Câmara Ferreira	filho	100.000,00
Aida Martoni de Almeida	José Roberto Arantes de Almeida	mãe	111.360,00
Vânia Moniz Oest	Lincoln Cordeiro Oest	filha	100.000,00
Angela Maria Mendes de Almeida	Luiz Eduardo da Rocha Merlino	companheira	124.110,00

168
Causas

ATO. 15.4, P. 173/180
169
Cecus

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 25Jun97 NUMERO: 97NE00148 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 200001/00001 - GABINETE DO MINISTRO - MJ
CGC : 00394494/0001-36 FONE: 224-1448
ENDERECO : ED. SEDE 4. ANDAR SALA 413 - ESPLESPLANADA DOS MINISTERIOS
MUNICIPIO: 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70064-900

CREDOR : 518198646-34 - ADALGISA GOMES DE LANA
ENDERECO : RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO 690, AP102 - GUTIERREZ - BH.
MUNICIPIO: 4123 - RELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30430-020

OBSERVACAO / FINALIDADE
PAGAMENTO DE INDENIZACAO A FAMILIA DE DESAPARECIDO POLITICO.

CLASS: 1 30101 03081018316400053 577995 0100000000 349093 000000 103E

TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: NAO SE APLICA
AMPARO: INCISO: PROCESSO: 004315/97-43
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA DA DISPENSA :

VALOR EMPENHO : 124.110,00
CENTO E VINTE E QUATRO MIL, CENTO E DEZ REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ITEM: 001 VALOR DO ITEM : 124.110,00

VALOR QUE SE EMPENHA EM FAVOR DO CREDOR ACIMA, PARA CONCESSAO DE INDENIZACAO A FAMILIA DE PESSOA DESAPARECIDA OU MORTA EM RAZAO DE PARTICIPACAO, OU ACUSA-CAO DE PARTICIPACAO, EM ATIVIDADES POLITICAS, NO PERIODO DE 02 DE SETEMBRO DE 1961 A 15 DE AGOSTO DE 1979, CONFORME DECRETO NR. 2.255, DE 16 DE JUNHO DE 1997.

TOTAL : 124.110,00


IRIS REZENDE


TERESA RODRIGUES DE LIMA

ATO. 15.4, P. 174/180
170
cleusa

== SIAFI97-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA).....
25/06/97 14:59 USUARIO : CLEUSA
DATA EMISSAO : 25Jun97 TIPO DE OB : 11 NUMERO : 970B00143
UG/GESTAO EMITENTE: 200001 / 00001 - GABINETE DO MINISTRO - MJ
BANCO : 001 AGENCIA : 3606 CONTA CORRENTE : 997380632
FAVORECIDO : 518198646-34 - ADALEISA GOMES DE LANA
BANCO : 104 AGENCIA : 2432 CONTA CORRENTE : 214902
NUMERO BANCARIO : 001897797-9 RE00081 PROCESSO : 004315/97-43
INVERTE SALDO : NAO VALOR : 124.110,00

OBSERVACAO
PAGAMENTO DE INDENIZACAO A FAMILIA DE DESAPARECIDO POLITICO.

EVENTO INSCRICAO 1	INSCRICAO 2	CLASSIF.1	CLASSIF.2	VALOR
510204 97NE00148		334909301		124.110,00

LANCADO POR : 09660283172 - CLEUSA UG : 200001 25Jun97 11:05
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

L=01 C=01 Prn07 15:23

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
O.12361.CS

RELAÇÃO DAS ORDENS BANCARIAS EXTERNAS

DATA-REFERENCIA - 25/06/97
97RE00081

UNIDADE GESTORA - 200001 GABINETE DO MINISTRO - MJ
BANCO - 001 BANCO DO BRASIL S.A.

GESTAO - 00001 TESOIRO NACIONAL
AGENCIA- 3606 PRES.REPUBLICA-BSB

NUMERO BANCARIO	NUMERO DA OB	TIPO OB FAVORECIDO	BANCO AGENCIA	CONTA	VALOR	INDICACAO DE CANCELAMENTO
001897797-9	143	11 ADALGISA GOMES DE LANA	104/02432	214902	124.110,00
TOTAL R\$		124.110,00 CENTO E VINTE E QUATRO MIL, CENTO E DEZ REAIS	*****			*****

AUTORIZO O BANCO DO BRASIL EFETIVAR OS PAGAMENTOS ACIMA RELACIONADOS, EXCETUANDO AQUELAS OBS CANCELADAS.

DATA 25/06/97 - LOCAL - -DF


IRIS REZENDE
- ORDENADOR P/ ASSINATURA -


TERESA RODRIGUES DE LIMA
- RESP. SETOR FINANCEIRO -

ATO. 15.4.1.175/180
171
Cecilia

ATO, 15.4.1997/100



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Folha Nº

172

Processo Nº

004315/97-48

Rubrica

[Handwritten signature]

Órgão

À SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

CISSET - M. J.

GM/MJ, em

30/06/97

[Handwritten signature]
Teresa Rodrigues de Lima
Co-Responsável



ATO. 15.4, P. 177 / 180123 M

COMISSÃO ESPECIAL
instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Serviço Público Federal
Ministério da Justiça
Gabinete do Ministro

Brasília, 05 de maio de 1998.

Prezado(a) Senhor(a),

A Comissão Especial criada pela Lei 9.140/95, com o intuito de preservar a memória nacional, salvaguardar os documentos referentes à morte/desaparecimento de

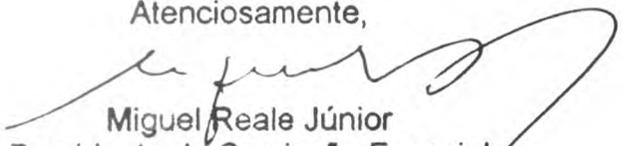
ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA

e propiciar o acesso à pesquisa, pretende encaminhar ao Arquivo Nacional os autos do processo n°

08000. 004315/97-43

Para agirmos de acordo com os trâmites legais nos é necessária autorização de V.Sa. no sentido de possibilitar a disponibilização dos autos supracitados àquela entidade. Por isso, segue anexa a autorização que V.Sa. deverá preencher se concordar com os seus termos, para que possamos proceder ao envio dos documentos. Solicito, ainda, que a autorização seja encaminhada a esta Comissão o mais breve possível.

Atenciosamente,


Miguel Reale Júnior
Presidente da Comissão Especial



ATO. 15.4. P. 178/180 175
M

COMISSÃO ESPECIAL
instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Serviço Público Federal
Ministério da Justiça
Gabinete do Ministro

AUTORIZAÇÃO

Eu, Adalgisa Gomes de Lana,

RG nº M. 725.786, CPF nº 518 198 646-34,

autorizo a entrega ao ARQUIVO NACIONAL de toda a documentação
constante do processo nº 08000.004315/97-43

referente à morte de
 ao desaparecimento

Antônio Carlos Bicalho Lana.

Quero Preto, 7 de Junho de 1998.
(local) (dia) (mês) (ano)

Adalgisa Gomes Lana
(assinatura)

ATO. 15.4. P. 179/180
175
PA

Comissar Especial Lei 9.140/95

Esplanada dos Ministérios

Ed. Anexo II, Ministério da Justiça 6º andar, Sala 619

70.064-900 Brasília

Distrito Federal



891

REGISTRADO RECOMMANDE		AR
VALOR DECLARADO/VALEUR DECLARÉE	PESO/POIDS	
	026 Kg	
ER 9 2 2 5 7 5 6 4 1 BR		

Adalgisa Gomes de Lauer
Rua Almirante Alexandrino - 690 J102
Gutierrez
Belo Horizonte Cep - 30430-020
Minas Gerais

ATO. 15.4, P. 180/180